

unesp



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
RIO CLARO**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**MEMÓRIA E LUGAR: ESPAÇO-TEMPO NO ENSINO DE
GEOGRAFIA**

THIAGO LUIZ CALANDRO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Pedro Pezzato

RIO CLARO

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**MEMÓRIA E LUGAR: ESPAÇO-TEMPO NO ENSINO DE
GEOGRAFIA**

Thiago Luiz Calandro

Orientador: Prof. Dr. João Pedro Pezzato

Tese de Doutorado elaborada junto ao curso de pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Rio Claro (SP)

2020

C142m Calandro, Thiago Luiz
Memória e Lugar : espaço-tempo no ensino de Geografia / Thiago Luiz Calandro. -- Rio Claro, 2020
170 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: João Pedro Pezzato

1. Espaço. 2. Memória. 3. Ensino de Geografia. 4. Lugar. 5. Paisagem. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

THIAGO LUIZ CALANDRO

**MEMÓRIA E LUGAR: ESPAÇO-TEMPO NO ENSINO DE
GEOGRAFIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutor em Geografia

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Andréa Aparecida Zacharias

Prof. Dr. Denis Richter

Prof. Dr. Diego Corrêa Maia

Prof. Dr. Filipe Rafael Gracioli

Prof. Dr. Joao Pedro Pezzato (orientador)

Conceito: Aprovado

Rio Claro, SP 25 de Junho de 2020

AGRADECIMENTOS

A UNESP - Rio Claro, pela oportunidade e suporte físico e pessoal para que pudesse realizar o curso de doutorado;

A UENP – Cornélio Procópio, que da mesma forma disponibilizou sua estrutura em minha formação profissional;

A minha esposa Silmara, por todo apoio emocional e grande incentivadora dessa conquista;

Ao amigo e Professor Doutor João Pedro Pezzato, pelas orientações, paciência e pelas profundas discussões no grupo de pesquisa desde o mestrado;

Aos integrantes do grupo de pesquisa, pelas discussões;

Ao IFPR campus avançado de Barracão e Campus de União da Vitória por oportunizar o afastamento parcial das minhas atividades laborais para meu aperfeiçoamento pessoal;

Ao meu amigo Filipe, pelas discussões e sugestões no meu trabalho;

A meu pai, mãe e irmãos, pelo incentivo e apoio;

À família da minha esposa, também pelo incentivo e apoio;

Aos meus amigos, pelo incentivo, apoio, conselhos e momentos de descontração;

Aos meus amigos de faculdade, pelo incentivo e apoio;

A todos meus alunos;

Enfim, o meu sincero agradecimento a todos que de alguma forma contribuíram para a finalização dessa etapa.

Muito Obrigado!

A luta pela educação não acaba aqui!

RESUMO

A pesquisa que apresentamos objetiva revelar e discutir contribuições didáticas na relação entre representações espaciais feitas por alunos do ensino fundamental e os conteúdos da Geografia Escolar. O trabalho de pesquisa foi realizado em três escolas públicas do município de Jaguariaíva-PR, Brasil, em 2014. À época, trabalhamos com os alunos dos 6^{os} e 7^{os} anos, orientados a participar de diferentes atividades que promoveram a reflexão sobre seu espaço de vivência. Como metodologia de pesquisa, utilizamos uma abordagem qualitativa pautada sobretudo no *paradigma indiciário* de Carlo Ginzburg (1989) que permite a interpretação do fenômeno a partir de sinais e indícios. Contudo, para que essa interpretação tenha consistência é necessário descrever o contexto de produção das representações dos alunos. A memória, para além de um simples significado biológico, apresenta-se como uma via de registro das experiências sensoriais que um dia se materializaram e, mais além, como um mecanismo de configuração daquilo que importa a partir do qual se pode construir, reconstruir, desfazer ou refazer a própria história e a própria geografia, ou o próprio tempo e o próprio espaço. Logo, partimos de um ensino de Geografia que conta com experiências sensoriais e suas materializações para construir e reconstruir narrativas geográficas significativas.

Palavras-chave: Espaço. Memória. Ensino de Geografia.

ABSTRACT

The research we present aims to reveal and discuss didactics contributions in the relationship between spatial representations made by elementary school students and the contents of School Geography. The research work was carried out in three public schools in Jaguariaíva-PR, Brazil, in 2014. At the time, we worked with students from the 6th and 7th years, oriented to participate in different activities that promoted reflection on their living space. As a research methodology, we use a qualitative approach based mainly on the paradigm of Carlo Ginzburg (1989) that allows the interpretation of the phenomenon from signs and indications. However, for this interpretation to be consistent, it is necessary to describe the context of production of the students' representations. Memory, in addition to a simple biological meaning, presents itself as a way of recording the sensory experiences that one day materialized and, furthermore, as a mechanism for configuring what matters from which one can build, reconstruct, undo or redo your own history and geography, or your own time and space. Therefore, we started with a teaching of Geography that relies on sensory experiences and their materializations to build and reconstruct significant geographical narratives.

Key words: Space. Memory. Geography teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Porto de Javuaíava (1827), de Jean Baptiste Debret	95
Figura 2 – Interpretação do quadro de Debret pelo aluno K. (Colégio Anita Canet)	97
Figura 3 - Caminho do Viamão	98
Figura 4 - Início de Jaguariaíva – Aluno K. (Colégio Anita Canet)	99
Figura 5 - Monumento ao Tropeiro	101
Figura 6 - Vestido de Tropeiro	101
Figura 7 – A Gare (1925) de Tarsila do Amaral.....	105
Figura 8 – Condomínio Matarazzo (1927)	105
Figura 9 - Mapa da linha férrea Paraná.....	106
Figura 10 - A ferrovia	108
Figura 11 - Palacete Matarazzo	113
Figura 12 - Desenho em referência ao palacete	113
Figura 13 - Foto da Estação Ferroviária de Jaguariaíva.....	114
Figura 14 - Estação ferroviária de Jaguariaíva	114
Figura 15 - Foto do Condomínio Matarazzo e da estrada de ferro	115
Figura 16 - Condomínio Matarazzo e estrada de ferro.....	115
Figura 17 - Rio poluído.....	120
Figura 18 - Desmatamento em Jaguariaíva	121
Figura 19 - Plantação de pinus	122
Figura 20 – BRASPINE.....	122
Figura 21 – Floresta de pinus	124
Figura 22 - Serra de Jaguariaíva - Escarpa Devoniana	124
Figura 23 - Fábrica de papel.....	125
Figura 24 - Foto aérea de Jaguariaíva-PR	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese entre o pensamento espacial de Doreen Massey e de Paul Ricœur.....	25
Quadro 2 - As práticas espaciais e a memória no processo de ensino dos fenômenos espaciais	72
Quadro 3 - Práticas e discursos espaciais no contexto da memória.....	91
Quadro 4 - Incidência dos fenômenos geográficos nas produções dos escolares.....	93
Quadro 5 - Fenômeno geográfico em Jaguariaíva - Tropeirismo.....	103
Quadro 6 - Práticas e discursos espaciais no contexto da memória (apoiado no quadro 4): as práticas espaciais e a memória no processo de ensino dos fenômenos espaciais	104
Quadro 7 - Relação da atividade de Rafael Pomim, com a imagem fotográfica e paisagens dos fenômenos geográficos.....	111
Quadro 8 - Narrativas sobre os edifícios que expressam o fenômeno geográfico da estrada de ferro e das indústrias e a contribuição da herança para o geógrafo segundo Corrêa (2018)	116
Quadro 9 - Fenômenos geográficos em Jaguariaíva: estrada de ferro e Indústrias Matarazzo	117
Quadro 10 - Práticas e discursos espaciais no contexto da memória: estrada de ferro e Indústrias Matarazzo	118
Quadro 11 - Fenômeno geográfico em Jaguariaíva – indústria da madeira.....	126
Quadro 12 - Indústria da Madeira.....	127
Quadro 13 – Comparação e descrição entre os elementos utilizados na pesquisa com as representações imagéticas e narrativas dos alunos.....	135
Quadro 14 - Fotos e fenômenos geográficos (ressignificados ou não).....	140

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 - Método de representação geográfica a partir do materialismo-histórico	42
Esquema 2 - Localização dos fenômenos/paisagem geográficos no espaço-tempo	87

SUMÁRIO

MEMORIAL DESCRITIVO.....	1
CAPÍTULO 1.....	8
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 2.....	15
AS TRÊS MIMESSES E A RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE PAUL RICŒUR E DOREEN MASSEY.....	15
Mimese I.....	15
Mimese II.....	17
Mimese III.....	18
Memória, espaço e narrativa.....	19
A prefiguração e o espaço: o espaço construído/habitado.....	20
A configuração e o espaço: o espaço construído.....	21
Refiguração e o espaço habitado.....	22
Memória, espaço e lugar.....	23
Elementos para melhor compreensão entre memória e espaço.....	27
Representação.....	27
Identidade narrativa e multiplicidade.....	34
CAPÍTULO 3.....	39
A MEMÓRIA, A GEOGRAFIA, O PENSAMENTO ESPACIAL.....	39
Da memória à Geografia.....	39
Memória e Pensamento Espacial.....	60
CAPÍTULO 4.....	84
ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	84
A práxis metodológica.....	91
Fenômeno geográfico do Tropeirismo.....	95
Fenômeno geográfico da ferrovia e as Indústrias Matarazzo.....	105
Fenômeno geográfico indústria da madeira.....	122
CAPÍTULO 5.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
Fenômenos geográficos e pensamento geográfico: uma tentativa de sistematização do ensino de geografia.....	141
REFERÊNCIAS.....	157

MEMORIAL DESCRITIVO

Meu trabalho de doutoramento se inicia com o término da dissertação de mestrado intitulada *Memória e identidade em Jaguariaíva, Paraná: contribuição à cartografia escolar*, que desenvolvi na mesma instituição, UNESP – Rio Claro e com o mesmo orientador, Professor Doutor João Pedro Pezzato, quando percebemos a potencialidade do conceito de memória no ensino da Geografia Escolar.

Contudo, uma reflexão da autora Doreen Massey, que será abordada mais à frente – e com a qual trabalhei ainda no mestrado, me chamava a atenção: a subjugação do espaço em relação ao tempo na ideia de representação. Para essa autora, cenários espaciais e temporais devem ser considerados ao mesmo nível para que a representação de algo não fique descontextualizada. Enxergamos aí uma potencialidade da memória para o ensino, já que representação e tempo são temas recorrentes no tema da memória e muito trabalhado pelo filósofo francês Paul Ricœur. Fazer relações com o espaço, geografia e ensino, além de se aventurar por uma área que não é de formação, seriam os desafios para essa nova etapa.

Muito além disso, eu tinha a necessidade de compreender como a reflexão de Doreen Massey se materializava no cotidiano. Sendo assim, há algum tempo compreendi essa relação com um fenômeno geográfico que me remete à minha cidade natal, Cornélio Procópio-PR.

Cornélio Procópio está localizada no norte do estado do Paraná a aproximadamente 60km de Londrina e a 100km de Ourinhos, em São Paulo. Lá me formei em licenciatura em Geografia na Universidade Estadual do Norte do Paraná, entre 2006-2009. Em 2010 fui para Londrina trabalhar como professor substituto do Estado Paraná. Em 2011, por convite do meu amigo, conterrâneo, professor de geografia e agora mestrando, Paulo, fui para Jaguariaíva, Paraná.

Em Jaguariaíva criei vínculos. Dei aula dos anos de 2011 a 2013 como professor substituto, quando entrei no mestrado em Geografia na UNESP de Rio Claro com bolsa FAPESP – aqui, meu agradecimento. Em 2015, quando terminei o curso, voltei a lecionar como substituto; em 2016, entrei no doutorado; dava aula em colégios particulares e no meio do ano fui chamado no concurso do Instituto Federal Catarinense, Campus de Videira-SC – meio oeste catarinense, tarefa esta ao mesmo tempo muito satisfatória e desafiadora.

Viagens semanais entre Videira para trabalhar no IFC, e Rio Claro, para fazer as disciplinas da pós-graduação. Entre Videira e Rio Claro passava em Jaguariaíva para descansar das viagens e ver minha esposa, Silmara.

Em outubro de 2017, com o intuito de ficar próximo a minha esposa e professora de história no estado do Paraná, fiz a redistribuição para o Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado de Barracão – localizado no Sudoeste do Paraná e divisa com a Argentina. Por lá fiquei até o meio do ano de 2018, quando surgiu a oportunidade de remoção para o IFPR, campus de União da Vitória – sul do estado do Paraná, às margens do rio Iguaçu, e conurbada com Porto União-SC, onde hoje me encontro. Contudo, a companhia da minha esposa tenho somente agora em 2020, morando em São Mateus do Sul-PR – a aproximadamente 70km de União da Vitória, onde ela trabalha como professora do estado do Paraná e eu realizando viagens quase diárias para cumprir minhas atividades no IFPR.

Não foi fácil, pensei em desistir várias vezes. Foram muitos momentos de crise e muitos choros engolidos. Como desabafo, situações adversas como trabalhar e pesquisar, viajar horas de ônibus e depressão é quase uma condição entre os estudantes de pós-graduação no Brasil. Em tempos sombrios, onde práticas e discursos anticiência e antiacademia permeiam as políticas públicas da educação, ciência e tecnologia, o retrocesso sobre as discussões sobre a saúde do pós-graduando é certo. Minha história não acaba aqui!

Todos esses lugares vividos e percebidos serviram para me reafirmar a interação, a multiplicidade e a abertura do espaço compreendidos por Doreen Massey. Prestes a me mudar para essas cidades, em uma tarefa primária do geógrafo, fui pesquisar sobre a cidade e suas atividades econômicas, sua história, suas características físicas ambientais, pontos turísticos e, com um olhar geográfico, logo iniciava um olhar mais teórico sobre aqueles espaços. Tenho essa tarefa como obrigação didática e, depois desse trabalho, ainda mais. Contudo, há algum tempo, quando pensava em Cornélio Procópio era diferente; apesar de conhecer muito mais histórias e singularidades locais que qualquer outro município que tenha vivido, a tarefa didática e um olhar geográfico não condizia com o que eu sento hoje, talvez um pouco mais. Vou tentar explicar a partir dessa citação de Bosi (2004) sobre *Um mapa afetivo e sonoro*:

Há paisagens sonoras selvagens, das florestas, e tranquila, das cidadezinhas onde os sons estão sujeitos aos ciclos naturais de atividade, repouso de seus produtores. Inseto, animais e aves têm seu ritmo diário, sazonal: o violoncelo das rãs no tempo chuvoso, o grito da saracura, o pio estridente dos pássaros que no início da primavera aprendem a cantar. O vento nas ramadas, o murmúrio das águas são fontes constantes de informação. A mulher se apoia na enxada quando ouve o piado de certos pássaros e responde: “Chegou a hora de semear, é o que eles dizem lá na conversa deles”.

Os sons se complementam como uma conversa ou uma orquestra, sem ruídos antagônicos, envolvendo vida e trabalho em ciclos compreensíveis. Sons familiares da água da torneira, dos talheres nos pratos, dos passos no

chão, do relógio, do martelo, da vassoura, compõem o ambiente acústico familiar que se integra ao da rua [...] (BOSI, 2004, p. 445).

No trecho, a autora descreve o espaço-tempo a partir dos sons em uma São Paulo do início do século XX. Minha relação com essa passagem não se dá por meio do som, mas pelo cheiro e se dá na cidade de Cornélio Procópio - PR.

Quando eu ia passear ou pousar na casa da minha avó e avô, que moravam do outro lado da cidade, seja a pé, de carro ou ônibus, passava próximo a uma indústria de beneficiamento de café chamada Companhia Iguazu de Café Solúvel – até hoje em funcionamento. Lembro muito que no período da noite a fumaça que saía da chaminé era acompanhada pelo cheiro do café torrado.

Quando íamos às reuniões de família, todos falavam do café e como a cidade de Cornélio era próspera por causa da economia do grão. Meu pai trabalhou por mais de vinte anos nessa companhia; quando andávamos de carro, ele sempre contava as histórias de sua infância, que de alguma forma era ligada às plantações de café. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, era comum minhas professoras falarem da linha de trem, sua ligação com o café e a importância para o desenvolvimento de Cornélio. A representação do café era ou é muito presente na memória coletiva ao menos nos ciclos sociais que convivia, para não dizer dos habitantes do norte do estado do Paraná como um todo.

No entanto, quando eu saía da zona urbana de Cornélio e ia para a zona rural ou para as cidades vizinhas, o que eu menos via era café. Tudo era soja, milho, trigo – na época - ou cana-de-açúcar. E a explicação para isso estava em dois fatores que só mais velho eu fui ter acesso: o primeiro está ligado à “grande geada de 1975”, que acabou com quase todas as plantações do norte do estado, e a segunda, se relaciona com a política do governo militar de substituir a cultura do café por culturas que sejam mais mecanizadas e que atendia a outros interesses internacionais de exportação.

Sabendo dessas condições e já no mestrado, cursando a disciplina da pós-graduação da UNESP-RC - Políticas, projetos e práticas de Desenvolvimento Rural, ministrada pelo professor Artur Cristóvão (UTAD – Portugal), onde tínhamos que produzir um artigo como instrumento avaliativo da disciplina, realizei uma entrevista com meu avô, Otávio Calandro (*in memoriam*). No artigo, tínhamos o objetivo de aproximar as narrativas de meu avô com a geada de 1975 e a política do estado denominada Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Aqui, nosso objetivo é demonstrar a representação descontextualizada e lembrar de meu avô, que fez e faz parte da minha vida e se eterniza na memória.

A entrevista ocorreu no dia 22 de agosto de 2013 na casa do senhor Otávio Calandro. O senhor Otávio Calandro, à época com 86 anos, casado com Dirce Mazarin Calandro (*in memoriam*), à época com 78 anos, vive em um bairro popular em uma casa confortável na cidade de Cornélio Procópio - Paraná, Brasil. Imigrante paulista de São Manuel e descendente de italianos, veio para o Paraná em 1947 com sua família para trabalhar em uma fazenda de café em regime de colonato no município de Leópolis, a aproximadamente 15km de Cornélio Procópio. Com muito trabalho, sua família conseguiu comprar 15 alqueires de terra, o qual dividiu entre três irmãos, com cinco alqueires cada, todos em Leópolis. Viveram nessas terras até a geada de 1975, quando vieram para Cornélio Procópio.

Nos trechos seguintes, que versam sobre a entrevista realizada com meu avô, o número 1 será utilizado para identificar as falas feitas por mim, o entrevistador, o número 2 para identificar as dele e; o número 3, para identificar a fala de minha avó, Dona Dirce Mazarin Calandro; ao transcrevê-las, tentamos mantê-las o mais próximo do real:

1 “- Como foi a geada de 1975?”

2 “- Foi uma geada brava, pareio, pegou o Paraná todo, acabou com o café tudo.”

1 “- De manhã?”

2 “- Sim. Cheiro de café queimado, quando olhei para o pé de café estava tudo queimado. Foi a pior geada que vi na minha vida.”

1 “- Onde era o sítio?”

2 “- Em Leópolis-PR, no bairro água do “Gaviãozinho”. Tínhamos 5 alqueires, comprei por 260 mil cruzados ou cruzeiros, não lembro. Tinha 15 mil pés de café, até o que tinha replantado queimou tudo.”

1 “- Depois da geada, como foi?”

2 “- Tiramos todos os pés de café e plantamos milho e soja, é o que eles (agricultores de hoje) plantam até hoje. Depois da geada vendi o sítio, vendi até bem, mas com um prazo longo para pagar. Vendi para o Geraldo Valério, Prefeito de Leópolis. Com o dinheiro, comprei um sítio em Nova Fátima por 160 mil, mas vendi logo também. Vendi para um japonês, mas ele me tapiou. Mas já estava morando aqui na cidade (casa onde mora desde 1975).”

1 “- O lugar onde o senhor tinha o sítio tinha mais propriedades grandes ou pequenas?”

2 “- No nosso bairro tinha mais propriedades pequenas com 5, 10, 20 alqueires. O maior era do meu vizinho e outro lá perto também, com 50 alqueires.”

1 “- Quem trabalhava com o senhor no sítio naquela época?”

2 “- Eu, Zé Luiz (meu pai) e o Simião. O Simião, coitado, teve que cortar as duas pernas por causa da diabetes, vi ele esses dias. Passei uma noite sem dormir de ver aquele coitado sofrer.”

1 “- E tinha trabalho todo o ano?”

2 “- Tinha, todo dia tinha o que fazer. Dá muito trabalho uma roça de café. Teve um ano que plantei um alqueire de amendoim. Nossa, colhi uns 300 sacos de amendoim. Dava até medo de tanta taturana. Fazia até ingua.”

1 “- E o que aconteceu com aquelas terras depois da geada?”

2 “- Não sei, nunca mais fui lá. Acredito que tenha virado tudo em milho e soja. Tinha minha mula, minha vaca e porco. O que mais senti falta era da minha mula a Curitiba, ela me ajudou muito quando colhi amendoim. O pouco que pegava na cooperativa era apenas para comer.

1 “- Você vinha para cidade (Cornélio Procópio) antes da geada?”

2 “- Vinha nada, só vinha no banco, ou na cooperativa para ver as coisa.”

1 “- Como ficou a cidade depois da geada?”

2 “- Depois da geada a cidade cresceu bastante. Primavera, Panorama, aqui não existia, aumentou muito. Acho que até hoje está aumentando. A cidade não para, sempre tão construindo por aí.

Quando a gente veio de São Manoel em 1947, a avenida era um buraco só. O correio era uma casa de palmito. Só tinha poeira e quando chovia virava lama. Mas depois da geada ela cresceu rápido. Depois de 75 a gente do sítio veio tudo para cidade.”

1 “- E como era a condição de vida dessas pessoas que vieram para cá?”

2 “- Muitos que eram donos da terra vieram bem para cá, com carro e casa.”

1 “- E o pessoal que vivia na colônia, quais eram as condições que eles vieram para a cidade?”

2 “- Eles vieram para a cidade e pagavam aluguel e ia pra roça trabalhar de boia fria. Naquela época, não tinha tanto maquinário, os fazendeiros ainda precisavam de gente. As coisas mudaram muito, depois de 75 acabou o café. Hoje é na base do maquinário. Hoje pessoal não quer trabalhar no pesado, só querem trabalhar no computador, que nem você (referindo-se a mim). Isso existia na época de fazenda de café. Dava muito trabalho, então tinha que ter gente o ano todo. Hoje não tem mais nada, virou tudo em maquinário.

Eu acho que o mundo tá bem melhor, o maquinário está fazendo o trabalho do povo tudo mais fácil. Eu sofri muito, com sete anos eu estava carpindo café, se acha que estava na escola? Estava trabalhando. Hoje o povo está com vinte anos e não sabe o que é trabalhar. Mas era feliz, do nosso jeito trabalhoso, mas era gostoso.

Em 45, 46 e 47 trabalhava numa fazenda e tinha 74 famílias, era animado, gostoso. Era trabalhoso mais era gostoso.

A cidade diminuiu, o povo que morava no campo. Muita gente voltou para Campinas e interior de São Paulo, outros ficaram em Cornélio ou em Londrina. O povo diminuiu lá no campo e a cidade aumentou.”

1 “- E o que o governo fez para ajudar os agricultores depois da geada?”

2 “- Nada. O Governo desde 64 já estava pagando para tirar café. Acho que eles queriam vender maquinário. No começo tinha amendoim, mas depois virou soja, milho e trigo. Até 64 a lavoura de soja era pouco, depois de 75 aumentou muito, em pouco tempo só tinha soja. Quem começou com a soja foi o Takashi, ele tinha uma fazenda que era um mundo. Pegava de Leopólis a Sertaneja do lado direito da pista. Até hoje tem muita terra.”

1 “- Quer falar mais alguma coisa?”

2 “- Era mais escravizado, mais era bom de viver. A gente veio em 47 para cá. A gente morou em uma fazenda que era uma disciplina só. Mas era bom que era igual para todo mundo. Davam 9 horas da noite o fiscal já saía espantava as rodinhas. Às 4 da manhã tocava o sino da alvorada que era para acordar. Às 6 da manhã tocava o sino para ir para a roça, não podia atrasar senão o fiscal já vinha reclamar, não podia atrasar para não escutar conversa mole. Era escravizado, mas era bom de viver, era o jeitão do mundo naquela época. Era muito organizado.”

1 “- De quem era a fazenda?”

2 “- Não lembro. Lembro que o dono trazia um monte de italianada para trabalhar lá.”

Dirce Mazarin Calandro (minha avó) manifestou-se dizendo:

3 “– Velho, você contou para ele que a gente chegou a bater soja no cambau (um porrete de madeira e ferro com couro na ponta) no terrerão? Depois tirava a palha e abanava com peneira para tirar o pó.”

2 “– É verdade. Para você ver como sofríamos. Naquela época trabalhávamos bastante e não produzia um quinto do que produzem hoje.”

1 “– Como conseguiu comprar o sítio?”

2 “– A gente trabalhava na colônia, aí os alemães, Ernesto Reis e Paulo Reis donos da fazenda, viram a gente trabalhar lá na colônia e gostaram de nós. Daí eles ofereceram o sítio para a gente trabalhar e ganhávamos 40% da produção. Só que eles venderam o sítio depois de quatro anos para comprar um mundo de terra lá em Nova Londrina (noroeste do estado do Paraná), lá estava desbravando ainda. Ele ofereceu para meu pai um sítio de 12 alqueires para pagar do jeito que der. Ele ofereceu dizendo ‘que vocês não vão trabalhar para ninguém’, mas meu pai não quis pegar, juntou o dinheiro desses quatro anos e comprou três sítios. Um deles ficou para mim.

Eu ajudei a comprar também, eu era carroceiro e terrereiro e ajudava em tudo lá. Levava o café pro terreiro e cuidava do café. Uma vez por semana eu vinha para a cidade vender mamona, amendoim, milho, milho, mamona. Eu tinha um carro com dois burros, era bom... E também levava mercadoria da cidade para os colonos.

Não tinha esse negócio de transporte, no bairro só tinha dois caminhões e dois jipes. Eles só usavam para trazer as compras da cidade, trazer no médico, as grávidas que não conseguiam ter o filho em casa. Essa época a gente trabalhava por mês. O Pai era administrador da fazenda e a gente fazia tudo que precisava. E tinha gente para trabalhar para nós no sítio.”

Depois da entrevista o senhor Otávio Calandro disse para mim e minha avó que a melhor coisa que eles fizeram fora vir para a cidade. Que as condições de vida no campo eram muito ruins. Reclamou dizendo que não havia água encanada e nem rede de eletricidade, não tinha conhecimento sobre as técnicas de plantio e que muita gente, mesmo morando no sítio, passava fome. Falou que devia muita gratidão a uma família de descendentes de japoneses que eram vizinhos do sítio que ajudaram ele a lidar com o café. Logo em seguida, depois de tomarmos o café da tarde, me agradeceu por ter dado a ele a oportunidade de contar um pouco sobre sua vida e de fazer que lembrasse sobre seu passado e a vida no campo.

Muitos relatos podemos observar nessa entrevista, o êxodo rural, a migração de volta para o estado de São Paulo, que vivia um processo de industrialização, formação de polos regionais como Londrina, a transformação do trabalho com os boias frias, os benefícios da modernidade, entre outros. Parece que a vida de trabalho do meu avô acaba ali, com a geada e a vinda para a cidade, embora ele tenha trabalhado como porteiro em uma cooperativa por quase 25 anos antes de se aposentar e minha avó em uma creche por quase 20 anos.

A entrevista do meu avô relata a *duração* e a *sucessão* - termos que vamos ver ao longo da tese – do fenômeno geográfico do café no norte do estado em meados do século XX. Essa memória coletiva sempre foi muito forte na minha família pelos vínculos estabelecidos com

esse período. Com a *sucessão* desse fenômeno, a chegada da duração da lavoura da soja e do milho, poucas relações e poucas memórias foram significadas em contextos familiares ou outros. Acredito que isso aconteça porque esse tipo de economia é extremamente mecanizada, diferente da lavoura do café, que exigia muita mão-de-obra.

Nesse sentido, acredito que o município ficou “órfão” de uma duração econômica que permeasse a memória coletiva. Parece que a representação da duração foi mais longe do que a própria duração; por isso, uma representação descontextualizada e uma perspectiva essencialista.

Hoje, Cornélio Procópio ainda comporta a Iguazu, mas quase todo seu café vem de Minas Gerais. As fazendas de café, juntos com seus “terreirões” de secagem, vestígios de colônias e carros de bois, são atração turística, junto ao próprio café. Por outro lado, uma nova duração econômica é a dos serviços; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a Universidade Estadual do Paraná (UENP), juntos com faculdades privadas, movimentam a economia trazendo muitos estudantes para a cidade e, conseqüentemente, uma melhor rede de serviços e forma uma mão-de-obra qualificada.

Talvez, essa outra duração econômica, que ainda coexiste com a do café (que ressignificou) e com a da própria soja, permeiem a memória coletiva da população do município e da região, abrindo o espaço para o político e para múltiplas alternativas, tomando consciência da produção do seu espaço.

- CAPÍTULO 1 -

INTRODUÇÃO

Discutir a produção de escolares, textos escritos, desenhos, fotografias, croquis, a partir de experiências de ensino significativas de estudo da localidade, pode contribuir para a valorização da presença da disciplina no currículo oficial, para reforçar a importância do ensino de geografia no contexto da formação cidadã e da compreensão do mundo atual, um mundo complexo, global e contraditório.

A partir de sequências didáticas que tratam do estudo da localidade, é possível produzir textos escritos e imagéticos que abordam representações a respeito da configuração do espaço local. As sequências didáticas devem selecionar conteúdos que articulem temas curriculares da Geografia do ensino fundamental com aspectos significativos da localidade estudada.

Esta pesquisa parte da análise de materiais produzidos por escolares em 2014. Alguns dados foram utilizados no estudo de nossa dissertação de mestrado intitulada *Memória e Identidade em Jaguariaíva, Paraná: contribuição à cartografia escolar*, defendida em 2015.

Como apontado, o trabalho empírico foi realizado em três escolas públicas do município de Jaguariaíva-PR, Brasil, em 2014, com alunos dos 6^{os} e 7^{os} anos, orientados a participar de diferentes atividades que promoveram a reflexão sobre seu espaço de vivência. Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa é discutir possíveis contribuições didáticas para a geografia a partir do registro de atividades provenientes da produção de experiências de estudo da localidade por escolares.

Geralmente, os conteúdos escolares se apresentam nos livros didáticos e nos currículos de modo desvinculado da realidade, podendo levar a uma compreensão simplista, deturpada ou estereotipada dos conteúdos que se referem ao espaço geográfico. Nesse sentido, buscamos discutir o seguinte problema de pesquisa: *como o estudo da localidade pode contribuir para que os alunos do ensino fundamental interpretem a configuração do espaço em que vivem*. A sequência didática foi planejada com base na articulação entre o conteúdo curricular oficial e especificidades históricas e geográficas da localidade. Os referenciais teórico-metodológicos principais para o planejamento das atividades e para a análise da produção são as contribuições de Doreen Massey e Paul Ricœur.

A memória é uma forma de passagem cultural e visão de mundo, sendo o tempo e o espaço fundamentais nesse processo de formação do ser. Um olhar geográfico sobre os aspectos

da memória - inseridos nas representações dos alunos - alinhado a discussões sobre o processo de ensino-aprendizado, pode revelar possíveis contribuições para o ensino da Geografia.

No curso de mestrado, os materiais foram analisados principalmente a partir do conceito de memória em uma perspectiva social. Por ser um tema novo em nossa vida acadêmica e também pouco trabalhado no campo da Geografia, as leituras a partir de filósofos, psicólogos, historiadores, sociólogos, entre outros, foram, ao mesmo tempo, desafiadoras, instigantes e reveladoras. Durante as leituras, temas como memória, esquecimento, narrativa, experiência e identidade mostraram-se muito próximos à Geografia, sobretudo com o conceito de *lugar*. Outra questão interessante que merece destaque é a de que, em vários momentos de nossa leitura sobre a temática, encontramos a relação memória/espço que, de certo modo, serviu como ponto de partida para uma melhor compreensão da representação do espaço.

Agora, ao longo do processo de elaboração da tese de doutorado, realizamos uma mediação didática entre as representações desenvolvidas pelos alunos e os conteúdos da geografia escolar. Para isso, consideramos alguns pontos: *primeiro*, os estudos sobre a memória. Durante o mestrado, as leituras sobre memória permearam todo o nosso trabalho e sua principal contribuição foi dar organicidade à relação memória/espço/representação. Nesse sentido, aproveitando outro momento para ampliar a pesquisa, reconstruiremos uma narrativa para nos apropriarmos dessa relação. Para isso, vamos ampliar e revisitar leituras sobre a temática e incluir o maior número de trabalhos dos alunos que vimos na dissertação.

Dessa forma, partimos da análise da memória por Paul Ricœur. As contribuições do livro *Tempo e Narrativa I* (1997) nos ajudarão a compreender o movimento da memória em três partes: a prefiguração, a configuração e a refiguração. Por conseguinte, faremos a relação desse movimento da memória com o espaço, encontrado em dois textos: *Narratividade e arquitetura* (1994) e *A memória, a história e o esquecimento* (2003). O intuito é, além de mostrar o movimento que a memória exerce na representação do espaço, tecer aproximações com o conceito de lugar.

O primeiro capítulo da tese tem como objetivo compreender melhor o processo de formação da representação do espaço/lugar por meio da memória – em sua vertente social. Dois autores foram fundamentais para essa discussão: a geógrafa britânica Doreen Massey e o filósofo francês Paul Ricœur, compreendendo o espaço geográfico interacional, múltiplo, onde o espaço desconexo do tempo acarreta numa representação descontextualizada e o círculo hermenêutico da memória, por meio dos processos de prefiguração, configuração e refiguração atualiza/modifica a memória a partir de experiências e acontecimentos e se revela no ato de habitar/construir. Nesse processo, o palco do social, o espaço, sofre influência e a imagem que

fazemos deles se atualiza com novos contextos, dinâmicas, práticas, funções, valores simbólicos, entre outros em que, a partir da teia de relações que são construídas no espaço, é construído também o lugar. Ainda nesse capítulo veremos como a memória contribui para algo próximo da *visão de mundo* do indivíduo e sua relação com as práticas e discursos.

Segundo ponto: elementos para o ensino de geografia e lugar. O conceito de lugar refere-se à relação da cultura com o espaço. Nele, é onde a vida humana acontece, palco do social, do político; marca e é marcado por diferentes traços das diferentes culturas que o habitam. Nesse sentido, a essência do lugar revela a identidade coletiva das pessoas que o habitam, dando indícios para o professor de possíveis caminhos a serem trilhados para promover experiências significativas ao aluno. Destacamos a importância da representação, da identidade e da multiplicidade para a compreensão do lugar. Para isso, trabalhamos a representação narrativa a partir da micro história italiana, que analisa micro contextos no intuito de compreender costumes e agentes sociais da sociedade. Para complementar, trabalhamos outras escalas que interferem no local, tal como a identidade, a coerção, a legitimidade e a duração dos tempos sociais, além de outros elementos, como a identidade narrativa e a multiplicidade.

O segundo capítulo do nosso trabalho trata da aproximação de ideias entre a memória e geografia. Enquanto o primeiro capítulo traz o sentido e a necessidade de se trabalhar com uma “representação contextual”, onde espaço e tempo têm a necessidade de serem considerados junto, o segundo capítulo permite a discussão do aparato teórico e metodológico para o desenvolvimento de um esquema com categorias espaciais e temporais que permite melhor compreender os fenômenos geográficos e seu ensino.

O círculo hermenêutico recontextualizado para a relação espaço e memória, a partir dos atos de habitar e construir, nos dá uma pista de como alinhar as duas temáticas - memória e geografia - habitar – lugar, construir – paisagem. Em linhas gerais, Moreira (2015) por meio do esquema do método de representação geográfica a partir do materialismo-histórico, nos orientou de como podemos trabalhar a memória como ponto de partida de um fenômeno espacial/geográfico. Martins (2007), a partir do ser geográfico (relação intrínseca do homem em sua relação como o mundo), mostra a necessidade de *localização* no espaço e no tempo dos entes geográficos (em nosso caso, por questões teóricas do ensino de geografia, vamos substituir entes geográficos por fenômenos geográficos).

A memória reflete o tempo social que dura em nosso pensamento, mas é reformulado, ressignificado e atualizado a partir dos acontecimentos. Como trabalhamos com a ideia de tempos sociais, o fenômeno geográfico expressa um espaço social que, assim como o tempo social, expressa um contexto; nesse sentido, a *localização* de um fenômeno geográfico,

realizado por meio da análise da paisagem, depende da relação de *sucessão* e *duração* em relação ao tempo. Para nos auxiliar nesse processo de localização, o *ritmo* expressa o emprego da técnica no espaço ocupado pelo fenômeno geográfico – algo próximo à influência da técnica no espaço no esquema de compressão do espaço-tempo de David Harvey. Dessa maneira, a categoria de tempo está completa a partir das subcategorias de duração-sucessão-ritmo e que são especializadas na arquitetura da paisagem.

Besse (2014) e Cosgrove (1998) apresentam considerações que alinham a cultura à paisagem. A análise das paisagens como representação cultural e que remetem a um certo espaço e tempo social, transcende a materialidade e a rigidez do espaço concreto. Por isso, em duas de nossas análises, iniciamos com duas pinturas do município de Jaguariaíva, sendo uma delas *Porto de Javuaiava* (1827) de Jean Baptiste Debret, representando o fenômeno geográfico do tropeirismo, e a outra, de autoria de Tarsila do Amaral, intitulada *A Gare* (1925), representando o fenômeno geográfico da ferrovia e das Indústrias Matarazzo. Durante as análises também utilizamos fotos, desenhos e narrativas que expressam a configuração da paisagem que remetem e auxiliam na interpretação das representações dos fenômenos geográficos.

Como tempo e espaço são categorias fundamentais para uma representação contextual de um fenômeno geográfico e, de certa maneira, já mostramos o caminho teórico para a linha do pensamento do tempo – falta-nos, agora, representar o caminho de pensamento para o espaço. Como a categoria espaço é a base para o pensamento da ciência geográfica, existem discussões mais sistematizadas sobre a temática do pensamento espacial/geográfico.

Acreditamos que a diferença entre o pensamento espacial e geográfico é a de que, enquanto o primeiro está relacionado às questões cognitivas como localização, lateralidade, comparação, entre outros, o segundo está relacionado a questões das dimensões econômica, jurídico-política e cultural-ideológica da sociedade. Contudo, um pode ser complementar ao outro, sendo esse caminho aqui em nosso trabalho trilhado por Straforini (2018).

Com o objetivo de *compreender a espacialidade dos fenômenos*, Roque Ascensão e Valadão (2014) apresentam o tripé metodológico para a geografia: o tempo, o espaço e a escala. Compartilhamos dessa *ideia*, contudo, aprofundamos o pensamento a partir das subcategorias de tempo e acreditamos que a escala, junto com a localização (no espaço) e o fluxo, podem configurar as subcategorias de espaço, com o objetivo de *localizar os fenômenos espaciais no espaço e no tempo*. A localização espacial é uma condição elementar da própria geografia; a escala pode representar relações entre o local, o regional e o global e pode melhor expressar as conexões entre fenômenos espaciais e também expressar as singularidades do tecer do espaço-

tempo local e, por fim, o fluxo, juntamente com o ritmo, a noção da intensidade e de alcance do fenômeno espacial. Nesse sentido, complementamos a categoria espaço com as subcategorias de espaço, escala e fluxo.

Ainda apoiado em Straforini (2018), entendemos que as relações são necessárias para a melhor compreensão do fenômeno geográfico. A noção de escala se faz presente pela necessidade da relação de coexistência entre o micro e o macro, o local e o global. Muitas histórias que se configuram ou configuraram no local têm suas influências no global e vice-versa.

As interrelações espaciais, entre elas a da coexistência, que melhor elucidam o fenômeno geográfico, norteiam as práticas e os discursos. Como trabalhamos com a contribuição da memória no espaço e no tempo dos fenômenos geográficos, tentamos analisar e inferir as práticas e discursos espaciais como tradição – passado, demanda – presente e perspectiva – futuro (até o aqui e agora). O termo aqui e agora reflete as prescrições dos atos de pensar, de agir e de narrar a memória no espaço e no tempo.

Terceiro ponto: currículo escolar - identidade e lugar. Considerando a realidade que está para os currículos e conteúdos escolares e nossa perspectiva sobre temáticas que fazem sentido ao aluno, o nosso problema parte de um questionamento: dar sentido aos conteúdos escolares atuais para o aluno ou selecionar conteúdos escolares que façam sentido *ao aluno*? A teia de pensamento teórico a ser seguida em nossa investigação aponta para uma pesquisa da identidade coletiva da comunidade. Tal pesquisa é realizada pelas representações que derivam do cotidiano; destarte, o cotidiano é construído nas histórias narradas que habitam o espaço de um mesmo estrato. Assim, o lugar como sucessão, encontro, desencontro e reencontro de histórias, ao nosso ver, aponta para uma discussão didática da micro história e também dos estudos de caso para inserção dos conteúdos escolares.

As representações derivadas dessas histórias podem servir para identificação de movimentos inerentes aos conteúdos escolhidos e trabalhados na Geografia Escolar ou revelar novas abordagens ou a necessidade de seleção de outros. Essa abordagem, em certo sentido, corrobora com as ideias defendidas por Ivor Goodson. Um currículo escolar que parte da narração de uma comunidade sobre si mesma e constituindo-se a partir disso.

Como metodologia de pesquisa utilizaremos uma abordagem qualitativa pautada sobretudo no *paradigma indiciário*. A escolha do método descrito por Carlo Ginzburg (1989) permite a interpretação da realidade a partir dos sinais e indícios que dela emanam. Contudo, para que essa interpretação tenha consistência é necessário estar inserido no contexto e ter um grande conhecimento do campo estudado. Nesse sentido, somente o método pelo método não é

suficiente. Toda discussão teórica, o conhecimento da comunidade escolar, conhecimento do lugar e do tempo em que foram construídos, do ser professor e do ser pesquisador fazem a diferença na reconstrução da realidade a partir dos indícios. Ou seja, a interpretação dos trabalhos a partir dos indícios depende também da formação do sujeito que olha.

A perspectiva hermenêutica da metodologia permite tecer uma narrativa que expresse tanto as representações dos alunos, quanto as implicações e interpretações do pesquisador e sua literatura em uma busca de sentidos para nosso trabalho de pesquisa. A investigação entre memória e representação leva-nos para o nicho de sua produção, o cotidiano, onde a multiplicidade temporal e espacialmente localizada constroem e reconstroem os vínculos sociais, permitindo a mudança social. Nesse sentido, para abordar uma relação da produção de sentido cotidiana com a educação, buscamos apoio em Azanha (1992) que, a partir de uma releitura de Henry Lefèbvre, desenvolve uma tessitura que destaca as potencialidades e o desafio dos estudos do cotidiano como um aporte para a educação.

Para a análise dos resultados, propomos três movimentos:

- *Identificar* os fenômenos geográficos. A partir da análise das sequências didáticas, identificamos e contextualizamos os fenômenos geográficos no município de Jaguariaíva, Paraná, Brasil. Foi feita uma pequena abordagem histórica e geográfica do tropeirismo, da estrada de ferro e das Indústrias Matarazzo e da economia da madeira;
- *Localizar* o fenômeno geográfico. A partir de um esquema pautado nas categorias e subcategorias que envolve o tempo e o espaço, localizamos os fenômenos geográficos que nos permitem criar representações contextualizadas e;
- *Enredamento* de tempos e espaços sociais. Analisar e inferir práticas e discursos que remetem aos fenômenos geográficos e suas múltiplas perspectivas, visto a partir da tradição, da demanda e da perspectiva.

Os resultados expressaram maneiras de entender o tempo no espaço. O primeiro fato que temos que considerar é o de que os fenômenos geográficos coexistem no município; ainda que de forma fragmentária, cada paisagem remete ao seu fenômeno e expressa espaços e tempos inseridos em um contexto.

- Na periodização dos fenômenos geográficos observados, percebemos o fator econômico como força motriz. Mesmo com a sucessão dos fenômenos geográficos, ocorreu uma ressignificação ou refuncionalização que ajudam complementar a duração do capital. Esses termos - ressignificação e refuncionalização - são termos expressivos na compreensão dos resultados e revelam ao mesmo tempo o caráter

interacional, múltiplo e aberto do espaço, bem como a necessidade do alinhamento entre espaço e tempo para a representação de um fenômeno;

- Os fenômenos geográficos são representados e inseridos na paisagem na maioria das vezes, em nosso caso, em edifícios e lugares de memória. Dessa maneira, ao longo das interações de duração e sucessão dos fenômenos geográficos, eles tiveram sua representação alterada por meio da alteração simbólica ou de função (interacional, múltiplo e aberto). Assim, por meio de uma matriz de pensamento pautada na tradição, demanda e perspectiva, podemos alinhar as práticas e discursos espaciais que melhor enquadram o tempo social de um fenômeno geográfico (representação contextualizada);
- Mesmo espacialmente próxima, a maneira como o fenômeno geográfico é representada pode se apresentar temporalmente distante - quando tratamos de tempos e espaços sociais. No contexto do aluno, mesmo que ele frequente os espaços que remetem ao fenômeno geográfico, se a abordagem remeter apenas à tradição - passado - a representação e a reconstrução estarão somente para a replicação de informação;
- Quando alinhamos os tempos e espaços sociais para o presente o aluno transita melhor entre a tradição, a demanda e a perspectiva. Isso se colocou em duas situações, quando os alunos se remetiam aos edifícios dos fenômenos geográficos anteriores – tropeirismo e Indústrias Matarazzo - apenas na situação de refuncionalização e, quando tratamos dos fenômenos geográfico da economia da madeira, os alunos, além de informações sobre, apresentavam problemas e demandas, o que remete a uma melhor compreensão do fenômeno.

As reflexões finais sobre o trabalho de pesquisa remetem à complexidade e ao desafio do pensamento espacial e temporal no ensino da ciência geográfica na escola. A contribuição da memória para o pensamento espacial e temporal aponta para a necessidade da representação contextual dos fenômenos geográficos, que podem ser compreendidos a partir dos discursos e das práticas espaciais, e da *localização* espaço-temporal dos fenômenos geográficos.

- CAPÍTULO 2 -

AS TRÊS MIMESSES E A RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE PAUL RICŒUR E DOREEN MASSEY

Em linhas gerais, as três mimeses consistem nos estágios de como nós podemos estabelecer a mediação entre a narrativa e o tempo a partir da experiência humana que, por sua vez, é mediada pela linguagem. Para melhor explicar esse movimento, Ricœur (1997) faz uma analogia das três mimeses com o movimento de um rio. A primeira (I) mimese - *prefiguração* - seria a montante e a terceira (III) mimese - *refiguração* - a jusante de um rio, enquanto a segunda (II) mimese - *configuração* - é a que faz a mediação da experiência temporal entre a primeira e a terceira mimeses.

Deste modo, a mimese II seria onde, de fato, configura-se a reinterpretação de fatos, a atualização da memória, o esquecimento, o novo contar da história e o passar da cultura, enquanto as mimeses I e III são resultados desse processo. A mimese I seria o ponto de partida para interpretação da experiência humana e a mimese III “é o que fica” no processo entre o ponto de partida e experiência. Contudo, logo após a refiguração da memória, a mimese III já se torna a mimese I, pois é a partir dessa atualização que iremos interpretar novas experiências. Assim, para Ricœur (1997) “Seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado, pela mediação de um tempo configurado.” (RICŒUR, 1997, p. 87).

Mimese I

A mimese I, a que está à montante no movimento da memória, consiste na pré-compreensão do mundo pelo sujeito, o que, de certo modo, determina suas ações que são fruto de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal.

A inteligibilidade das ações está intrinsecamente ligada a fins que, em certo sentido, podem revelar o seu estado de consciência e a forma de um indivíduo pensar. Contudo, esses agentes - estruturas, fontes simbólicas e o tempo - sofrem mudanças a partir de acontecimentos históricos, reestruturando os fins e a ação. Ademais, muitas das ações são realizadas coletivamente, podendo revelar um caráter de cooperação, competição ou luta e, de certo modo, o pensar e o agir diferente revelam uma construção histórica do ser aberto, múltiplo e interacional e inserido em uma concepção democrática, abre portas para o político. Assim, as

coletividades estão em uma rede de intersignificações, fruto dos agentes e de acontecimentos históricos, sendo que para Ricœur (1997) “dominar a trama conceitual no seu conjunto, e cada termo na sua qualidade de membro do conjunto, é ter a competência que se pode chamar de *compreensão prática*.” (RICŒUR, 1997, p. 89 – grifo do autor).

A partir da compreensão da prática da trama, que está ligada a aspectos da memória, o filósofo francês insere a compreensão da narrativa, afirmando, por sua vez, a existência de uma dupla relação entre a prática e a narrativa: de *pressuposição* e de *transformação*. A primeira relação é a de que pressupomos a familiaridade entre o narrador e os agentes que se alinham com ação; a segunda é a que vem do próprio movimento da memória, que é causada pelos agentes e acontecimentos históricos. Assim, a narrativa age e sofre sobre a compreensão narrativa e prática do outro.

Outro aspecto da compreensão narrativa está na sua estruturação entre aspectos semânticos e pragmáticos da linguagem. Para o autor, as características da narrativa histórica pertencem a um campo pragmático da linguagem, pois esta sofre uma coletividade de intersignificações constantes devido a contextos específicos, ganhando em sua descrição, atualidade e integração. O autor complementa: “compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do ‘fazer’ e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas.” (RICŒUR, 1997, p. 91).

Se as memórias e ações podem ser narradas por meio da linguagem, existem fontes simbólicas que as permeiam. Dessa forma, os signos fazem a mediação entre o ser e o mundo por meio da linguagem. Ricœur (1997) aponta-nos: “as formas simbólicas são processos culturais que expressam a experiência inteira.” (RICŒUR, 1997, p. 92).

Contudo, é necessário entender a relação significado e significante nessa perspectiva cultural, a qual o filósofo defende da seguinte maneira:

Adoto de bom grado essa primeira caracterização que marca bem que o simbolismo não está no espírito, não é uma operação psicológica destinada a guiar a ação, mas uma significação incorporada à ação e decifrável nela pelos outros autores do jogo social. (RICŒUR, 1997, p. 92).

Assim, considerando a questão cultural do símbolo, ele passa a agir sobre contextos. Nesse sentido, para interpretar um símbolo é necessário considerar objetivos, estado de consciência, tempo, espaço, cultura, situação, entre outros fatores. Se por um lado o simbolismo ganha vários significados ao agir com o contexto, por outro ele é, em certo sentido, determinante ao pensar na relação com a atividade mimética. Isso, por exemplo, acontece numa relação

símbolo e ação, onde a representação vem da interpretação da análise dos caracteres e da conduta.

Para Ricœur, o último pressuposto para uma compreensão do mundo está na questão temporal. Para auxiliar esta análise, o filósofo traz o conceito de intratemporalidade (*Innerzeitigkeit*) de Heidegger em *Ser e tempo* (1927). O objetivo da compreensão deste conceito é fazer-nos entender que a análise do tempo não é uma sucessão de vários *agoras*. Ricœur (1997) coloca: “a intratemporalidade é definida por uma característica de base de inquietação: a condição de ser lançado entre as coisas tende a tornar a descrição da temporalidade dependente da descrição das coisas da nossa inquietação.” (RICŒUR, 1997, p. 99).

A intratemporalidade se constrói na reflexão sobre o cotidiano a partir das angústias que sentimos naquele momento. Nesse sentido, o estado emocional ou estados de consciência que estamos, refletem na interpretação de um fato marcado em nossa memória. Ao exaltar certos fenômenos em nossa reflexão do tempo, criamos lacunas temporais ao esquecermos outros fenômenos. Assim, Ricœur faz a relação entre narrativa e tempo. Para o filósofo, narramos o tempo a partir de uma reflexão que depende de nossas angústias construídas cotidianamente. A mimese I, que prefigura a memória, sendo a base para compreensão do mundo, depende de semântica, da ação simbólica e da temporalidade.

Mimese II

A mimese II, ou configuração, é onde o movimento da atividade mimética está em mais intensidade em todo seu percurso, reestruturando toda configuração narrativa e identitária do indivíduo. Para o filósofo, essa parte da mimese está intrinsecamente relacionada à ficção e à imaginação pois, nela, não estamos preocupados com nossas lembranças com exatidão, nem com o real. Ao narrarmos algo do passado, queremos passar um certo ponto de vista que, pelo nosso estado de consciência e intenção, está ligado muito mais ao nosso presente do que, de fato, ao nosso passado.

Ao narrarmos os fatos, vamos contando/formando histórias - a nossa história. Nesse sentido, Ricœur, relata a função mediadora da intriga, sendo: a mediação entre fatos isolados e incidentes dentro de uma história; a mediação tanto entre fatores heterogêneos, quanto agentes, fins, meios, interações, circunstâncias e resultados inesperados e a mediação pela razão de seus caracteres temporais próprios. Este último, ainda dentro do contexto da intriga e também da configuração narrativa, apresenta duas conjunturas temporais, uma cronológica e outra não

cronológica. A primeira refere-se à história narrada a partir de episódios e acontecimentos, enquanto a segunda está ligada à própria configuração da memória e da narrativa, transformando os acontecimentos em história. Para Ricœur (1997) “esse ato configurante consiste em ‘considerar junto’ as ações de detalhes ou o que chamamos de incidentes da história; dessa diversidade de acontecimentos, extrai a unidade de uma totalidade temporal.” (RICŒUR, 1997, p. 104).

Assim, uma história só pode ser compreendida dentro de um alinhamento de acontecimentos que auxiliem a justificar um ponto de vista. O arranjo temporal configurante é como se fosse uma linha temporal em que o narrador da história escolhesse os acontecimentos que melhor justificassem seu ponto de vista. Sendo a história contada não por um fato cronológico, mas por um ato reflexivo relacionado a um determinado assunto.

Outro fator importante na memória configurante, segundo Ricœur, é a imaginação. Para o filósofo, “ela liga o entendimento e a intuição, engendrando sínteses ao mesmo tempo intelectuais e intuitivas.” (RICŒUR, 1997, p. 107). A imaginação está muito ligada ao esquecimento. Em *A memória, a história, o esquecimento* (2013) Ricœur, afirma que a lacuna causada pelo esquecimento é preenchida pela imaginação, que por sua vez é criada a partir das referências de nossa memória. A função sintética e de preenchimento da lacuna causada pelo esquecimento, abre portas para reinterpretação do arranjo temporal pautado tanto nos acontecimentos, quanto nas histórias, produzindo esquematismo - a interpretação dos acontecimentos e fatos - alterando a função narrativa. Lembramos que a imaginação é pautada em um tradicionalismo, o que nos indica que a reconstrução de uma história parte da sedimentação dessa própria história.

Mimese III

A mimese III é pautada em quatro etapas: primeira: o círculo da mimese; segunda: configuração e refiguração da leitura; terceira: narratividade e referência e; quarta: o tempo narrado. A compreensão da mimese III, a configuração, tem suas origens nas mimeses I e II. Tais etapas são onde a configuração se faz mais presente na mediação entre tempo e narrativa.

O círculo da mimese não é um círculo viciante pois, se assim o fosse, a mimese III remeteria à mimese I, antes que passasse pelo processo de refiguração da memória. Com a mimese II, a mimese I reconfigura-se, abrindo novas possibilidades para a compreensão de mundo e para a configuração da narrativa. O círculo hermenêutico da memória pode ser considerado um círculo pelas suas etapas, mas não pela memória em si.

Os processos de refiguração e configuração abrem novas experiências ao leitor. A experiência anterior pode influenciar a leitura, possibilitando novas visões de mundo. Essa etapa também é um campo fértil para a imaginação criadora na relação esquematismo e tradicionalismo. A imaginação permite que desconstruamos a visão de “fora” e de “dentro” do texto.

A narrativa que apresentamos alicerça-se em nossas concepções de mundo, que por sua vez está intimamente ligada à nossa memória. Desta forma, o que falamos e não falamos está muito ligado a quem constituímos como indivíduos. Se o círculo da memória se altera, também se alteram nossas referências de vida, logo, nossa narrativa sobre o mundo também e, por fim, a constituição do indivíduo.

Por fim, com o ciclo da memória alterando quem somos, a forma como narramos o tempo também se altera; o arranjo temporal configurante é pautado em nossas visões de mundo. Assim, cotidianamente temos diversas experiências e alteramos nossos estados de consciência. Logo, para justificar um assunto ou dar um ponto de vista em uma história, fazemos uma reflexão sobre o tempo em relação a um objetivo; assim consideramos o tempo não como um acontecimento – cronológico, factual - mas como parte da história - não cronológico.

Neste processo, lembramos e esquecemos para sermos o que somos até aqui e até agora. A memória determina a forma do nosso pensamento até que ocorra um acontecimento que significa, que passe a fazer parte de nossa história e fique ligado a algo de nosso interesse, renovando o ciclo da memória.

Memória, espaço e narrativa

Se é no tempo que as memórias são marcadas, é no espaço que elas acontecem. Para compreender a relação memória, espaço e narrativa, Paul Ricœur em *Arquitetura e narrativa* (1994) e em *A memória, a história, o esquecimento* (2013), faz um alinhamento da temática do espaço com o movimento da memória e suas etapas com o tempo - prefiguração, configuração e refiguração.

Para o filósofo, se o tempo narrativo deriva do tempo cosmológico e do tempo fenomenológico, o espaço se constitui da dialética do espaço cartesiano com o espaço vivido, dando origem ao espaço habitado e que se dispõe na arquitetura. O espaço habitado é fruto da ação de construir. Por isso, a arquitetura conta muito sobre a memória de um indivíduo ou comunidade. O ato de construir para o espaço está alinhado com o ato de narrar para o tempo.

Em relação ao movimento da memória, a arquitetura se equivale da configuração do tempo. Contudo, o espaço construído também é calculável como espaço geométrico, mas é ao mesmo tempo palco da experiência humana, acumulando histórias que duram (nem sempre) na matéria no qual o constitui, mas na memória humana. Esses espaços, sejam eles de circulação ou de fixação, são organizados pelas sociedades em uma espécie de sistema de sítios que servem de referência para as mais importantes interações da vida humana.

Em uma relação entre espaço e o arranjo de configuração da narrativa, Paul Ricœur aponta:

A narratividade impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que se alternem renovação e repetição. É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho de tempo e espaço. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximações e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas. (RICŒUR, 2013, p. 159).

No contexto do ensino da Geografia, a análise da relação entre memória, tempo e narrativa e memória, espaço e narrativa, dá-nos uma pista para olhar para o processo didático e pedagógico com uma visão cotidiana na relação da produção do espaço pela sociedade. A memória como fruto do cotidiano permite uma visão da micro história dos movimentos atrelados aos conteúdos da Geografia que afetam o lugar - como conceito geográfico - que se originam e se disseminam em diversas escalas espaciais. O movimento da memória junto com a reflexão do tempo e do espaço, remetem a temporalidades e espacialidades que nos marcam e que foram construídas até aqui e agora. Assim, compreender o espaço vivido e habitado pelo aluno e entender o que ele tem a dizer sobre algo, pode facilitar a intervenção docente na tarefa de mediar o conteúdo escolar e sua vida.

A prefiguração e o espaço: o espaço construído/habitado

A prefiguração da memória está relacionada com nossas referências para a compreensão de novas experiências que nos ocorram. Desta forma, a própria compreensão e visão de mundo está ligada a essa etapa da memória e a expressamos a partir da narrativa.

Para Ricœur (1994), o alinhamento entre memória-tempo e memória-espaço no estágio de prefiguração está na relação construir-habitar. Não se separa a prefiguração dessa relação porque construir está relacionado à configuração (mimese II) e habitar ao ator de refiguração (mimese III). Como o ato de construir é fundamental para habitar e o ato de habitar revela ou traz a necessidade de construir, partiremos desta relação para nos fundamentarmos.

Se por um lado os acontecimentos que significam alteram o tempo narrativo, por outro, os acontecimentos que intervêm na disposição do espaço alteram a relação da memória com o espaço. No contexto da Geografia, o habitar-construir discutido por Paul Ricœur está alinhado aos conceitos de lugar e paisagem: o lugar como espaço de vida e o de paisagem nas construções desses espaços, os quais o filósofo denomina de *sítios*.

Os sítios, como espaço da construção e do habitar da vida humana, muitas vezes, estão ligados ao familiar e ao nostálgico, que levam ao pensamento de fixação em um determinado espaço. Contudo, existem as operações de circulação, de ida e vinda, de movimento da vida humana, onde elas se encontram e se desencontram com esses espaços. Na relação narrativa-espaço, os movimentos construídos e habitados são coexistentes com percursos de lugar da vida humana, contando sua dinâmica e seus contextos. Sobre o lugar, Ricœur (1994) comenta: “os lugares são locais onde algo se passa, onde algo chega, onde mudanças temporais seguem trajetos efetivos ao longo dos intervalos que separam e ligam os lugares.” (RICŒUR, 1994, p. 4).

O lugar não é apenas uma relação com o espaço, mas uma relação da vida humana com o espaço e com o tempo, onde se cria uma representação na qual coexiste sua história de vida sobre um determinado espaço. Assim, como o tempo narrado não se constitui de sucessivos *agoras*, o lugar não são sucessivos *aquis*. O lugar, junto ao tempo narrado, auxilia no contar das trajetórias de vida e serve para a compreensão de novas dinâmicas espaciais.

A configuração e o espaço: o espaço construído

Ainda ao tomar Ricœur (1994) como ponto de referência, cabe-nos sua afirmação de que “o espaço construído é o tempo condensado.” (RICŒUR, 1994, p. 5). Esta frase expressa bem a relação ao considerarmos que o ato de habitar se apoia em transformações constantes dos espaços quando melhoramos ou modificamos a vida no espaço. Um espaço construído é um espaço cristalizado, leva consigo uma história e uma ideia. A cidade é feita dessa forma, um adensamento e uma sedimentação de espaços construídos que abrigam vidas que, por sua vez, alicerçam-se no que eles representam para contar a história. A construção da cidade pode estar

ligada a contextos maiores que, por sua vez, se alinham a questões sociais e políticas que têm em suas origens atores hegemônicos distantes da realidade das histórias dos que os habitam. Desta forma, é na nova construção que o ato de configurar se coloca, sendo no fazer do ato que se ganha a noção de tradição e de inovação do espaço. Ricœur (1994) aponta:

E, na medida que o contexto construído guarda em si o traço de todas as histórias de vida que forjaram o ato de habitar dos outros cidadãos de outrora, o novo “configurador” projeta novas maneiras de habitar que virão se inserir no emaranhado dessas histórias de vidas já realizadas. Uma nova dimensão é, assim, dada à luta contra o efêmero: ela não está mais contida em cada edifício, mas entre suas relações. (RICŒUR, 1994, p. 6).

Considerando ainda o ato de construir e a relação do habitante com o novo espaço, o filósofo francês chama-nos a atenção para o papel de construtor ou de ator cultural que ele representa. Ele pode ser muito essencialista e não estar ligado às alterações, expectativas e necessidades apontadas para o ato de habitar, mas representar um estilo, uma ideologia ou nenhuma ideologia, sedimentando as formas culturais que habitam o espaço. Assim, o espaço construído abre portas para a monumentalidade, que sempre representa uma ideia, uma data e uma identidade que, muitas vezes, é interpretada de maneira essencialista. Essa forma de construir pode, também, alterar o rumo da maneira de habitar e de construir das pessoas de determinado espaço.

Refiguração e o espaço habitado

O ato de refiguração espacial está na nova forma de habitar que se faz na reflexão sobre as nossas histórias e de como mudamos, considerando o tempo e o espaço que vivemos e habitamos até o aqui e agora. Contudo, o ato de habitar não é imutável, assim como no processo de prefiguração, ele está ligado aos acontecimentos. Mesmo outras comunidades ou grupos podem melhor se encaixar ou não nesse novo habitar. Desta forma, ao novo acontecimento ou uma reivindicação, o habitar pode ser posto à prova, podendo gerar novas exigências, tendências e expectativas de construção que surgem iminentemente da comunidade e do grupo.

O movimento da memória e o espaço sempre gera a necessidade do fazer espacial, tanto em suas relações, quanto em sua disposição, criando movimentos constantes. Assim, é o lugar, como coloca Ricœur, um espaço de movimentos entre vidas, que habitam e constroem de acordo com suas expectativas e demandas. Nesse movimento, muitas histórias se encontram e se desencontram, alterando o significado para quem habita esse lugar.

Memória, espaço e lugar

Postas estas considerações, a partir deste ponto, nossa proposta de trabalho será a de alinhar a perspectiva de Paul Ricœur acerca da narrativa e do espaço com o conceito de lugar - aqui abordado como conceito da Geografia científica. Contudo, muitos dos trabalhos que fazem a relação de Ricœur com a Geografia seguem uma linha da fenomenologia, como apontado por Silva (2015). Alinharemos os pensamentos de Ricœur sobre memória e espaço com o conceito de lugar de Doreen Massey que, em linhas gerais, considera o lugar como fruto da relação entre a vida cotidiana e as geometrias do poder.

Inicialmente, cabe lembrarmos o ciclo da memória de Ricœur (1997) que, como vimos, está dividido em três etapas: a mimese I, ou prefiguração; a mimese II, ou configuração; e a mimese III, ou refiguração. Tais etapas foram vistas tanto na sua relação com o tempo, quanto com o espaço. Em uma dialética entre espaço e arquitetura, a memória ganha novos termos, como: habitar/construir para o ato de prefiguração, construir para ato de configuração e habitar para o ato de refiguração. Esse movimento do espaço e da arquitetura por meio dos atos faz com que a representação, as interpelações e a disposição do espaço se alterem, seguindo demandas que se originam do ato de habitar.

Para Massey (2008), o espaço é interacional, múltiplo e aberto. Interacional, por ser um produto histórico, que une desde dimensões globais a intimamente locais; múltiplo, por ser fruto de multiplicidades de pensamentos (alguns mais dominantes e outros mais dominados) que constituem o espaço e são co-constitutivos e formam espacialidades abertas. Deste modo, o fato de o espaço ser um produto histórico e de interações mantém o espaço aberto a novas interações; se ele se fechar, não existirão processos históricos nem relações entre os agentes constitutivos do espaço. Com características distintas e com diferentes resultados da interpelação das geometrias do poder na vida cotidiana dos indivíduos e do grupo, o espaço sempre está aberto ao processo histórico de múltiplas naturezas. É nessa conjuntura espacial que as trajetórias ou histórias de grupos e indivíduos distintos acontecem em processo de concordância e discordância, encontros e desencontros.

Como indica Massey (2008) “entender o espaço como produto de inter-relações, combina bem com a emergência, nos anos recentes, de uma política que tenta comprometer-se com o antiessencialismo.” (MASSEY, 2008, p. 30). Dessa maneira, para a compreensão de que as identidades são mutáveis e garantem a sua representatividade, é necessária uma compreensão do espaço a partir de sua dimensão política. A coexistência de múltiplas identidades forma os

lugares. Não existe espaço antes da identidade. Contudo, essa coexistência é conflituosa e, em certo sentido, existe uma relação entre o conflito e o essencialismo da identidade. Assim, o jogo político de identidades com noções mais essencialistas é, também, mais difícil e conflituoso.

Tais identidades influenciam-se e têm, cada uma em contextos específicos, relações com as geometrias do poder. Destarte, acabam deixando marcas e são marcadas pelo espaço, criando espacialidades que, por sua vez, reconfiguram a identidade. O que fica evidente nesse processo é que o processo de formação de lugares não é coerente, linear ou romântico, mas um processo histórico de conflitos que envolvem um grande extrato de identidades menos ou mais essencialistas e que, em certo sentido, negociam-se internamente na construção do espaço. À Geografia cabe entender tais relações espaciais e as espacialidades criadas pela identidade e a necessidade de negociação, fundamental a uma abertura política.

A construção histórica e conflituosa do lugar evoca a segunda preposição sobre espaço da geógrafa britânica Doreen Massey, a da multiplicidade. A autora indica que, para o reconhecimento da multiplicidade, existe a necessidade de reconhecer as espacialidades construídas, ou seja, uma reflexão sobre a organicidade do lugar e, a partir dessa compreensão, entender que outros lugares, outras espacialidades, coexistem simultaneamente. Percebemos, assim, que cada lugar é construído de uma maneira específica, com contextos únicos e conta sua história para o mundo. Tal perspectiva teórica converge com o pensamento da globalização como um processo de sequência histórica, linear, na qual os lugares apenas estão em diferentes estágios da linha do tempo.

Como última preposição, Massey (2008) aponta que a abertura do espaço está nas relações entre um espaço e outro. Mas, para que os espaços continuem reconfigurando-se tal como a proposta da autora, as interações devem ser feitas com espaço distintos e com naturezas múltiplas, em um processo de encontro, desencontro e reencontro. “O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, no qual todas as interconexões já tenham se estabelecido e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros.” (MASSEY, 2008, p. 32). Para a autora, caso o espaço faça todas as conexões possíveis, ele se fecha para o político e promove o essencialismo das identidades que o habitam. Para melhor sintetizar nossa ideia, esquematizamos com um quadro aproximando as ideias de Massey e Ricœur (quadro 1), que segue:

Quadro 1 - Síntese entre o pensamento espacial de Doreen Massey e de Paul Ricœur

Doreen Massey	Paul Ricœur	Paul Ricœur	Aproximações
Espaço	Mimese/Narrativa	Espaço/Arquitetura	
Interacional	Prefiguração	Construir/Habitar	Fruto de processos históricos e de espaços/indivíduos que coexistem na vida cotidiana até aqui e até agora. Molda a forma que representamos/pensamos sobre o espaço em que habitamos. A construção e a relação com o espaço contam nossa história
Múltiplo	Configuração	Construir	Na vida, deparamo-nos com diferentes acontecimentos (espaço-tempo) em diferentes escalas espaciais e nichos sociais (sítios), influenciando-nos e mudando nossas visões de mundo. Como resultado, podemos alterar nossa memória e/ou alterar a disposição do espaço
Aberto	Refiguração	Habitar	Coloca-se como a nova forma de pensar e habitar um espaço. As demandas surgirão do ato de habitar e de acontecimentos/eventualidades cotidianos. Isso só é possível porque as interações não se esgotaram

Elaboração: CALANDRO, 2018

O lugar é constituído de trajetórias e histórias que se relacionam entre si e com o espaço, sendo no processo de acúmulo das histórias no espaço que se origina o lugar. O encontro das trajetórias, muitas vezes, não é previsível por estas terem naturezas distintas ou pelas histórias não serem ligadas a cenários mais amplos. Quando as trajetórias são ligadas a movimentos de uma escala mais ampla é mais fácil se identificar. No entanto, é a diversidade de trajetórias, de identidades, de influências distintas e de escalas espaciais diversas que tornam o lugar não estático.

Massey (2000) apresenta quatro características sobre o lugar: primeira: o lugar não é estático; segunda: o lugar não tem fronteira; terceira: o lugar abriga várias identidades, repletas de conflitos internos e; quarta: o lugar é singular e continuamente produzido por histórias que têm origens em diferentes escalas espaciais que agem sobre si mesmas.

O lugar não tem limites determinados; o aqui é visto como um imbricar de trajetórias não limites, como um município, um estado ou um país. Muitas vezes as influências que agem

no lugar vêm de outros locais distantes espacialmente, porém, mais próximos em relações, identidades ou outras co-fluências e, da mesma forma, o contrário podendo ocorrer. Assim, o lugar não é determinado ou quantificado pelo espaço cartesiano, mas pelos pontos em comum entre diferentes culturas, histórias e trajetórias que se acumulam e acontecem nele.

Os movimentos que acontecem nos lugares, as influências que eles recebem em diversas escalas e a singularidade causada na relação das diferentes densidades das geometrias do poder com os locais, fazem com que convirjam e divirjam identidades, que se influenciam e reconfiguram, tornando-as mais ou menos essencialistas. Mesmo com a cultura capitalista globalizatória sendo dominante, não acontece nos locais uma transposição fidedigna. Para tais identidades disseminarem-se nos locais, elas mesclam sua composição com a identidade local, tornando em uma identidade híbrida. Neste cenário, existem os mais diferentes níveis de conflitos e relações de poder, tornando o lugar ainda mais singular.

No contexto de acúmulo e de imbricadas de histórias em movimento, a limitação determinada por co-fluências e não limites físicos e o fazer e refazer de identidades faz a singularidade do lugar de maneira contínua. O lugar pode guardar cada uma dessas especificidades com um grau maior ou menor, ao mesmo tempo que as intensidades diferentes dessas características poderiam influenciar de maneira diferente em lugares diferentes. Algo distinto seria o acúmulo das histórias do lugar em relação com as histórias e trajetórias que se estão formando, criando camadas superpostas de diferentes tempos e espaços que têm ligações com contextos locais e mais amplos.

Massey (2008) comenta a respeito do caráter do lugar:

Se o espaço é, sem dúvida, uma simultaneidade de estórias-até-então, lugares são, portanto, coleções dessas estórias, articulações dentro das mais amplas geometrias do poder do espaço. Seu caráter será um produto dessas interseções, dentro desse cenário mais amplo, e aquilo que delas é feito. Mas também dos não-encontros, das conexões, das relações não estabelecidas, das exclusões. Tudo isso contribui para a especificidade do lugar. (MASSEY, 2008, p. 190).

A autora que temos trabalhado pensa no processo de formação do lugar na perspectiva do coexistente. Sendo assim, o que não formou o espaço, de alguma forma, formou, pois se formasse, o lugar apresentaria outras características. Assim, os encontros e os não encontros, as relações estabelecidas e as relações não estabelecidas, assim como as inclusões e as exclusões, tudo isso ajuda a compor o lugar tal como ele é até aqui e até agora. Pensar desta maneira abre portas para se pensar a organicidade ou a genealogia da construção do lugar.

Assim como um acontecimento altera e reconfigura a memória, um evento altera o lugar, mantendo-o em movimento. Nessa perspectiva, Massey (2008) coloca: “e, no entanto, se tudo se move, onde está o aqui?” (MASSEY, 2008, p. 201). O espaço e o tempo causam o devir do aqui e do agora. Narrativas, história, trajetória e movimentos imbricam e se acumulam no espaço, dando origem ao lugar. A reflexão sobre o devir e a origem dos processos da mudança faz com que identifiquemos espacialidades e temporalidades que ajudam a entender os encontros e desencontros do aqui e do agora.

Na reflexão sobre o lugar, percebemos vários conflitos em sua constituição e que derivam das várias identidades que o habitam, provocando uma negociação entre o humano e o não humano. A geógrafa comenta a eventualidade:

Isso é eventualidade do lugar, em parte simples sentido de reunir o que previamente não estava relacionado, uma constelação de processos, em vez de uma coisa. Este é o lugar como aberto e enquanto múltiplo, não capturável como um recorte através do tempo no sentido de um corte essencial. Não intrinsecamente coerente. (MASSEY, 2008, p. 203).

A abertura para uma demanda política entre o *lugar* de Ricœur e o *lugar* de Massey está no movimento que o conceito carrega. Ambos são construídos na vida cotidiana e afetam nossa forma de agir e pensar diante das interações sociais no tempo e no espaço. A interação está no ato de construir/habitar que é um fruto do tempo-espaço e do imbricar de histórias e trajetórias acumuladas até aqui e agora; a multiplicidade vem dos diversos caminhos que os lugares tomaram, nas suas interconexões e co-fluências e se caracteriza no ato de construir, e a abertura do espaço está no habitar, que acumula além de história, identidades (às vezes conflituosas) e que se movimentam com acontecimentos que geram alteração ou uma demanda na relação ou disposição do espaço. Dessa maneira, o ciclo espacial considera sempre as angústias, as crises e as percepções das identidades que habitam o espaço.

ELEMENTOS PARA MELHOR COMPREENSÃO ENTRE MEMÓRIA E ESPAÇO

Representação

No contexto da narrativa e da representação, Ricœur coloca-nos que a narrativa não atende ao aspecto explicativo de um fato documental - devido ao acontecimento e de como percebemos - no entanto, ela o acompanha e o sustenta. Assim, o acontecimento, compreendido

como aspecto de refiguração da memória e alteração da narrativa é entendido como *inimigo* da narrativa em sua função de explicação e compreensão dos fenômenos.

No sentido didático que buscamos, as representações e narrativas dos alunos derivadas da reflexão do cotidiano devem, minimamente, acompanhar um fato documental (conhecimento científico e sistematizado), inserindo-se em um fluxo contínuo de significações entre a representação e o estudo de caso. Para nós, o papel do professor fica no alinhamento ou na aproximação entre a narrativa e o aluno, apresentando-lhes uma certa coerência narrativa com o estudo de caso e sua estrutura científica. Em uma analogia, o conteúdo apresentado pelo professor teria o sentido de um acontecimento para a narrativa, refigurando a mentalidade, a narrativa e a representação de determinado assunto. A vantagem do lugar e de um estudo de caso, em nossa perspectiva, é de que, pela vivência cotidiana, o aluno pode construir narrativas e representações mais elaboradas sobre algo, facilitando a conexão entre os campos de conhecimento empírico e científico.

Nossa narrativa é construída a partir da experiência dos acontecimentos com que nos deparamos em nossa vida, sendo que as representações que temos dos objetos e acontecimentos são uma estabilização e síntese do processo mimético. Como a inteligibilidade do acontecimento é guiada por um estado de consciência e também por inclinações ideológicas por participarmos de múltiplos nichos sociais, um mesmo acontecimento pode ocasionar narrativas opostas entre indivíduos e grupos.

Além de mostrar a multiplicidade de narrativas, esse fato demonstra que os acontecimentos não são apenas um fragmento da narrativa. Mostra que os acontecimentos impactam e conectam a vida das pessoas de maneiras diferentes, porque apresentam histórias de vida diferentes. Como o próprio filósofo Paul Ricœur coloca “a vida não é uma história, e só assume essa forma na medida em que conferimos esse atributo.” (RICŒUR, 2003, p. 254). No contar de uma história é que conectamos os acontecimentos para justificar nosso ponto de vista sobre algo.

Contudo, o autor chama a atenção para a distinção entre duas diferenças na inteligibilidade da narrativa: a primeira, no contexto de contar a história de vida, que está ligada à *coesão de vida*, e a segunda, a narrativa como explicação/compreensão, que está ligada à *conexão* de acontecimentos. No entanto, a coesão de vida, identificada por traços pré-narrativos, tem raízes e se articula com a conexão de acontecimentos, tendo como fim a refiguração. Assim, existe uma coerência narrativa entre a história de vida por meio da coesão de vida - o indivíduo como um todo - e a explicação/compreensão por meio da conexão entre acontecimentos - o

indivíduo como parte, sendo um indissociável do outro, com o primeiro como uma síntese dinâmica do segundo. (RICŒUR, 2003).

O filósofo apresenta uma maneira de coerência narrativa que, para nós, geógrafos, faz muito sentido: a representação da narrativa por meio do jogo da escala. Acreditamos que essa maneira de conectar/representar a narrativa pode fortalecer as aproximações entre o lugar e as geometrias do poder sugeridas por Massey (2008), ampliando a discussão para intuito didático do trabalho. No entanto, antes, temos que entender *o acontecimento* que, em certo sentido didático, aproxima-se do conteúdo escolar.

Em linhas gerais, os acontecimentos apresentam uma escala de espaço-tempo, sendo o alcance e a duração variados e entendidos como algo que causam reviravolta, às vezes, alterando o contexto. Um exemplo de escala de espaço-tempo são os acontecimentos que envolvem os grupos sociais como família e amigos do bairro, que alteram as microrrelações e acontecimentos macro, como o Renascimento, a Revolução Francesa ou mesmo a Reforma Protestante.

Dessa maneira, a coerência narrativa a partir da inteligibilidade de explicação/compreensão está na maneira de conexão entre o micro e macro. Para Ricœur (2003) a ideia chave para se trabalhar a noção de escala na representação/mentalidade “é que não são os mesmos encadeamentos que são visíveis quando mudamos de escala, mas as conexões que passaram despercebidas na escala da macro-história.” (RICŒUR, 2003, p. 221).

Para introduzir o tema da micro e da macro história, o autor faz relação, também, com uma de nossas áreas afins, a cartografia:

A noção de escala é um empréstimo da cartografia, da arquitetura e da óptica. Em cartografia, existe um referente externo, o território que o mapa representa; além disso, as distâncias medidas pelos mapas de escalas diferentes são comensuráveis segundo relações homotéticas; o que permite falar em redução de um terreno pela colocação em uma determinada escala. Todavia, observamos de uma escala para outra uma mudança de nível de informação em função do nível de organização. Pensemos na rede rodoviária: em grande escala, vemos grandes eixos de circulação; em escala menor, a distribuição do habitat. De um mapa para outro, o espaço é contínuo, o território é o mesmo, assim a mudança discreta de escala mostra um mesmo terreno; é esse aspecto positivo de uma simples mudança de proporção; não há lugar para oposição entre escalas. Sua contrapartida é certa perda de detalhes, de complexidade, e, portanto, de informação, na passagem a uma escala maior. Esse traço duplo – proporcionalidade das dimensões e heterogeneidade da informação – não pode deixar de afetar a geografia, que deve tanto à cartografia. (RICŒUR, 2003, p. 221).

Assim, quando ao mudarmos de escala, não necessariamente vemos algo menor ou maior, mas cada escala mostra coisas diferentes, com encadeamentos, configuração e causalidades diferentes. A escolha de uma determinada escala implica em ganhos de informação de um lado e perdas de outro. Mas isto depende do que se pretende investigar, assim como o telescópio é aplicado para investigar o macro e o microscópio, o micro.

As características de nossa pesquisa, que objetiva analisar as produções de alunos sobre seu espaço pelos conceitos de memória e de lugar, aproximando-os às discussões didáticas, melhor se alinham com a escala micro. Neste sentido, buscamos apoio na micro história italiana, discutida em Carlo Ginzburg, que será evocado tanto para a questão da narrativa histórica a partir da escala do micro, quanto para a metodologia deste trabalho de pesquisa, no amparo do paradigma indiciário.

No livro *O queijo e os vermes* (2006) Ginzburg conta-nos a história de Domenico Scandella, o Menocchio, um moleiro que vivera no norte da Itália no período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna e que, apesar de ser letrado e de ter acesso à cultura erudita de sua época, fora condenado e morto pelos tribunais da Inquisição por defender ideias cosmogônicas que não se alinhavam às da Igreja Católica, sendo considerado, portanto, pagão. A partir da análise de dois processos movidos contra ele, junto com documentos de sua família, de sua vida como artesão e também de suas leituras, Ginzburg reconstrói e reconta a vida de Menocchio por meio de indícios, intuição e conhecimento de causa que beiram a Sherlock Holmes – personagem de Arthur Conan Doyle.

Nesse livro, Ginzburg não trata de escala, mas de nível cultural, uma relação entre cultura popular, a de Menocchio, e a cultura erudita, a da Igreja e dos membros da Santa Inquisição. Mas, a ideia principal é a da dialética entre as formas de análise e reconstrução da narrativa. A microanálise no contexto de nossa pesquisa irá mostrar problemas familiares, realidades econômicas e sociais, problemas que os moradores do bairro enfrentam, as necessidades e conquistas de um indivíduo ou da comunidade, a relação entre centro e periferia, aproximando-se do que as pessoas pensam, do que se identificam, de suas angústias e de seus projetos de vida. A relação com o macro aparece quando mudamos a escala de análise e vai se alinhar com o movimento da metodologia de pesquisa, na qual buscaremos fazer relações entre as narrativas com os conteúdos escolares de Geografia.

Contudo, se considerarmos apenas o micro, sem as relações externas existentes na sociedade, estaremos fadados ao esgotamento da multiplicidade e, no caso, à refiguração. Tal fato deteria todo o processo político envolvido no qual nossa literatura se apoia. Outro fato é que, se não relacionarmos com contextos maiores de representação, o micro pode ser

interpretado como generalizações errôneas e/ou sem rigor, consideradas como meros estudos de caso.

Assim, Ricœur (2003) apresenta outras formas de escala que fogem da espacial e temporal e se relacionam mais com os grupos e vínculos sociais que sobrepõem o vínculo espacial. Ele divide em três outros grupos: escala de eficácia ou coerção; escala dos graus de legitimação e; escala dos aspectos não-quantitativos dos tempos sociais.

A primeira, a escala de eficácia ou coerção, de maneira geral, está ligada às instituições que se desenvolvem nas sociedades ao longo do tempo, instituições estas que são resultado de negociações e convenções que determinam modos de conduta. Dessa maneira, podem ocorrer duas situações na questão das relações sociais: ou o indivíduo se identifica com as regras estabelecidas pela instituição, ou ele é coagido por essas regras. Como a própria categoria coloca, a maior ou menor identificação ou coerção pode acontecer em escalas diferentes.

Michel Foucault, no texto *De outros espaços*, de 1967, apresenta o conceito de heterotopia, que se relaciona com a questão que trazemos. O primeiro princípio da heterotopia é que “provavelmente não há uma só cultura no mundo que não constitua heterotopias.” (FOUCAULT, 1967, p. 3). Neste sentido, cada cultura regula seus espaços da maneira que melhor lhe confere naquele tempo, podendo ser alterada de acordo com novas concepções e necessidades. Por exemplo, em nossa sociedade atual não se expressa a mesma conduta no bar da esquina ou em uma igreja, porque tais espaços refletem convenções negociadas pela sociedade.

De uma maneira menos negociada e mais coercitiva, um outro exemplo que Foucault também trabalha é o do Estado. Em *Vigiar e Punir* (1987), o Estado faz coerção dos indivíduos que não se encaixam nos padrões estabelecidos em espaços a partir da força. Por outro lado, uma estratégia do Estado para a eficácia é a criação de uma identidade nacional por meio da criação de símbolos, heróis nacionais e exaltação do território e de seu povo com o objetivo de legitimar-se. Um trabalho que caminha nesta linha de pensamento é o de José Murilo de Carvalho n’*A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (1990). Neste sentido, a instituição como representação cria a identidade e a coerção, oscilando na produção de sentido de acordo com os laços sociais e a cultura.

A segunda escala apresentada por Ricœur, a escala e grau de legitimação, é inerente à publicidade dos agentes sociais. “Mas ninguém é grande ou pequeno por qualquer preço. Alguém se torna grande quando, em um contexto de discórdia, se sente justificado a agir da forma que age.” (RICŒUR, 2003, p. 232). Nesse sentido, grandeza e legitimidade andam lado a lado e se consolidam por meio da identidade ou da repulsa.

Quanto maior a grandeza, maior a legitimação e maior será a identificação, implicando na homogeneização do vínculo social. Isso implica, novamente, na perda da multiplicidade e do político. Neste sentido, é preciso implantar o diferente, sendo ele quem vai colocar à prova a qualidade de legitimação, abrindo novamente à multiplicidade e ao político.

A última escala, a dos aspectos não-quantitativos dos tempos sociais está relacionada às durações e de como elas marcaram nosso espírito. Mesmo às durações que apresentam um certo grau mensurável de duração a partir da extensão temporal das durações como, por exemplo, certas conjunturas que podem ser indexadas às estatísticas, fatos repetitivos ou fatos documentais duram em intensidades diferentes nos vínculos sociais de acordo com seu histórico de formação. Como existe uma multiplicidade de vínculos sociais dentro das sociedades e culturas, a intensidade da duração ganha uma escala e forma tempos sociais diferentes. Os diferentes graus de duração das escalas apresentam a multiplicidade dos vínculos sociais e, por conseguinte, das representações. Assim, voltamos à questão da representação dinâmica trazida por Doreen Massey (2008).

A alteração das representações depende da duração. O que alteramos na representação depende da intensidade de significação com a duração. Para se ter uma ideia de como eventualidades e acontecimentos causam durações de intensidades distintas e de como elas se alteraram nos percursos da representação, temos que olhar o passado histórico do vínculo social, considerando a identidade, a legibilidade e a inteligibilidade. Para Ricœur (2003) “a linearidade de uma descida preguiçosa de cima para baixo responde à reordenação sempre em curso dos usos das durações.” (RICŒUR, 2003, p. 236). Fazendo uma relação com a analogia das três mimeses como um rio, em que a prefiguração está à montante e a configuração o percurso e a refiguração estão à jusante, as durações se apresentam por meio de elementos como o relevo e a chuva, onde o primeiro influencia no seu percurso e o segundo, na nitidez da água, por exemplo. Deste modo, instabilidade e descontinuidade são tidos como categorias que contribuem para a inserção da multiplicidade e agentes de mudança social.

Se por um lado a multiplicidade atualiza a representação, a hegemonia de um dos extremos das escalas a estabiliza, fechando as portas para o político, vivendo um tempo social linear e contínuo. Essa característica pode gerar representações pautadas em identidades essencialistas ou em representações que não condizem com a configuração do espaço-tempo atual. Mas, ao mesmo tempo, a estabilidade pode ajudar na inteligibilidade da eficácia das instituições. Dependendo dos níveis de eficácia, a estabilidade pode gerar representações de segurança, mas também pode ser uma maneira de controle social que mantém estruturas de

hierarquização intransponíveis e que se materializam no espaço-tempo como determinismo social; um exemplo seria a manutenção das relações centro-periferia. (RICŒUR, 2003).

Considerando as características extensivas e intensivas das variáveis que configuram a representação do até aqui e agora e determinam a nossa identidade a partir da ilegibilidade e da inteligibilidade dos vínculos sociais, as representações construídas são a base para compreensão do mundo e, para compreender a recusa, a aceitabilidade ou o ajuste para novos vínculos é necessária uma reflexão sobre o passado.

Um outro fato sobre as representações é que elas têm movimentos dialéticos sobre os agentes sociais, podendo ser, por exemplo, intensivas ou extensivas, estáveis ou instáveis e assim por diante. Na reflexão sobre os tempos sociais, elas se estabilizam, ocupando um grau nas escalas, provocando uma imagem sobre o vínculo. A mudança social provocada pela multiplicidade pode reconfigurar a representação, alterando o grau da categoria na escala e, por conseguinte, alterando a imagem.

Neste sentido, podemos apontar para a representação como sendo uma *guardiã* da identidade, mas também como algo prescritivo e regulatório de nossa vida. Sobre o tema, Paul Ricœur (2003) comenta:

De fato, é possível levá-la a assumir ora uma função taxonômica: ela guardaria o inventário das práticas sociais que regem os laços de pertencimento a lugares, territórios, fragmentos do espaço social, comunidades de filiação; ora uma função reguladora: seria a medida de apreciação, da avaliação de esquemas e valores socialmente compartilhados, ao mesmo tempo em que traçaria as linhas de fratura que consagram a fragilidade das múltiplas funções dos agentes sociais. (RICŒUR, 2003, p. 240).

Esse processo identitário e prescritivo da representação pode indicar os múltiplos trajetos no trabalho de reconhecimento de cada um em relação a cada um e de cada um em relação a todos. Tal perspectiva aproxima-se da noção de *visão de mundo*.

O percurso até a visão de mundo mostra um processo do conceito de representação que pode auxiliar-nos na compreensão das representações dos estudantes envolvidos nesta pesquisa, cujas visões de mundo podem dar indícios de reconhecimento do percurso de vida, revelando acontecimentos que duram até aqui e até agora. Identificar algumas características do percurso da representação pode auxiliar em uma melhor reflexão didática com abordagens de conteúdo que significa para o aluno. Conectar o conhecimento escolar com as representações de mundo dos alunos pode ajudá-los a criar sua própria narrativa sobre o conteúdo, refigurando sua representação com bases mais científicas.

Reconhecer-se a partir do outro e do grupo pode ajudar o aluno a entender a multiplicidade de visões de mundo que são inerentes a outro indivíduo e grupo e, assim, dentro de um contexto espacial, o contato com múltiplas visões e interpretações do espaço para que não ocorram generalizações de causa e consequência simplórias, visões e narrativas unilaterais, que nos levem a crer que o espaço sustente *verdades absolutas* e intransigentes. Massey (2008) destaca a necessidade de atenção para o perigo da representação. Para a geógrafa, a representação estabiliza no espaço e, de certa forma, desconsidera o tempo, tirando a simultaneidade e a multiplicidade do espaço. Os resultados dessa concepção são a distorção do espaço e do tempo ligados à vida cotidiana e uma perpetuação de uma identidade espacial com traços mais essencialistas.

As representações estão pautadas na atividade da memória e, para que a memória se reconfigure, é necessário viver novas experiências que durem e que, em nosso caso, é percebida como uma multiplicidade existente no espaço-tempo. Por sua vez, as representações são fruto de um processo de experiência e significação, do qual se deriva a memória, do que (re)significa e do que não tem significação, do qual resulta o esquecimento. Nesse sentido, memória e esquecimento constroem o contexto para representação de algo. E em se pensando no espaço, a representação se materializa no habitar e no construir, no que compreende a formulação de indícios sobre a vida em tal lugar.

Identidade narrativa e multiplicidade

A identidade narrativa em Ricœur tem suas raízes nos trabalhos de Heidegger por meio do conceito de *intratemporalidade* que, em certo sentido, quer dizer onde o “tempo parece ser coextensivo do ser no mundo.” (RICŒUR, 1997, p. 422). A partir do cruzamento entre dois tempos, um tempo que nos marca, fenomenológico, e um tempo histórico e substancial, cosmológico, surge um terceiro tempo, o narrativo, sendo que este melhor se caracteriza a partir da atividade mimética e na narrativa.

O filósofo francês mostra a importância da narrativa na questão da identidade:

Sem auxílio da narração, o problema da identidade pessoal está, com efeito, fadado a antinomia sem solução: ou se coloca um sujeito idêntico em si mesmo na diversidade de seus estados, ou se considera, na esteira de Hume ou de Nietzsche, que esse sujeito idêntico é somente uma ilusão substancialista, cuja eliminação só revela um puro diverso de cognições, de emoções e violações. (RICŒUR, 1997, p. 424).

Desta maneira, a identidade é compreendida em sentido de um mesmo (*idem*) e outra em si mesmo (*ipse*), sendo a primeira a que se refere a uma identidade substancial e, a segunda, a uma identidade narrativa. Assim, existe uma ligação entre a ipseidade e a identidade narrativa. O autor comenta os frutos da ipseidade como identidade na vida do sujeito:

O si mesmo pode, assim, ser dito refigurado pela aplicação reflexiva das configurações narrativas. Ao contrário da identidade abstrata do Mesmo, a identidade narrativa, constitutiva da ipseidade, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão da vida. O sujeito mostra-se, então, constituído ao mesmo tempo leitor e como escritor da sua própria vida, segundo o voto de Proust. Como a análise literária e autobiográfica verifica, a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verdadeiras ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas. (RICŒUR, 1997, p. 425).

Nessa perspectiva, o tempo e espaço, em toda sua dinâmica social, configura e reconfigura o sujeito, que narra e faz uma tessitura do outro (o seu eu do passado) até explicar o si mesmo (o seu eu do presente). Para isso, é necessário um autoexame de vida que dê a organicidade do caminho percorrido até o momento.

Na perspectiva da memória, segundo Paul Ricœur (1994) a narrativa é fruto dos *sítios* ou “quadros sociais da memória” (HALBWACHS, 1990) de que fazemos parte. Nesse contexto, lembramos como membro do grupo, por exemplo, escola-aluno, escola-professor, família-filho, família-mãe, amigo-amigo e assim por diante. Dessa maneira, ao constituirmos nossa narrativa, falamos aquilo que nos faz sentido em um cenário de concordância ou discordância que coexiste nos grupos aos quais pertencemos em nossa vida. Sendo assim, a constituição do si não obedece a um estrato de grupo, mas a uma narrativa que se alinha com a posição do grupo atual. Assim, há uma recontextualização da narrativa para que faça sentido ao grupo. Do mesmo modo, ocorre uma atualização de uma narrativa geográfica.

O conceito de lugar para Doreen Massey explica a essência da vida humana no espaço. Compreender o movimento do lugar como construção histórica de um determinado espaço, multifacetado e aberto a novas interações, é entender que ele passou por um caminho até estar como está. Sua construção é fruto das pessoas e dos grupos que têm suas histórias relacionadas ao espaço que habitam, construindo e reconstruindo de acordo com suas demandas. O lugar acumula e imbrica trajetórias em sua essência, construindo identidades espaciais diversas.

Se por um lado a configuração (*mimese II*) é onde ocorre a mudança do quadro da memória e ato de construir, sendo fruto da relação entre espaço e memória em Paul Ricœur, em Doreen Massey é a multiplicidade que mantém o movimento na constituição do espaço.

Massey (2008) em uma de suas preposições, compreende o espaço como “esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência, da heterogeneidade.” (MASSEY, 2008, p. 28). Em outro texto e numa perspectiva de relação espaço-lugar, a autora exemplifica tal multiplicidade e expõe suas demandas:

Os lugares são lugares de encontro de diferentes pessoas, diferentes grupos, diferentes etnias. Em termos humanos, eles são o emaranhamento, a reunião de diferentes histórias, muitas delas sem qualquer ligação anterior com as outras. Eu, por exemplo, moro em um apartamento no segundo andar, onde existem dois apartamentos abaixo do meu. Os moradores destes três espaços de habitação, agora neste edifício, vieram de muitas direções. Mas aqui estamos nós, e agora devemos administrar o viver juntos, para durar um longo tempo. A área da cidade em que vivo replica isto em uma escala maior e uma maneira de imaginar as cidades inteiras é na verdade [vê-las] como uma reunião de lugares-de-diferença intensamente complexa (essa diferença não tem de ser dramática ou etnicamente definida, por exemplo. Nós somos cada um de nós diferentes). A consequência disso é que “lugares”, a partir de um edifício de apartamentos até uma cidade inteira, exigem a negociação. O cotidiano, de uma centena de maneiras, demanda diretamente a negociação de nossa diferença. Algumas vezes fazemos isso; em outras há abismos de desigualdade e/ou incompreensão; implicando na violência e no confronto. (MASSEY, 2017, p. 39).

No trecho, a autora exemplifica a multiplicidade do lugar por meio do espaço que habita: seu apartamento. O múltiplo se apresenta ao considerarmos os moradores dos outros apartamentos que carregam consigo, e cada um à sua maneira, costumes, cultura e histórias diferentes. Alinhando a passagem com o pensamento espacial da autora, a abertura do espaço aparece na necessidade de negociação entre os moradores para um bem comum que é morar em um mesmo lugar, construindo assim uma nova história/relação com o espaço.

Da mesma maneira, podemos compreender que a passagem da autora está ligada à relação memória-espaço descrita por Paul Ricœur. O acontecimento (mimeose II), que é necessidade de negociação, construiu uma nova maneira de agir no espaço necessário para que todos habitem o espaço de uma maneira mais ou menos harmônica. Formou-se, deste modo, um novo quadro do lugar, com novas multiplicidades engendradas em sua construção histórica, influenciado sem saber até exatamente onde, mas também pronto para novas interações que não se sabe ao certo de onde vêm, prontas para novas demandas, negociações, aproximações e distanciamentos.

Em sentido prático, da mesma forma que em uma cidade pode comportar a coexistência de várias temporalidades, pode também comportar várias espacialidades e serem percebidas e

interpretadas a partir do tempo e espaço contemporâneo. Nesse sentido, Massey (2008) descreve o conceito de *coetaneidade* que, de algum modo, seria uma interpretação conjunta da coexistência com o cotidiano, fazendo sentido a partir de uma visão múltipla do fazer cotidiano.

No ínterim do que vimos até aqui, fica claro que espaço e lugar só podem ser compreendidos em sua natureza indissociável do tempo. Deste modo, lugares coexistem simultaneamente, mesmo que de forma interdependente e, para que ocorra uma melhor compreensão, devem ser vistos como lugares de encontro e desencontro de histórias, destacando, assim, a multiplicidade de fatos que o constituem até aqui e agora.

Uma maneira de melhor compreender o lugar e sua multiplicidade é entender a maneira como ele foi constituído, sua genealogia. A partir da analogia do palimpsesto, Massey (2008) explica-nos a reconstrução do lugar em um contexto pós-colonial:

Eles supõem a multiplicidade sob a forma de palimpsesto. Isto pode capturar a estratégia de dominação, bem como indicar a possibilidade de ruptura. Assim, de acordo com Rabasa, “a imagem do palimpsesto torna-se uma metáfora esclarecedora para entender a Geografia como uma série de apagamentos e sobre-escrituras que transformam o mundo. Os apagamentos imperfeitos são, por sua vez, uma fonte de esperança na reconstituição ou reinvenção do mundo de pontos de vista dos nativos e não eurocêtricos. (MASSEY, 2008, p. 164).

Embora a analogia do palimpsesto apresente uma ideia de sedimentação do espaço, valorizando a simultaneidade em vez da coexistência e do contemporâneo, ela é fundamental para compreendermos a multiplicidade e o movimento do espaço. A reconstrução ou reinvenção do lugar se dá a partir de um aprofundamento no fazer de seu habitar e construir. Para isso, a análise histórica de suas interações a partir de algumas estratégias como bibliografia, biografia, arquitetura, costumes, crenças, festas, histórias, narrativas, entre outros, são necessárias na reconstrução da essência e para compreender a disposição do espaço a partir das práticas que o transformaram. Dessa maneira, traçamos e reconstruímos a genealogia do lugar e o caminho percorrido por ele até aqui.

A articulação entre multiplicidade e identidade narrativa com o espaço se faz a partir de uma representação espacial que engendra espaço e tempo. A multiplicidade de concepções espaciais expressa a ipseidade da identidade narrativa. O lugar é palco do fazer cotidiano e que une, no local, histórias com influências de diversas escalas que coexistem. Nesse sentido, ao mesmo tempo que o espaço comporta múltiplas interpretações, comporta também várias identidades narrativas; escutar, exemplificar e enquadrar as narrativas no espaço são expressões das multiplicidades construídas no espaço, ressignificando a construção do lugar. Como diz o

filósofo francês “[...] um sujeito reconhece-se na história que conta a si mesmo sobre si mesmo.” (RICŒUR, 1997, p. 426). A multiplicidade espacial e a configuração da memória fazem com que a ipseidade do sujeito e da comunidade não se esgote, proporcionando a construção de identidades menos essencialistas e, em um sentido geográfico, que o ato de habitar e construir o lugar e sua história não cesse.

- CAPÍTULO 3 -

A MEMÓRIA, A GEOGRAFIA, O PENSAMENTO ESPACIAL

Da memória à Geografia

A memória, como fenômeno da configuração e reconfiguração do ser e da cultura, mostra-se como uma representação e visão do mundo pautada nas experiências que nos marcam e acontecem em diferentes contextos e escalas no tempo-espço. Contudo, o trabalho da memória forma visões do mundo em um *fluxo contínuo da vida* nas quais as experiências significam, nos marcam, se relacionam e determinam nossa visão de mundo atual. Há, portanto, uma atualização das visões do mundo onde o presente atualiza a memória e se confunde com o passado.

O nosso trabalho aqui é aproximar as ideias do arcabouço teórico da memória com o da geografia e, posteriormente, com o ensino de geografia. Para um primeiro momento, pautamo-nos em alguns autores, especialmente em Moreira (2015), Martins (2007), Corrêa (2018) e Cosgrove (1998).

Para Moreira (2015) “a ciência é uma forma de representação que vê e organiza o mundo através do conceito, restringindo a relação entre a imagem e a fala a esse nível de representação.” (MOREIRA, 2015, p. 108). Assim, como método geográfico, uma forma inicial de aproximar as ideias entre memória e geografia é, a partir das representações dos alunos construídas até aqui pelo fenômeno da memória, relacioná-las com os conceitos e categorias da ciência geográfica.

Em momento já apresentado, por meio das aproximações realizadas entre Paul Ricœur e Doreen Massey, trouxemos alguns indícios da categoria geográfica que abordamos, que é a de lugar. No entanto, Moreira (2015) expressa e sistematiza as categorias geográficas a partir de princípios lógicos que, em vários sentidos, contribuem para a reflexão do pensamento geográfico e do ensino da geografia. Nesse trabalho, Moreira (2015) traz o conceito de lugar como categoria do território. Assim, o autor pode nos indicar alguns caminhos na relação entre a memória e a geografia.

Ricœur (2003), ao longo da investigação narrativa, aproxima a memória da geografia a partir do lugar. Do mesmo modo que existe um *tempo narrativo*, que é fruto do trabalho da memória entre o tempo cosmológico e o tempo fenomenológico, para o autor existe, ainda, um

terceiro espaço que, por sua vez, também é fruto do trabalho da memória entre a relação do espaço geométrico - euclidiano - e o espaço fenomenológico - percepção espacial; do processo dessa relação resulta a ação de *construir* e *habitar*. Dessa maneira, para Ricœur, a narrativa espacial se dá por meio da arquitetura que, em certo sentido, revela no espaço a memória de um grupo.

Sobre a geografia, Ricœur (2003) coloca-nos: “a geografia não é geometria, na medida em que a terra circundada de oceanos é uma terra habitada.” (RICŒUR, 2003, p. 168). O esquema de alternância das durações e rupturas dos lugares a partir do ato de construir e habitar, mostra a relação entre o espaço e a sociedade e os movimentos que constituem o lugar.

Se *construir e habitar* trazem indícios de uma narrativa espacial, a categoria espacial da *paisagem* pode contribuir para nosso trabalho, pois para Moreira (2015) “a geografia é uma forma particular de ciência que tira sua especificidade de relacionar a *imagem e fala* por meio da categoria de paisagem.” (MOREIRA, 2015, p. 108 – grifo do autor). Nesse sentido, as representações que são constituídas por meio de desenhos do espaço (construir - imagem) e narrativas do espaço (habitar - fala) aproximam memória e geografia.

Para Moreira (2015), os principais conceitos que constituem o pensamento de representação do mundo geográfico são a paisagem, o espaço e o território. No entanto, para iniciar a análise de representação e geografia, o ponto de partida é sempre a paisagem:

A paisagem é o ponto de partida e o ponto de chegada na produção da representação em geografia. Isso significa valorizar a imagem e a fala e da fala antes como havíamos analisado. Daí a geografia sempre pareça ficar num meio-termo entre arte e ciência, duas formas próximas de representação. Dessa especificidade sai seu método. O método da geografia é também o de acompanhar o vaivém das retransfigurações da imagem e da fala, mas partindo do princípio de que a imagem e a fala sejam atributos da paisagem e por isso trocam de posição e dialogam - a imagem vira fala e esta vira imagem que volta a ser fala numa troca de posição ininterrupta – em caráter permanente dentro da representação geográfica. Por conta da paisagem o retorno recíproco da fala e da imagem é uma necessidade maior ainda na geografia. (MOREIRA, 2015, p. 109).

O autor fala em *retransfiguração da imagem e da fala* em relação à paisagem. No contexto da memória, pode-se entender que ocorreu um processo de reconfiguração da memória a partir de um acontecimento. Nesse sentido, o acontecimento em Ricœur, ou o evento em Massey, promove a abertura e a singularidade do espaço, onde a epistemologia geográfica é percebida a partir da alteração da paisagem e que, de certo modo, pode transitar entre algumas categorias dos conceitos geográficos.

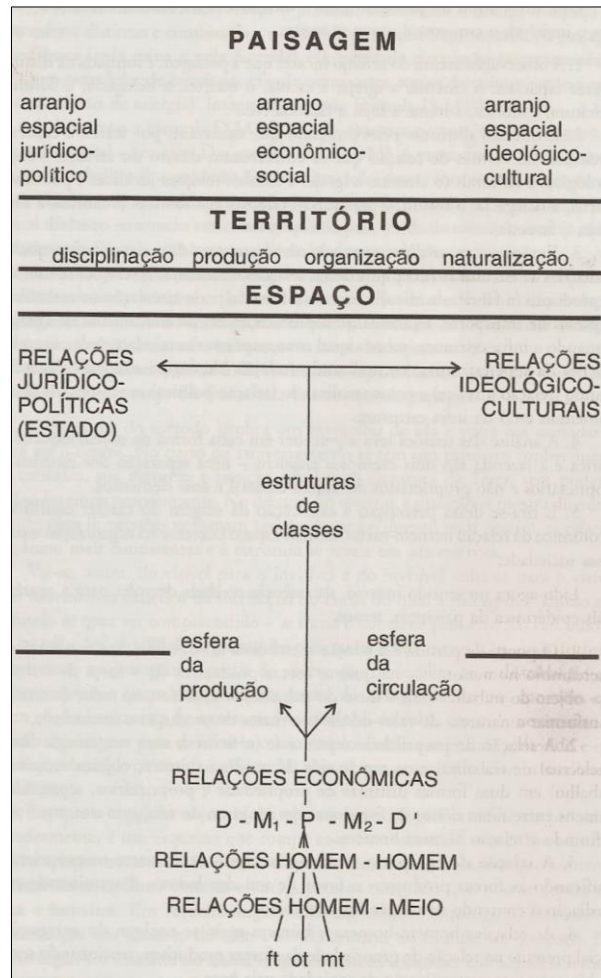
No entanto, para Moreira (2015), as representações geográficas devem buscar detalhes e indícios dos fenômenos que ocorrem no espaço de forma constante e repetida. Devem, ainda, buscar um padrão que ajude a explicar a configuração e organização do espaço e, para isso, é necessário estabelecer a relação entre *imagem* e *fala*, ou o que foi *construído* e a forma que foi *habitado*.

A *imagem* da paisagem humana expressa o que foi *construído* e a *fala* expressa os outros elementos de uma paisagem que não podem ser percebidos apenas pela imagem, a exemplo da essência do lugar ou o processo das práticas sociais. No contexto da memória, a *fala* expressa uma “identidade narrativa” (RICŒUR, 1997) de um grupo ou indivíduo, podendo revelar formas de *habitar* o espaço.

Moreira (2015) propõe pensar o mundo e a transformação da paisagem pautada em uma relação dialética, a partir de uma interpretação articulada pelo materialismo histórico. Nesse modo de pensar, os fenômenos são compreendidos como inseridos numa sociedade capitalista. Assim, em linhas gerais, a análise da paisagem humanizada mostra as forças de trabalho, mediada pela sociedade capitalista, ao mesmo modo que a análise das forças de trabalho mediada pelo capitalismo ajuda a explicar a paisagem e sua transformação.

Em uma relação dialética, o autor explica a paisagem humana, relação homem-meio e homem mediado pelo trabalho no sistema capitalista. O método proposto mostra as tensões, as estruturas, as superestruturas e formas de controle que formam o cotidiano, colocando a transformação do espaço como centro das discussões a partir do visto e do falado.

O esquema 1, na sequência, apresenta o método de representação geográfica a partir do materialismo-histórico.

Esquema 1 - Método de representação geográfica a partir do materialismo-histórico

Fonte: Extraído de MOREIRA (2015, p. 115)

Na perspectiva abordada, as forças que promulgam a paisagem são invisíveis e construídas nas relações que, por sua vez, são inteligíveis na efetiva transformação do espaço. Como já dito, dentro do contexto da memória, a arquitetura é fruto do espaço geométrico e o espaço fenomenológico e as tensões, as estruturas, as superestruturas e as formas de controle que permeiam e formam o cotidiano levam-nos à preposição de duração espaço-temporal que, por conseguinte, no ato de construir e habitar de uma sociedade, apresentam simultaneidade e coexistência de durações do espaço; ressalte-se, este espaço e estas estruturas compoem a paisagem.

1. A observação atenta do arranjo mostra que a paisagem é formulada de distintos objetos espaciais: o cinema, a igreja, a escola, o quartel, a delegacia, a prefeitura, a fábrica, a mina, a loja, a fazenda etc.
2. E que são distintas pelo conteúdo que encerram, por serem a expressão particular as formas de relação que se entrecruzam, por serem a expressão dentro do arranjo de relações: relações ideológicas e culturais (o cinema, a

- igreja, a escola), relações jurídicas e políticas (o quartel, a delegacia, o fórum, a prefeitura), relações econômicas (a fábrica, a mina, a loja, a fazenda).
3. Então, ao se analisar seus respectivos conteúdos, descobre-se que são mediações na estrutura da hierarquia dessa relações no arranjo: as relações econômicas de produção (a fábrica, a mina, a loja ou a fazenda) e de circulação (o mercado, as empresas de transportes, os meios de comunicação ou de transmissão de energia), formando a infraestrutura, sobre a qual se superpõe como relações de controle as relações da superestrutura, naturalizando (relação ideológico-cultural), disciplinarizando (relação jurídica) e consensualizando (relação política) as tensões (de classe, ambientais etc.) da infraestrutura. (MOREIRA, 2015, p. 114).

Dessa maneira, o espaço, assim como o tempo, revelam a constituição do ser por meio da arquitetura do espaço. Assim, a primeira relação entre memória e geografia é: arquitetura-paisagem. A arquitetura tal como está, que é fruto de um habitar e construir de uma sociedade, no contexto geográfico, aproxima-se da atual configuração e arranjo da paisagem, que é fruto do visto e do falado e ambas as visões de mundo têm a representação como alicerce.

Na continuidade da discussão do método de representação geográfica, Moreira (2015), coloca-nos:

Do ponto de vista de representação, tudo começa na categoria de paisagem, mas, se explicitaria na categoria do espaço mediada na categoria do território. Interpretando a forma de relação entre elas, tal como vimos no segundo esquema, vai-se do espaço para o território, e por meio deste chega-se a paisagem. Mas depois faz-se o inverso: vai-se da paisagem ao território e deste chega-se ao espaço. (MOREIRA, 2015, p. 116).

O método de representação geográfica contém as categorias território-espaço-paisagem, mas sempre centralizado pela categoria espaço. Assim, “analisar espacialmente um fenômeno implica antes descrevê-lo na paisagem e a seguir analisá-lo em termos de território, a fim de compreender o mundo como espaço.” (MOREIRA, 2015, p. 116). No entanto, para o autor, quem faz as relações e adaptações entre uma categoria e outra são os princípios lógicos, sendo eles o de “localização, distribuição, extensão, distância, posição e escala.” (MOREIRA, 2015, p. 116).

Para a leitura que vai da paisagem ao território, dois princípios lógicos são necessários: o de localização e o de distribuição. Esse exercício faz com que a análise espacial dê um salto de qualidade, pelo fato de que o território se destaque e ganhe mais nitidez a partir da configuração e domínio. Assim como a paisagem está engendrada no espaço, o território é um recorte do espaço. Dessa maneira, a complexidade do espaço geográfico dá-se a partir das relações dos territórios que se configuram, como colocado, a partir de um recorte espacial que segue primeiro os princípios da localização e da distribuição.

Assim, as subcategorias apresentam-se para um melhor entendimento da representação do espaço geográfico; a localização, a distribuição, a extensão, a distância, a posição e a escala são subcategorias do espaço. Com a manifestação dos princípios lógicos observados no território, aparecem vestígios e indícios que ajudam a construir as subcategorias de lugar, rede e região (sendo lugar, região e rede subcategorias do território). Por fim, arranjo e configuração são subcategorias da categoria paisagem, sendo fruto de um processo histórico de contínua transformação.

Moreira (2015), conclui seu pensamento sobre a representação geográfica:

1. os princípios são a base lógica da construção da representação geográfica do mundo;
2. a paisagem é o ponto de partida metodológico, o plano de percepção sensível dos objetos e seu arranjo, que serão lidos e descritos com a ajuda dos princípios;
3. o conceito de território vem em seguida, a partir da identificação dos recortes e domínios mapeados, no arranjo da localização e distribuição e assim dos sujeitos das paisagens;
4. o espaço é o resultado final, aparecendo na clarificação do conjunto como uma estrutura qualificada de relações, em cuja base está o caráter histórico da relação homem-meio, a sociedade geograficamente organizada. (MOREIRA, 2015, p. 118).

O método descrito por Moreira (2015), parte do arranjo e configuração da paisagem para pensar quais os processos que certa sociedade passou para chegar até ali. Essa concepção de método se alinha com o nosso pensamento, no qual a configuração da representação espaço-temporal do aqui e agora é fruto de um processo histórico de acontecimentos que marcam nossa memória e se materializam no espaço a partir do construir e habitar e, tudo isto visto em um sentido didático, pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, os princípios lógicos trabalhados pelo autor podem revelar a genealogia do espaço por meio da paisagem e território que, em seguida, por meio das histórias e processos coexistentes podem revelar potencialidades do lugar para o ensino da Geografia. Contudo, em uma relação de contribuição com o autor, percebemos que os princípios lógicos estabelecidos se referem apenas ao espaço e não têm nenhum princípio lógico que se refere ao tempo. Doreen Massey coloca-nos que a representação só se realiza de maneira efetiva na leitura de mundo se considerarmos espaço e tempo juntos. Um sem o outro pode acarretar em representações essencialistas e/ou mal estruturadas. Talvez, um princípio lógico que possa dar conta da representação e que equipare espaço e tempo e que contribua para o método de representação geográfica é o de *duração*.

Em linhas gerais, a *duração* está associada aos tempos sociais e como os acontecimentos permeiam e significam, configurando e reconfigurando nossa memória, nossa compreensão e visão de mundo. Como Paul Ricœur (2003) coloca, os acontecimentos ou fenômenos podem ter durações imediatas, durações conjunturais, durações estruturais e podem atingir indivíduos, lugares e sociedades de maneiras diferentes, dependendo do contexto social. A duração pode ser percebida no espaço a partir de documentos, monumentos, instituições, estruturas, arquiteturas e na utilização dos espaços públicos.

Como a *duração* está intrinsecamente para a forma de agir e pensar de um indivíduo, ou seja, a identidade, um texto que pode contribuir para a discussão entre memória e geografia é o de Élvio Rodrigues Martins, intitulado *Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser* (2007). Na discussão entre ser e ente, Martins (2007) entende que a relação entre espaço e ontologia se coloca a partir da maneira pela qual as coisas existem e se dispõem no espaço, e que determina a sua essência. O autor aponta:

Portanto, não posso dizer que as coisas são espaço, ou então que o ente é espaço, e sim que ele, ente, existe, e por existir tem ou está em um espaço, que é uma dimensão e forma da existência do ente. E é essa existência que determinará a essência, o ser do ente. Ou seja, as formas do existir são determinantes na definição do ser em sua essência. (MARTINS, 2007, p. 35).

Nesse sentido, a partir da existência e disposição das coisas no espaço, surge a categoria de *ordem*. Para o autor, tal categoria tem a capacidade de localização e distribuição dos entes e de fazer suas correlações, coabitações e codeterminações, enfim, uma categoria que dê conta de realizar as relações das coisas que coexistem no espaço. Compreender tais relações é, de certo modo, entender a lógica existente da sua produção:

Assim, espaço é atributo do ato de cognição do mundo. Mas como tal, não é um dado *a priori*, como queria Kant, e sim algo que emerge como construção social, um atributo cultural, uma forma de ver e compreender o mundo. Sua suposição acompanha diferentes formas de apreensão e compreensão do mundo, além de ser expressão existencial da objetividade das coisas. (MARTINS, 2007, p. 35).

O espaço é construído e habitado por indivíduos e grupos que carregam consigo uma cultura que expressa visões de mundo. A memória, como fenômenos de transmissão de cultura, tem um papel importante na transposição da visão de mundo de uma sociedade para a construção do espaço e, que tem como final de processo, a arquitetura.

“A descrição topológica e cronológica dos fenômenos ordena e orienta o pensamento e a ação do sujeito para a realidade compreendida.” (MARTINS, 2007, p. 39). Dessa maneira, há uma necessidade de uma “mente geográfica” (MASSEY, 2015) que se alinhe com o objeto de estudo e epistemologia da ciência geográfica. Assim, a mente geográfica é guiada pela relação da “sociedade com o espaço” ou da “sociedade com a natureza”, a fim de chegar à geograficidade dos fenômenos representados por meio da interpretação e descrição.

Os princípios assentados por Martins (2007), que se colocam a partir de uma categoria da *ordem* que tem como intuito relacionar os entes dispostos no espaço a partir de determinantes, provoca, de certa maneira, uma territorialização dos entes, aproximando-se dos princípios lógicos dos métodos de representação geográfica de Moreira (2015). Dessa maneira, os entes e suas correlações podem ser localizados e distribuídos no espaço, configurando territorialidades.

Martins (2007) traz o termo *coexistência*, a partir da descrição do espaço-tempo dos fenômenos geográficos. A coexistência é muito trabalhada por Massey (2008) na relação com o cotidiano, onde é criado o neologismo “coetaneidade”. Essa ideia infere que o lugar é formado pela coexistência de vários cotidianos. Aqui, é necessário lembrar que a noção de cotidiano é determinada pela *duração* e *sucessão* dos tempos sociais. Assim, a ideia de coexistência leva à noção de que *durações* diferentes habitam o espaço a partir da configuração e disposição dos entes, dando a essência do espaço/lugar.

No contexto geográfico, a *duração* pode contribuir para a análise das alterações da distribuição e localização dos entes que formam o espaço até aqui e agora, ou seja, identificar a distribuição e a localização da espacialidade e da temporalidade dos fenômenos que compõem o espaço. O ritmo das relações dar-se-á com a percepção do tempo e entendido pela natureza das coisas localizadas e distribuídas. Essa compreensão ajuda a traçar o caminho que as coisas que compõem a disposição do espaço tomaram para ele ser configurado, habitado e construído da forma atual. Martins (2007) coloca:

E nesse empirismo imediato, a observação presente na descrição vai denotando a estabilidade/instabilidade das localizações e a constância ou a metamorfose da distribuição. Constata, assim, o grau de mutabilidade do observado, em intervalos de tempo diversos (*duração*). Ou seja, pela temporalidade e espacialidade, o movimento da realidade realiza-se e é observado. (MARTINS, 2007, p. 40 – grifo do autor).

A visão de mundo é configurada e reconfigurada a partir das nossas experiências, formando tempos sociais que duram e se sucedem, sendo que a descrição como categoria

geográfica pode ser influenciada pelas durações e sucessões dos tempos sociais. Por outro lado, as visões de mundo, que são a base de referência para a construção e habitação do espaço, alteram-se com novas demandas e vínculos sociais, reconfigurando a visão de mundo e provocando uma nova arquitetura espacial. Assim, uma forma de observar o movimento dos fenômenos geográficos ao longo do tempo é considerar na descrição as demandas e vínculos sociais que duram e que sucedem os tempos sociais. Desta maneira, temos uma visão de mundo geográfica ou uma mente geográfica, que exige pensar e ser geografia a partir da descrição pautada na prefiguração da nossa memória.

A descrição em Martins (2007) vai além da descrição do aqui e agora; ela contém movimento, dando conta do existir histórico do ente a partir do espaço e do tempo, revelando sua essência:

E é neste sentido que podemos ter a Geografia como categoria da existência. Esta categoria que é constituída por espaço, tempo, relação e movimento, estabelecidos a partir da enti(dade) genérica do mundo que é a matéria, e por sua expressão subjetiva, a Idéia. A matéria apresenta-se aqui na unidade processual presente entre homem-meio e na relação entre subjetivo/objetivo. Dentro dessa dinâmica entre subjetivo/objetivo o conteúdo geográfico ganhará forma a partir das noções de absoluto e relativo, contínuo e descontínuo. (MARTINS, 2007, p. 41 – grifo do autor).

A matéria do espaço compreendida como fruto de empirismo cotidiano coloca-se como conteúdo geográfico a partir das conexões da representação e do método da ciência geográfica. Na concepção de geografia e memória, a *duração* e a *sucessão* compreendem o absoluto para relativo e do contínuo para descontínuo. O *habitar e construir*, fruto da relação entre a memória e o espaço, modifica-se a partir da *sucessão*, alterando a relação entre indivíduo e comunidade com seu espaço, modificando-o também.

Dessa maneira, configura-se uma via de mão dupla onde a *sucessão* modifica o espaço que, por sua vez, modifica o indivíduo/grupo. Essa nova *duração* vai até a quebra do vínculo social que é colocado por novas demandas. As identidades, os modos de existir e conviver com o espaço vão se modificando a partir de quem o habita, revelando uma existência mutável. Nesse sentido, para compreender a essência do lugar temos que considerar o tempo – social – que o compõe.

Explicamos a trajetória de um ente, mas Massey (2008) entende o lugar como um emaranhado de sobreposições de histórias que se encontram, desencontram e reencontram no espaço. Como o espaço interacional dá origem à multiplicidade do espaço, a *duração* e a

sucessão dependem das relações dos entes, revelando novas durações e ritmos às quais os entes submetem-se a partir da relação de um com o outro.

Na trama de relações em que um ente está envolvido, os ciclos de cada relação completam-se em tempos diferentes, pois os ritmos de cada relação são díspares entre si. O que faz supor que entre os diferentes entes, na totalidade da distribuição, cada um está submetido a uma velocidade em sua metamorfose. E a distribuição será estável em sua duração até o momento em que o equilíbrio dos ritmos se rompa, compondo com isso uma nova distribuição. (MARTINS, 2007, p. 42).

Nesse sentido, a partir das múltiplas relações, o espaço apresenta durações descontínuas por apresentarem ritmos e movimento diferentes a partir da *sucessão*. Considerando que a localização e a distribuição levam a uma territorialização, a compreensão dos ritmos distintos dos entes nas espacialidades e temporalidades faz existir territorialidades com esse mesmo descompasso e que sobrepõe o mesmo espaço, tornando cada lugar singular. Assim, como coloca Martins (2007) “é nesse sentido que o presente é uma simultaneidade desigual de sucessões e durações, fazendo a história presente, por meio de Geografias do passado, fazendo da história a Geografia em movimento.” (MARTINS, 2007, p. 42). A paisagem como início da representação da ciência geográfica (MOREIRA, 2015) é um processo histórico, mas de caráter geográfico.

Nesse sentido, o espaço apresenta em sua composição geograficidades múltiplas a partir de uma simultaneidade de durações e sucessões desiguais temporalmente. Martins (2007) relaciona o conceito de *Dasein* - ser-aí - de Heidegger com as singularidades espaciais para justificar as singularidades das sociedades. Contudo, as sociedades são feitas de homens que, por si só, constituem-se de formas distintas pela mediação do meio:

Um ser-aí, um ser-no-mundo, um ser projetado no mundo. Um ser de um ente, *O homem e sua relação com o meio*. “Meio” que é sua alteridade, que é sua mediação para a formação da identidade e da diferença, o universo da interação que estimulará sua escolha individual. A escolha é a apreensão, a apropriação, a compreensão, a interpretação, o juízo, a Lógica, enfim, é um ato gnosiológico. É a representação, é subjetivação. É também a condenação à liberdade de Sartre, ou o Cuidado de Heidegger. O homem passa a ser-indivíduo, ou seja, nasce a Individualidade. (MARTINS, 2007, p. 43 – grifo do autor).

A experiência humana constitui o indivíduo por meio do lembrar e do esquecer. Contudo, uma mesma experiência não tem o mesmo significado para todos porque nos pautamos nas experiências passadas para interpretar uma experiência atual. Assim, o processo

da memória que nos faz significar - lembrar - ou não significar - esquecer - é mais parecido com uma teia que oportuniza múltiplas ligações e não com uma corrente onde os elos determinam apenas uma conexão. Nesse sentido, a cada reconfiguração da memória altera-se a identidade do ser, altera-se o estar-aí, altera-se a existência, o *Dasein*.

Dessa maneira, o indivíduo altera e é alterado pelo meio onde habita de maneira contínua. A continuidade de alteração configura-se pelas características históricas e relacionais do espaço, influenciando na representação social do indivíduo ou do grupo. Para nós, uma maneira de observar a relação de uma sociedade com o espaço é a forma de habitar – cotidiano - e construir – arquitetura. Por sua vez, as singularidades de uma sociedade e sua relação com o meio podem revelar geografias e histórias também singulares.

Para Martins (2007), toda a discussão da ontologia do ser-aí e sua relação de via de mão dupla, onde ele altera e é alterado por sua relação com o meio, apresenta-se no contexto geográfico, primeiro, a partir da *localização*, que não deve ser entendida como localização cartográfica e cartesiana, mas, como localização qualitativa que avalia a intensidade e a extensão da relação do ser para com entes dispostos em um contexto espaço-temporal específico. Indivíduos e grupos podem estar metricamente próximos aos mesmos entes, mas também podem ter relações menos ou mais intensas ou mesmo diferentes. Nessa lógica, a intensidade e a extensão estão ligadas às relações sociais, identitárias e de pertencimento dos entes e não à disposição do espaço.

Assim, o *Sentido de Localização* representa para o ente sua “porta de entrada” para a Geografia a qual este pertence, ou qual a Geografia que lhe é presente, ou enfim qual a geograficidade que lhe é fundante e pertence na constituição da essência do seu ser. É seu fundamento existencial. (MARTINS, 2007, p. 48 – grifo do autor).

Desta colocação compreende-se que a *localização* está relacionada às aproximações e aos distanciamentos das relações do ser com os entes que compõem o espaço. Tal concepção revela ritmos, durações e sucessões que estão inseridos nos cotidianos das sociedades e, também, as representações e geograficidades que compõem o espaço e que são fruto de processos históricos. A *localização* como tal se espacializa nos entes, sendo a *sucessão* e a *duração* determinantes para a configuração e a alteração na relação com o ser. Dessa maneira, a *localização* do ser com o ente se altera a partir das *durações e sucessões* que, pelos atos de *habitar e construir*, se especializa e forma a paisagem. Para nós, a análise do processo histórico de construção da paisagem está atrelada à essência da formação do lugar e pode ajudar na compreensão de questões identitárias na relação do homem com o meio.

Corrêa (2018) comenta que um dos interesses do geógrafo pelo tempo está na relação entre paisagem e memória:

A paisagem, cara ao geógrafo e parte fundamental de seu interesse, exercita a memória, remetendo anos ao passado recente e remoto, resgatando boas e más lembranças, porém seletivas e com algumas transformações que reconstróem o passado.

A memória é seletiva e influenciada por aqueles que observam a paisagem, pois são portadores de experiências distintas do espaço, derivadas dos papéis sociais que desempenham. A memória tem uma dimensão polivocal. (CORRÊA, 2018, p. 41).

A passagem de Corrêa (2018), remete à compreensão do conceito de memória apresentado pelo sociólogo Maurice Halbwachs. Para ele, lembramos e narramos fatos a partir do nosso vínculo e posição social com o grupo; dessa forma, a maneira como interpretamos o espaço está ligada, também, a tal vínculo. No livro *A memória coletiva* (1990), uma passagem em especial remete a uma relação entre paisagem, memória e grupo social:

Chego a primeira vez em Londres, e passeio com várias pessoas, ora com um ora com outro companheiro. Tanto pode ser o arquiteto que atrai minha atenção para o edifício, suas proporções, sua disposição, como pode ser o historiador: aprendo que tal rua foi traçada em tal época, que aquela casa viu nascer um homem famoso, que ocorrem aqui ou lá, incidentes notáveis. Com um pintor, sou sensível à tonalidade dos parques, à linha dos palácios, das igrejas, aos jogos de luz e sombras nas paredes fechadas de Westminster, do Templo sobre o Tâmsa. Um comerciante, um homem de negócios, me arrasta pelos caminhos mais populosos da cidade, detenho-me diante as lojas, das livrarias, dos grandes estabelecimentos comerciais. Mas mesmo que se eu não tivesse andado ao lado de alguém, bastaria que tivesse lido as descrições da cidade, compostos de todos esses diversos pontos de vista; que me tivesse aconselhado a examinar tais de seus aspectos ou, simplesmente, que dela tenha estudado a planta. Suponhamos que passei só. Diremos que desse passeio eu não possa guardar senão as lembranças individuais, que não seja senão as minhas? Não obstante, passei somente na aparência. Passando por Westminster, pensei no que havia sido dito por um amigo historiador (ou, o que dá no mesmo, no que havia lido sobre ela em uma história). Atravessando uma ponte, considere o efeito de perspectiva que um amigo pintor havia assinalado (ou que me havia surpreendido, num quadro, numa gravura). Eu me dirigi, orientado pelo pensamento de meu plano. A primeira vez que fui à Londres, diante de Saint-Paul ou Mansion-House, sobre o Strand, nos arredores de Court's of Law, muitas impressões lembravam-me os romances de Dickens lidos em minha infância: eu passeava então com Dickens. Então todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento me deslocava de tal grupo para outro, aquele que eu compunha com esse arquiteto, além deste, com aqueles, dos quais ele era intérprete junto a mim, ou aquele pintor (ou seu grupo), com o geômetra que havia desenhado esse plano, ou com o romancista. Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo.

Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las: para melhor me lembrar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muitas das ideias e modo de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Contudo, não nos formamos apenas como arquitetos, romancistas, vendedores, historiadores ou pintores; somos pessoas e nos formamos e transformamos a partir de múltiplas influências que, muitas vezes, não sabemos ao certo de onde vêm. No entanto, a passagem é válida para nos fazer entender que, tanto a construção da paisagem, quanto a sua interpretação são dotadas de cultura.

Sendo assim, ao longo do trabalho discutimos o lugar a partir de Massey (2000, 2008) e a relação espaço/lugar e memória com as contribuições de Ricœur (1994, 2003). Contudo, pelos desdobramentos da pesquisa em suas perspectivas teóricas, entendemos que há uma necessidade de discussão acerca do conceito de paisagem. Assim como Anhorn (2012) parte do presente para ir reconstruindo o passado de um fato histórico, nós partimos da paisagem para reconstruir a trajetória do fenômeno geográfico.

A necessidade de aprofundar as discussões no conceito de paisagem vem das contribuições de Ricœur e Massey. Enquanto o primeiro autor coloca o ato de habitar – lugar – e construir – paisagem a partir da demanda para a alteração da arquitetura em círculo hermenêutico na relação espaço e memória, a segunda parte do entendimento do espaço como interacional, múltiplo e aberto, sendo fruto do processo histórico a partir dos atos de habitar/construir; múltiplo por abrigar o ato de habitar distintas culturas, identidades e práticas e aberto pela demanda que surge da interação do ato de habitar das múltiplas culturas. Nesse sentido, o lugar como um emaranhado de histórias que se encontram e se desencontram produz a demanda e, conseqüentemente, abre o espaço para a mudança social. Em nosso caso, a demanda como possibilidade de mudança social é a reconfiguração do espaço e da paisagem.

Assim, a categoria de análise do nosso trabalho não é somente o lugar ou a paisagem, mas é na influência mútua entre eles que compreendemos o processo a partir dos atos de habitar e construir e a *demanda*. Nesse sentido, buscaremos por referências no conceito de paisagem que nos auxiliem na compreensão da relação com o lugar; para tanto, utilizaremos o autor francês Jean-Marc Besse em sua obra *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*, de 2014.

Para Besse (2014), nas culturas espaciais modernas contemporâneas o conceito de paisagem é polissêmico devido às múltiplas áreas em que desperta interesse. Nesse sentido, o autor demonstra cinco maneiras de “entrar” ou apresentar o conceito:

(...) a paisagem é considerada como uma representação cultural (principalmente informada pela pintura), como um território produzido pelas sociedades na sua história, como um complexo sistêmico articulando os elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva, como um espaço de experiências sensíveis arredias às diversas formas possíveis de objetivação, e como, enfim, um local ou um contexto de projeto. (BESSE, 2014, p. 12 – grifo do autor).

As perspectivas de paisagem apresentadas podem ser articuladas ou coexistir no pensamento. Assim, assumir um ponto de vista da paisagem é, necessariamente, considerar em algum momento a relação com outra(s) perspectiva(s). Por isso, vamos interpretar essas perspectivas de paisagem a partir dos atos de construir-habitar e sua relação com o lugar.

Como representação cultural a paisagem pode ser uma interpretação e sujeito ao círculo hermenêutico da memória. “A paisagem não existe, objetivamente, nem em si; então, ela é relativa ao que os homens pensam dela, ao que percebem dela e ao que dizem dela.” (BESSE, 2014, p. 13). Nesse sentido, a paisagem antes de “ser a base para a inserção do mundo geográfico” é interpretada a partir da concepção do que o indivíduo ou grupo tem de mundo e que transcende qualquer campo da ciência e tem relação com a história de vida. Nesse sentido, a análise da paisagem depende dos valores, concepções e perspectivas constituídas nos diferentes sítios, nichos e grupos sociais de que fazemos parte; assim, a própria forma como interpretamos a paisagem pode dizer algo sobre nós. Por outro lado, a paisagem (no espaço ou no papel) sempre é um discurso, uma expressão, uma imagem estabilizada e cristalizada que representa a essência do(s) grupo(s) que habita(m) o lugar. A paisagem apresenta-se, assim como todo tipo de linguagem, entre um discurso e o que é interpretado desse discurso.

Tal ideia dá abertura para designar a compreensão da paisagem também como representação artística. Aqui, a paisagem é enquadrada a partir de um ponto de vista do mundo e tem o artista/pintor como narrador. A paisagem no quadro/papel na relação com o espaço concreto pode apresentar distorções que expressam a interpretação do artista/pintor. Aqui, a narrativa do espaço está intrinsecamente ligada à concepção de mundo do pintor, que interfere nos aspectos estéticos da paisagem.

Como representação social, a paisagem, por meio de um simbolismo, reflete a cultura de uma sociedade em um determinado espaço e tempo. Essa perspectiva é amplamente trabalhada por Cosgrove (1998) a partir do predomínio cultural de um grupo e sua relação com a arquitetura ou da maneira com que culturas minoritárias ou excluídas ocupam, organizam e se expressam em espaços marginais. Para esse autor, a paisagem é carregada de simbolismo e significado, cabendo ao pesquisador/geógrafo decifrá-la.

Besse, no mesmo sentido, aponta:

(...) a paisagem é como um texto humano a ser decifrado, como um signo ou um conjunto de signos mais ou menos sistematicamente ordenado, como um pensamento oculto a ser achado por trás de objetos, das palavras e dos olhares. (BESSE, 2014, p. 21).

Outra contribuição do historiador francês é a reflexão que tece acerca da ficção e da realidade na produção da paisagem. As representações (artísticas, culturais e sociais) são fruto da síntese estável da compreensão de um objeto ou fato (em nosso caso a paisagem). Dessa maneira, as representações derivadas de uma paisagem podem ser utilizadas na construção de uma nova, reafirmando a inserção da cultura no processo. Um exemplo são as obras de arte que evidenciam um momento ou configuração social; nesse caso, a representação do artista tenta provocar uma reflexão sobre a necessidade da mudança – demanda – que, se levada adiante, pode cristalizar no espaço. Assim, a disposição espacial e temporal da paisagem pode demonstrar as insurgências ou a reprodução dos aspectos culturais de uma sociedade.

A relação entre paisagem e cultura só é possível a partir da incorporação da cultura nas práticas espaciais (políticas, econômicas e sociais). Dessa maneira, a paisagem se cristaliza e se modifica no espaço a partir de um processo que envolve a influência mútua entre realidade e ficção, ou seja, uma primeira paisagem, a representação dessa paisagem a partir de um projeto e a modificação dessa paisagem (*ação-representação-ação*).

As práticas espaciais e a cultura nelas incorporada pode explicar a disposição espacial e o simbolismo cultural da paisagem em uma sociedade. Nesse sentido, se a cultura auxilia na organização espacial, ela segue, mesmo que inconscientemente, um projeto. Tal perspectiva traz dois campos de estudos na relação paisagem e cultura: a da paisagem projetada conscientemente, aquela do arquiteto, do engenheiro, do paisagista, e o da paisagem projetada inconscientemente, que se produz e reproduz a partir da cultura popular. Contudo, em ambos os casos e níveis, o objetivo de organização do espaço é responder às necessidades humanas.

A matriz *ação-representação-ação* no contexto da paisagem provoca no espaço organizado continuidades e descontinuidades culturais e que ajudam na caracterização do espaço-tempo social e simbólico. Dessa maneira, a paisagem é também um lugar de memória e os rastros deixados por ela podem auxiliar em sua reconstrução e também dos perfis das sociedades que habitaram aquele espaço anteriormente.

A paisagem é sempre inacabada e aberta. Suas transformações condizem com as transformações sociais e, dessa maneira, mostram-se como um espaço político e que expressa um projeto. Besse (2014) comenta a paisagem e o habitar da seguinte maneira:

Afinal de contas, se a paisagem, pode ser sentida, é porque o desafio é tornar o mundo habitável para o homem. O eixo central da reflexão está aí: a paisagem é a expressão de um esforço humano, sempre frágil e a ser recomeçado, para habitar o mundo. (BESSE, 2014, p. 37).

Dessa maneira, podemos inferir que o objetivo de construir a paisagem vem do ato de habitar um lugar. A paisagem está sempre em reconstrução diante das demandas que surgem da interação social com a multiplicidade. No entanto, a escolha da demanda não é harmônica, mas sim, de uma relação de poderes políticos, econômicos e sociais que se constituíram em diferentes tempos e espaços.

Um outro aspecto da multiplicidade da paisagem é o meio natural. Temos diversos tipos de climas, solos, relevo e vegetação e que são permanentemente utilizados e modificados pelo homem. Na maioria dos casos, os recursos naturais provenientes desses sistemas são utilizados de forma predatória e insustentável, reafirmando o essencialismo da cultura capitalista de um lado, contraposta à multiplicidade - que vem da singularidade - da relação homem e natureza, de outro. O trajeto da evolução cultural e o trajeto da evolução natural provoca um hibridismo relacional que, no caso da mudança da paisagem, materializa-se nas práticas espaciais. Assim, as múltiplas práticas espaciais vêm das múltiplas relações e concepções do homem com o espaço.

No contexto fenomenológico, a paisagem pode ser compreendida como “o encontro do homem com o mundo que o cerca.” (BESSE, 2014, p. 47). Assim, a paisagem é, antes de tudo, uma experiência. A experiência entre o mundo e o ser promove uma imagem a partir de uma rede de significações muito particular e singular. No entanto, a experiência pode transcender a relação homem e objeto. A arte, o poema, o relato, entre outras representações, podem nos colocar em experiência com a paisagem. Exemplos são os pintores Jean-Baptiste Debret e Tarsila do Amaral que, ao representarem a cidade de Jaguariaíva em diferentes momentos, apresentam a paisagem a partir da arte.

Quando temos a experiência com a paisagem, nossa interpretação não ocorre sem referências. Desde que nascemos somos marcados pelas experiências, sendo formuladas e reformuladas ao longo da vida; desse modo, assim como num relato/experiência de memória partimos de uma memória prefigurada para a interpretação. Quando nos deparamos com uma paisagem nova, temos como referências as representações das paisagens experienciadas e estabilizadas em nossa memória.

A modificação da paisagem como demanda do ato de habitar deve considerar categorias programáticas, sendo elas: o solo, o território e o meio ambiente natural. Em linhas gerais, o

solo apresenta-se como sedimentação, como uma sobreposição de passados geomorfológicos e, também, simbólicos; o território apresenta-se como as relações espaciais de um objeto em uma determinada escala, e o meio natural com suas dinâmicas, diversidade e influência na (re)formulação da paisagem.

Projetar a paisagem corresponde à ideia de que para construir algo que supre a necessidade, ao menos de modo temporário, de um grupo ou indivíduo, necessita-se do habitar/testemunhar para compreender o processo de construção da demanda. Desse modo, habitar o lugar é fundamental para a compreensão do problema e da demanda para a execução do projeto. Assim, as categorias de descrição e invenção ganham destaque. Enquanto o primeiro termo nos ajuda a pensar e desvendar as relações entre os elementos que constituem a percepção de realidade, o segundo pressupõe um novo projeto - reconfiguração do lugar/paisagem - a partir do que foi pensado e desenhado no primeiro.

No entanto, a construção da paisagem não se coloca de maneira observável e mensurável à representação, mas segue uma lógica intelectual, técnica e perceptiva. Em um sentido semelhante, Harvey (2009) comenta a relação entre as práticas, a paisagem e a representação: “isso não significa que as práticas sejam determinadas pela forma construída (por mais que se esforcem os planejadores); porque elas têm o estranho hábito de escapar de sua circunscrição a todo esquema fixo de representação.” (HARVEY, 2009, p. 190). Os dois casos mostram a dificuldade do alinhamento entre a representação, a construção e a prática.

Contudo, a dificuldade apresentada entre representação e construção permite a abertura para novas pesquisas, interpretações e objetos, caso contrário, o espaço fechar-se-ia em sua interpretação; deste modo, assim como a memória, a relação entre a representação e a paisagem é sempre inacabada e parte de um processo. Sobre tal processo, Besse (2014) indica:

- Nessa sequência, mais ou menos incoativa à primeira visita, de figurações e de pensamentos (mas, como separar, aqui, a imagem do pensamento? E como distinguir a descoberta da invenção?), não paramos porque uma verdade definitiva foi estabelecida, mas porque estamos satisfeitos. Não porque alguma coisa foi aprovada, mas porque o último (traço ou olhar) era o certo. A lógica do projeto é a obra a ser feita, e que está se buscando, e não a da regra que aplicamos. (BESSE, 2014, p. 180).

Nesse sentido, a duração dos tempos sociais pode contribuir para melhor entender a relação entre representação e paisagem. Um exemplo pode ser um de nossos objetos de estudo, o Caminho dos Tropeiros, que liga Viamão, no Rio Grande do Sul, à Sorocaba, em São Paulo. Esse mesmo caminho era praticado anteriormente pelos índios da região, o qual cedeu lugar

para a estrada de ferro no início do século XX e, posteriormente, às rodovias já em meados do mesmo século. Desse modo, a paisagem desse lugar foi alterando-se ao longo do tempo com o objetivo de mobilidade; no entanto, criamos a divisão dos tempos sociais a partir da evolução técnica sobre o espaço estudado.

Na geografia, um outro autor que debate a relação entre cultura e paisagem é Denis Cosgrove. Para essa discussão, pautar-nos-emos principalmente em *A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas*, de 1998. Para Corrêa (2018), a paisagem em Cosgrove “não é apenas morfologia, mas insere-se também no mundo dos significados, estando impregnada de simbolismo.” (CORRÊA, 2018, p. 213). Dessa maneira, a paisagem reflete a cultura e, espacializando-se, forma temporalidades. Tal concepção em Cosgrove pode ser melhor compreendida na seguinte passagem: “a paisagem pode ser vista como uma síntese pictórica externa, que representa esteticamente as relações de vida humana e natureza. Mas essa síntese é sujeitada à polivocalidade, interpretada de acordo com diversos olhares.” (CORRÊA, 2018, p. 214).

Cosgrove (1998), no início do seu trabalho, afirma que sua análise das paisagens culturais e o simbolismo que elas “carregam” é uma entre tantas outras possibilidades de interpretação. De certa forma, Ricœur, na relação entre tempo e memória, e Massey e Martins, no contexto da discussão conceitual da geografia, trazem perspectivas semelhantes de múltiplas influências e trajetórias. Somos, assim, levados a compreender que não existe uma maneira errada de refletir os arranjos espaço-temporais, mas há uma necessidade de quebrar os essencialismos que, por sua vez, criam visões deturpadas e estereotipadas dos fenômenos.

Para Cosgrove (1998) a paisagem está ligada à maneira de conceber o mundo como uma criação organizada, designada e harmonizada, onde a estrutura e o mecanismo são compreensíveis à mente humana e servem de base para alterações do meio. Nesse sentido, o autor dispõe de três implicações para a compreensão da complexidade da paisagem, que são: “1) um foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial; 2) unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente; 3) a ideia de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo.” (COSGROVE, 1998, p. 223).

Quando Cosgrove coloca a paisagem como uma criação harmonizada, não quer dizer equilibrada na relação homem e meio, mas um contexto, ou um modelo, ou uma temporalidade que permite tal relação, revelando a consciência, a forma de compreender e se relacionar com o meio. Da mesma maneira, a alteração da paisagem vem das *sucessões* que, de certa maneira, podem trazer consigo novos aspectos culturais.

Transformações na cultura vêm de mudanças, rápidas ou lentas, em sua prática, no ato de reprodução cultural. Mas a cultura é sempre *potencialmente* capaz de ser trazida ao nível de reflexão consciente e da comunicação. Isso é de fato o que fazemos quando examinamos a expressão cultura ao estudar as humanidades. Assim a cultura é, ao mesmo tempo, determinada pela consciência e pelas práticas humanas e determinantes delas. (COSGROVE, 1998, p. 225).

A introdução de novos aspectos culturais na paisagem, em nosso contexto, surge pela refiguração do ato de habitar, abrindo a possibilidade para novos significados. Evidenciar e discutir tais processos exige que entremos na consciência dos outros. (COSGROVE, 1998).

Uma outra relação característica da geografia cultural é com o poder. Como Martins (2007) coloca, vivemos em sociedades específicas devido às *durações* e *sucessões* descontínuas no espaço-tempo. Na perspectiva da memória, a relação sociedade e poder está relacionada à perda da multiplicidade dos vínculos sociais com as instituições a partir da eficácia, coerção ou legitimidade. Para Cosgrove (1998), as paisagens culturais refletem as culturas predominantes. Em nosso olhar, esse processo de construção pode ser, também, antagônico. Um exemplo é o da sociedade capitalista nas cidades que, ao mesmo tempo, produz espaço de inclusão do meio técnico-científico-informacional e de exclusão social, contudo, o significado da paisagem das pessoas que o habitam e dos que o veem de fora, em ambos os casos, pode convergir e divergir devido a sua trajetória de experiência.

Cultura e poder estão intimamente ligados por meio da continuidade das práticas culturais. O poder das instituições pode suprimir, permitir e inventar de acordo com seus interesses. Esse processo é amplamente discutido e interpretado por Carvalho (1990).

Para Cosgrove (1998), a linguagem que permite examinar as aproximações entre culturas de uma sociedade e a sua paisagem é a dos símbolos e das normas de conduta praticadas. Os elementos que ajudam a decifrar a cultura na paisagem, dentro de um contexto espaço-temporal, criam um “cenário” que remete a um específico conjunto de valores. Contudo, quanto mais elaboradas as paisagens, mais fácil examinar as influências culturais no meio. Por outro lado, as paisagens menos humanizadas ou sem intervenção humana, pela falta de conhecimento do seu meio, abrem lacuna para a imaginação:

Durante o período das grandes expedições polares, na virada do século XIX e XX, a paisagem de gelo, fendas, tempestades de neve, ursos-polares e mares verdes tornou-se um paradigma, o quadro para uma fantasia cultural masculina da classe superior britânica. (COSGROVE, 1998, p. 228).

A leitura simbólica das paisagens geográficas faz-se por duas maneiras. A primeira, por meio de trabalho de campo e a segunda, por meio da elaboração e interpretação de mapas cartográficos (Cosgrove, 1998). Em nosso caso, realizamos trabalhos de campo no intuito de compreender a representação dos alunos de ensino fundamental sobre alguns aspectos do seu espaço de vivência. Considerando que a nossa interpretação da paisagem é uma entre tantas outras, a geograficidade percebida é fruto de uma relação entre a interpretação dos materiais dos alunos e de uma epistemologia da ciência geográfica.

Cosgrove (1998) comenta o seguinte, sobre as evidências para a leitura das paisagens:

Chamo de evidência qualquer fonte que nos possa informar os significados contidos na paisagem para que os fizeram, a alteraram, a mantiveram, a visitaram, e assim por diante, e outras que possam desafiar previsões e teorias. É importante compreender que o que é proposto aqui não pressupõe conhecimento profundo ou especializado, apenas vontade de olhar, de fazer a pergunta inesperada e de estar aberto a desafios a suposições tomadas como certas. (COSGROVE, 1998, p. 229).

Em culturas essencialistas, as *durações* são mais permanentes e as práticas sociais são convencionalizadas, produzidas e reproduzidas ao ponto de controlar visões de mundo e determinar seus valores em todos os estratos sociais e replicando sua realidade a toda sociedade como se fosse uma única possível. Assim, as paisagens que representam as instituições dominantes ficam alocadas no centro do poder geográfico. Outro exemplo que remete à cultura dominante é a arquitetura e a organização do espaço das cidades, cujo planejamento é, em muitos casos, pautado na geometria euclidiana que representa a racionalidade e o intelecto humano. (COSGROVE, 1998).

Já nas culturas alternativas, os traços culturais são menos expressivos na paisagem e tais culturas podem ser subdivididas em residuais, emergentes e excluídas. As residuais remetem aos vestígios que auxiliam na reconstrução de paisagens e geografias passadas e que dependem da interpretação do investigador. As emergentes provocam um impacto relativamente pequeno no espaço por sua característica transitória; no entanto, apresentam sua própria geografia e sistema simbólico. E, por último, as excluídas. Talvez a melhor forma de as representar seja pelas minorias sociais como a das mulheres, a dos negros, a dos índios e a da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais). A ocupação e alteração dos espaços desses grupos é muito diferente da cultura dos homens e os símbolos que representam tais grupos são peculiares e fazem parte do cotidiano.

Cosgrove (1998), finaliza colocando-nos que:

As paisagens tomadas como verdadeiras de nossa vida cotidiana estão cheias de significados. Grande parte da Geografia mais interessante está em decodificá-las. É tarefa que pode ser realizada por qualquer pessoa de nível de sofisticação apropriado a elas. Porque a Geografia está em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos. Uma Geografia efetivamente humana é uma geografia humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de educação humanista: melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos. (COSGROVE, 1998, p. 236).

Em nossa perspectiva, a paisagem é o resultado material dos atos de *construir e habitar até aqui e agora*. Por outro lado, no lugar se configura o processo, onde histórias e trajetórias humanas - dotadas de cultura - se cruzam e entrelaçam e reconfiguram o espaço, alterando a paisagem e marcando o lugar com sua cultura.

Os fenômenos espaciais, por meio da paisagem, podem ser territorializados a partir de sua descrição, localização e distribuição no espaço, porém, destacamos a necessidade da *duração* – alinhar o espaço ao tempo. Uma maneira de analisar as durações e refigurações de um fenômeno no tempo-espaço está no esquema de representação da ciência geográfica de Moreira (2015), a partir do arranjo espacial da paisagem político-jurídica, econômico-social e político-cultural.

Alinhando a duração e as instâncias da sociedade, Corrêa (2018) aponta o seguinte:

A sociedade é constituída pelas combinações das instâncias econômica, jurídico-política e ideológica, cada uma delas dotada de uma certa autonomia, tendo sua própria temporalidade e seu próprio desenvolvimento. Em cada tempo histórico ou período, há combinação desigual das temporalidades das três instâncias da sociedade. A periodização é a sequência de combinações desiguais das temporalidades das instâncias sociais.

As três instâncias inter cruzam-se e se completam de diferentes modos. Um deles assume expressão fenomênica, a organização do espaço, que contém e está contido nas três instâncias mencionadas. Por isso, a organização do espaço, por se constituir em uma dimensão da sociedade, pode ser periodizada, construindo-se seus tempos históricos, seus períodos. (CORRÊA, 2018, p. 32).

A reflexão sobre coexistência e combinações de durações nas diferentes instâncias da sociedade e que se materializam na paisagem, leva a uma localização qualitativa do ser no tempo e no espaço. Esse processo pode ajudar na compreensão do ser, da identidade do ser e de como ele alterou e foi alterado pelo meio.

Nesse sentido, compreendemos as representações do espaço de vivência dos alunos como parte da construção da paisagem e que pode revelar sua cultura, sua identidade e a essência do lugar.

O lugar como processo e a paisagem como resultado remetem à interação da cultura com a organização espacial ao longo do tempo. Desta maneira, os dois conceitos são fundamentais para a leitura do mundo considerando o ritmo dos movimentos, sua duração, sucessão, distribuição e territorialização, afim de “*localizar e descrever*” (MARTINS, 2007) os fenômenos espaciais no tempo dos arranjos sociais. Lembramos que para o autor a *descrição* e a *localização* dos entes que constituem o espaço devem dar conta das combinações e durações desiguais e simultâneas – que define o *ritmo*, avançando qualitativamente nos processos. Com essas ideias, propomos, a partir de uma reflexão da representação do cotidiano dos alunos, práticas espaciais mais significativas e que ajudem o aluno a descrever e a localizar os fenômenos espaciais que o cercam de uma maneira mais qualitativa.

O lugar como processo e a paisagem como resultados da atual configuração do espaço, remetem à noção de que o presente acumula todos esses processos e resultados, não como uma sedimentação do espaço e do tempo, mas como configurações que exercem confluências simultâneas em durações diferentes. Assim, o presente pode ser o “fio da meada” para entender processos de organização do espaço ou fenômenos espaciais que reformulam a realidade.

Memória e Pensamento Espacial

Buscamos referências que nos ajudam a superar um ensino de geografia fragmentado, estereotipado e desvinculado da realidade. Assim, as proposições de Massey que apontam para um entendimento do espaço como dinâmico, múltiplo e processual com o círculo hermenêutico da memória recontextualizado para o espaço proposto por Ricœur, mostraram-nos que podemos avançar de uma representação estática, que abre para interpretações desvinculadas da realidade, para uma representação fenomênica – conteúdo geográfico - que considere espaço e tempo.

Assim, temos que considerar que o espaço, em um contexto geográfico, é palco da construção do lugar e da paisagem, sendo o primeiro como processo e o segundo como resultado, respectivamente. Por outro lado, as durações dos tempos sociais e os atos de habitar e construir, configuram as rugosidades espaciais que são significadas e ressignificadas a cada necessidade de mudança.

Pelas características de espaço abordadas, os fenômenos espaciais carregam durações que se estabelecem na paisagem cultural e na memória, coexistindo de modos desiguais e

simultâneos. Nesse sentido, descrever os ritmos e movimentos do fenômeno ao longo do espaço-tempo pode ajudar a construir uma linha narrativa que se entrelace com a própria história de vida de um indivíduo ou comunidade. Assim, os fenômenos espaciais passam a se correlacionar com a identidade dos grupos; por conseguinte, correlacionar os fenômenos com contextos maiores e, ao mesmo tempo, que o aluno se identifique diante dos processos formativos ao longo do espaço-tempo pode fazer com que o aluno se *localize* no mundo.

Dessa forma, optamos por discutir temas emergentes no campo do ensino da geografia: o pensamento espacial e o pensamento geográfico. Para tanto, além de fazer uma pequena síntese da temática, debruçamo-nos sobre desdobramentos que consideram a relação entre a memória e o espaço, ajudados por Straforini (2018) que, apoiado em De Miguel, sintetiza os conceitos de pensamento geográfico e de pensamento espacial da seguinte maneira:

Enquanto o pensamento espacial está muito mais vinculado aos processos cognitivos relacionados à inteligência espacial, o segundo está vinculado à própria disciplina geográfica, se fundamentando não tanto nas relações topológicas, mas sim nos atributos de análise do espaço produzidos ao longo da própria ciência geográfica. (STRAFORINI, 2018, p. 186).

O pensamento espacial tem sua origem no Conselho Nacional de Pesquisa (National Research Council – NRC, 1916), situado nos Estados Unidos. Sua estrutura é construída nas interrelações dos seguintes elementos: conceitos espaciais, formas de representação e processo de raciocínio. Não menos importante, outras funções compõem o pensamento espacial, dentre as quais: i) a função descritiva de localização dos objetos no espaço e as relações topológicas entre eles; ii) a função analítica que permite compreender as estruturas espaciais; e iii) a função inferencial, que responde às perguntas sobre função dessas estruturas, bem como sua evolução. Tais elementos e funções têm o objetivo de fazer os estudantes compreenderem, analisarem e transformarem os fenômenos espaciais.

Por outro lado, o pensamento geográfico circunscreve-se, como já discutido, às dimensões da sociedade, sendo elas: a econômica, a jurídico-política e a cultural-ideológica. (CORRÊA, 2018). O pensamento geográfico se faz por meio da episteme geográfica que, por sua vez, vem da relação do homem com o espaço. Nesse sentido, Straforini (2018) apoiado em Roque Ascensão e Valadão, traz-nos o conceito de *compreensão da espacialidade dos fenômenos* que, para os autores, seria a finalidade do ensino da Geografia.

Straforini comenta o conceito de compreensão da espacialidade dos fenômenos e sua relação com o pensamento geográfico e espacial:

A compreensão da espacialidade dos fenômenos proposta pelos autores é, no nosso entender, uma poderosa ferramenta metodológica para o ensino de Geografia e da “simbiose entre pensamento espacial e raciocínio geográfico”, pois resulta da articulação entre os conceitos fundantes e do tripé metodológico da Geografia, bem como dos processos de interação antropogênicos e físicos que dão materialidade ao fenômeno espacial, na sua condição indivisível de sujeito eujeitado. (STRAFORINI, 2018, p. 184).

Para o desenvolvimento do conceito de compreensão de espacialidade dos fenômenos, os autores Roque Ascensão e Valadão (2014) fundamentam-se em três conceitos principais: o de espaço, o de tempo e o de escala:

Compreende-se a categoria Espaço como base para todo e qualquer estudo, visto que é através dela que os fenômenos se concretizam, tornando-se “visíveis” aos olhos daqueles que o investigam. A noção de Tempo é um indicativo da duração do fenômeno e também das condições tecnológicas quando de sua ocorrência. A Escala, por vezes reduzida a dimensões cartesianas cartográficas, é aqui assumida como reveladora da abrangência e da relação de fluxo do fenômeno. Essas três categorias ou conceitos estruturadores do raciocínio geográfico são operados através do que aqui se denomina “Tripé Metodológico” da Geografia. Com fins de proceder a elucidção da espacialidade realiza-se o movimento de leitura do fenômeno considerando sua localização, descrevendo suas características e sua reação frente aos demais componentes do espaço onde ocorre e, na conjugação entre essas ações e os referenciais teóricos eleitos, se sistematiza a interpretação. (ROQUE e VALADÃO, 2014, p. 6).

Para nós, quando os autores colocam o tempo como um conceito-chave para a compreensão da espacialidade do fenômeno, assumem uma perspectiva qualitativa na função de *localização*, corroborando com Martins (2007). Tal característica é evidenciada na seguinte passagem:

Para tanto, a localização é assumida para mais do que seu referencial cartesiano, que a baliza através de coordenadas geográficas. Localizar nessa perspectiva significa indicar os atributos do fenômeno e dos demais constituintes do espaço onde esse *se materializa/materializou*. (ROQUE e VALADÃO, 2014, p. 6 - grifo nosso).

As palavras destacadas remetem a fenômenos geográficos num contexto de espaço-tempo. Além de um contexto atual, que remete a um cenário específico, elas – as palavras grifadas - remetem a um contexto passado, que por sua vez remete a um outro cenário específico, mesmo com suas relações e associações.

Talvez aqui, o primeiro indício da contribuição da memória para o ensino da geografia esteja na interpretação dos fenômenos geográficos na sua localização do espaço-tempo. A

maneira como interpretamos os fenômenos geográficos não pode partir de uma transposição no espaço-tempo, ou seja, um cenário que se organiza em um tempo-espaço-escala não pode servir de alicerce para a interpretação de fenômenos que constituem cenários em outro tempo-espaço-escala.

No contexto de representação, cenários distintos remetem a uma estabilização do que significa na relação entre experiência e memória; já considerar o tempo contextualiza o cenário e o processo até aqui e agora, evitando representações desconexas e essencialistas.

As diferentes concepções espaciais vêm das diferentes práticas exercidas sobre ele. Os indícios de concepção espacial podem ser percebidos pelo atos de habitar e construir/lugar e paisagem/essência e disposição espacial. Por isso, localizar, descrever, interpretar, relacionar podem apresentar desdobramentos diferentes em relação a um fenômeno espacial, evidenciando sua multiplicidade.

Ricœur e Halbwachs, apesar de discordarem em vários pontos, e isso é compreensível analisando e interpretando suas carreiras acadêmicas em contextos históricos distintos, concordam que a memória se atualiza de acordo com nossas experiências de vida e que os sítios ou grupos sociais de que participamos em nossa vida social podem influenciar no processo. Nesse sentido, no contexto da pesquisa, a memória tende a se alinhar com a epistemologia da ciência geográfica atual.

Corrêa (2018), comenta o interesse do geógrafo pelo tempo:

O interesse do geógrafo pelo tempo se dá por meio da espacialidade humana ao longo da história, espacialidade que está materializada em obras fixas e expressa em fluxos, ambos resultados de complexos processos sociais. Em outros termos, é a organização do espaço em suas temporalidades que interessa ao geógrafo: região, lugar, paisagem, território e redes são focos de análise do geógrafo. (CORRÊA, 2018, p. 39).

Como geógrafos, no contexto atual, temos que alinhar a interpretação da memória com as preocupações atuais da ciência geográfica consideradas para o ensino da geografia escolar. Uma memória geográfica que interprete as representações dos alunos e dê sentido para instigá-los a pensar sobre problemas atuais relacionados à geografia escolar como globalização, trabalho, meio ambiente e, principalmente, a um pensamento crítico dialético.

Uma outra contribuição da memória, agora com um viés mais operatório, é presente como ponto de partida para o ensino, mas aqui, mediado pela contribuição anterior, que é dar um teor geográfico à memória. Nesse sentido, partimos dos conceitos de paisagem e lugar, cuja contribuição parte do círculo hermenêutico da memória em Paul Ricœur. Como visto no

primeiro capítulo, somos o que somos porque lembramos e esquecemos, moldando nossas demandas e expectativas temporariamente. Assim, o presente é o momento de uma síntese estável que expressa a nossa visão de mundo e dá sentido ao futuro, ao passado e à vida a partir dele. Nessa perspectiva, podemos atrelar as ideias didáticas e pedagógicas de “conteúdos significativos” aos processos operatórios de “partir da realidade dos alunos”.

A paisagem e o lugar estabelecem-se como um ponto fundamental para o ensino da geografia a partir da relação memória-espço. Em um paralelo com o círculo hermenêutico da memória, o espaço se prefigura, configura e reconfigura a partir dos atos de habitar/lugar e construir/paisagem. Tais atos se fundamentam na tradição, na demanda e na expectativa dos grupos para se constituir. Assim, pensar a memória geograficamente a partir do presente (paisagem e lugar) pode ser o “fio da meada” para a compreensão dos fenômenos espaciais.

Entender o passado como tradição e não como algo morto, é uma maneira de presenciar o passado, podendo auxiliar o aluno a se localizar e a repensar soluções não pensadas ou subjugadas - atrelada ao pensamento geográfico da época. O presente, em vez de ser compreendido como algo dado e imutável, pode ser compreendido como processual e tensionado pelas várias geometrias do poder existentes. O futuro deixa de ser algo utópico, mas aberto às expectativas e limites atrelados ao presente ou de um acontecimento que dê outros desdobramentos. (ANHORN, 2012).

O tripé metodológico proposto por Roque Ascensão e Valadão (2014), tem muita validade no sentido de *localização* do tempo-espço-escala nos fenômenos espaciais porque contextualiza o fenômeno espacial dentro de uma perspectiva processual, múltipla e aberta. Processual porque destaca o fenômeno espacial com sua gênese de desenvolvimento ao longo do tempo; múltiplo porque os fenômenos espaciais coexistem e se relacionam com antigos e novos fenômenos e, ao mesmo, podem mudar sua forma de relacionar. Tal fato coloca-o como aberto a novas possibilidades de relação, mudança ou extinção, dependendo do contexto que se estabelece e dos acontecimentos.

Aqui a memória se coloca tanto como forma de interpretar o fenômeno espacial – considerando o contexto do geógrafo/professor de geografia – bem como a forma operatória do tempo-espço, visto agora como tradição – passado, demanda – presente e expectativa – futuro. No entanto, temos o presente como ponto de partida para análise dos fenômenos espaciais. No contexto da geografia, partimos da análise do lugar e da paisagem porque, em nossa compreensão, refletem, respectivamente, o círculo hermenêutico da relação espço e memória pelos atos de habitar e construir. Contudo, quando inserimos a memória e seus desdobramentos

no campo da educação, abrimos discussão para um debate muito importante: a relação currículo escolar de geografia e ensino da geografia escolar.

Ricœur (1997) coloca a prefiguração da memória como a partir da linguagem em uma relação do mundo do leitor e do texto. No contexto escolar, podemos atrelar esse processo em que o aluno é o mundo do leitor – com suas visões de mundo e trajetória - e os conteúdos escolares e os livros didáticos como o mundo do texto. Considerando que a inteligibilidade narrativa parte de dois pressupostos, a coesão de vida e a compreensão/explicação diante de uma conexão de um acontecimento – embora indissociáveis e formados na vida cotidiana - e que a memória é como uma teia que evoca, significa e atualiza experiências para dar sentido ao mundo, os acontecimentos - vistos como conteúdo escolar – podem ter múltiplas interpretações.

Sobre esse ponto, Anhorn (2012) coloca:

O terceiro momento – o da refiguração do tempo –corresponde ao encontro do mundo do texto com o mundo do leitor que completa de forma provisória e sempre incompleta, segundo Ricœur, o círculo hermenêutico, fazendo, assim, que a carga heurística do termo ‘narrativa’ possa ser mais bem apreciada.

Isso significa que a formação de enredo, no caso da narrativa histórica, traz a possibilidade de apreendê-la como estando sempre aberta a múltiplas inteligibilidades produzidas no encontro entre o mundo do texto (a história ensinada nos livros didáticos e/ou nas aulas dessa disciplina, por exemplo) e o mundo do leitor (as diferentes subjetividades posicionadas como alunos/as de história em contextos escolares). A noção de enredo/narrativa emerge, assim, como uma ‘síntese temporal do heterogêneo’, integradora de uma rede de significados e tornada visível na configuração narrativa, cuja compreensão está sempre aberta a novas leituras. (ANHORN, 2012, p. 203).

Nesse sentido, indagamos: 1) A partir das experiências decorrentes do planejamento da sequência didática, *é possível observar nas produções dos alunos, em textos escritos e imagéticos, expressões das relações entre os conteúdos didáticos da geografia escolar e os elementos mais relevantes da seleção de estudo da localidade?* 2) *Os registros decorrentes das produções dos escolares revelam aspectos significativos do espaço da localidade? Os materiais produzidos pelos escolares a partir da experiência de estudo da localidade do município de Jaguariaíva-PR demonstram ou expressam aspectos significativos da memória do espaço local? Tais memórias estabelecem relação com os conteúdos curriculares?*

Nossa proposta inicia-se com a interpretação da presente configuração dos fenômenos espaciais a partir da análise da paisagem (construir) e das representações dos alunos sobre o lugar (habitar). Para isso, selecionamos três fenômenos espaciais, sendo eles: o tropeirismo, a ferrovia/Indústrias Matarazzo e a economia da madeira. Partimos da atual configuração da

paisagem que expressa esses fenômenos e, na sequência, analisamos as representações dos alunos que expressam possíveis relações com eles. Em algum momento, as sequências didáticas levam o aluno a refletir sobre o passado, o presente e o futuro de Jaguaraiáiva.

Nesse sentido, acreditamos que os desdobramentos das análises das sequências podem contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos espaciais selecionados e as possíveis relações com a vida dos alunos, revelando possíveis aspectos de tradição (passado), de demandas (presente) e expectativas (futuro) sobre seu espaço de vivência e laços identitários com o município. Outro desdobramento possível é identificar as possíveis relações das representações da memória, sobretudo em sua articulação com os fenômenos espaciais escolhidos, que fazem relação com os conteúdos escolares.

Contudo, não é possível esgotar as relações a partir da análise dos fenômenos espaciais porque, tanto o mundo do livro - didático e do professor -, quanto o do leitor - aluno - têm suas representações que derivam de suas trajetórias de vida e, como vimos, as refigurações da memória estão sempre abertas a novas interpretações. Um outro problema está na própria escala que a pesquisa utiliza. Como se trata do micro, do local, do lugar, estamos limitados aos fenômenos espaciais existentes aqui e também às suas relações com outros contextos.

Straforini (2018) comenta a seleção dos conteúdos escolares:

A seleção do “o que” deve ser estudado junto aos escolares nos parece um ponto nevrálgico ou um desafio quando se opera conjuntamente com a compreensão da espacialidade dos fenômenos, com o conhecimento geográfico escolar com os seus currículos oficiais e praticados, uma vez que estes não operam direta e explicitamente com os conceitos estruturantes da Geografia apresentados aqui (espaço, tempo e escala), tão pouco com o tripé metodológico (onde, como e por quê?). Os currículos estão tradicionalmente organizados por conteúdos de ensino e na Geografia Escolar esses conteúdos são apresentados por aquilo que Corrêa (2000) chama de conceitos empíricos da Geografia, ou seja, o objeto de análise em si, o observável ou o empírico a que os conceitos estruturantes são acionados para serem analisados: a cidade, o processo de verticalização, mobilidade urbana, campo, cidade, relação campo-cidade, energia, migrações, divisão territorial do trabalho, sistemas de comunicação, redes e fluxos, fronteiras etc. (STRAFORINI, 2018, p. 185-186).

A memória se configura em um emaranhado de relações a respeito do que se significa, do que se ressignifica e do que se esquece acerca da experiência humana com o mundo. Nada se explica em si só; temos e ampliamos uma visão de mundo a partir das múltiplas conexões que fazemos. No contexto do ensino de geografia, podemos não só utilizar a relação espacial de escala local/global ou global/local para sofisticar nossa visão de mundo, mas também as

diferentes opções de relações temporais entre presente/passado/futuro. Assim, quanto mais relações e mais profundas essas relações, maior arcabouço para compreensão da totalidade dos fenômenos. Contudo, para Straforini (2018) essa relação de parte com o todo é um desafio metodológico da Geografia Escolar:

Se a totalidade é o conjunto de todas as coisas em sua inter-relação, temos no ensino de Geografia o primeiro grande desafio de ordem metodológica que é a impossibilidade de “tocar” ou atingir todas as coisas num mesmo instante de análise, muito menos todas as coisas em suas inter-relações. Logo, a totalidade-mundo nada mais é do que uma abstração.

Pensemos num único conteúdo da Geografia Escolar: a relação campo-cidade. Considerando a compreensão da espacialidade do fenômeno e da totalidade-mundo, só nesse conteúdo escolar poderia ser elencado aqui, seja para ser trabalhado nos anos iniciais, seja nos anos finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, uma infinidade de inter-relações. Ora, o que, então, o professor vai pinçar dessa totalidade para que esse conteúdo geográfico seja apropriado pelos alunos enquanto um conhecimento significativo? (STRAFORINI, 2018, p. 187).

Pautado em David Harvey, Straforini (2018) destaca que “*diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço.*” (STRAFORINI, 2018, p. 187). Desta forma, compreender as concepções de espaço e práticas espaciais de uma sociedade pode ser uma pista para selecionar quais relações executar a partir de um fenômeno espacial. No entanto, além de questões filosóficas da geografia, questões como o conhecimento pedagógico, institucional e interdisciplinar, da trajetória de vida, do contexto social da unidade escolar e dos alunos, podem auxiliar na seleção e na compreensão das relações. Apoiado em Cavalcanti, Straforini (2018) coloca:

[...] é pela elucidação das práticas espaciais reveladas pelo conhecimento geográfico que se projeta um cidadão crítico e reflexivo, capaz de ler/compreender o seu próprio meio em relação com múltiplas escalas, e que essa compreensão possibilita outras práticas espaciais por parte do cidadão, sobretudo com práticas espaciais mais solidárias. (STRAFORINI, 2018, p. 187).

Para compreender as práticas espaciais é necessário entender o espaço como fruto das interrelações ao longo do tempo – primeira proposição de Massey (2008) – e as identidades que derivam delas. Dessa maneira: “as ‘relações’ aqui são compreendidas como práticas encaixadas.” (MASSEY, 2008, p. 30). Ao considerar as práticas a partir das relações, promovemos a abertura do espaço e ao considerarmos as interrelações, promovemos a

multiplicidade do espaço. Assim, a alteração do espaço é fruto das práticas espaciais que, por sua vez, se derivam do processo de relações identitárias.

Para Harvey (2010) a construção do tempo e do espaço social tem relação com as múltiplas qualidades objetivas das práticas humanas. Dessa maneira, a *localização* no espaço-tempo está na investigação das práticas espaciais que, nesse caso, representam a reprodução e a mudança social por meio da alteração da paisagem. A investigação pode revelar múltiplos tempo e espaço sociais e, em certo sentido, a noção de coexistência dessa multiplicidade pode melhor ilustrar um fenômeno espacial a partir das relações.

Harvey comenta sobre a construção da noção de espaço-tempo por meio das práticas materiais da seguinte maneira:

As práticas materiais de que os nossos conceitos de espaço e de tempo advêm são tão variadas quanto a gama de experiências individuais e coletivas. O desafio consiste em cercá-las de algumas estruturas interpretativas gerais que vençam o hiato entre a mudança cultural e a dinâmica da economia política. (HARVEY, 2010, p. 195).

Além da gama de experiências é necessário considerar a forma que elas significam e que configura o círculo hermenêutico da memória. A multiplicidade de experiências e o processo de significar, lembrar e esquecer são a base para a compreensão de mundo de um indivíduo que, de certa forma, contribui para execução das práticas. As histórias de vida dos indivíduos e suas práticas espaciais podem ser consideradas “trilhas de vida no espaço-tempo” (HARVEY, 2010, p. 195), sendo que a confluência dessas trilhas no espaço forma o lugar.

Como as práticas espaciais estão intrinsecamente atreladas à experiência e à memória, aspectos já discutidos como legitimidade, eficácia ou coerção das instituições ou agentes sociais podem criar práticas que auxiliem no controle social, na perda da multiplicidade e no essencialismo identitário. Em um extrato, esses aspectos podem apresentar graus diferentes, configurando tempos e espaços sociais específicos:

Nas práticas espaciais e temporais de toda sociedade, são abundantes as sutilezas e complexidades. Como elas estão estreitamente implicadas em processos de reprodução e de transformação das relações sociais, é preciso encontrar alguma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre seu uso. A história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. (HARVEY, 2009, p. 201).

Em nossa investigação, as práticas espaciais surgem no contexto de alteração da paisagem (mesmo que a alteração da paisagem reflita a manutenção do tempo social). A descrição das práticas espaciais e da paisagem parte das análises das representações dos alunos, que auxiliam na compreensão de fenômenos, às quais atrelaremos as contribuições da memória e enquadramos o fenômeno junto às questões geográficas, localizando-o no espaço e no tempo e relacionando-o em múltiplas escalas e cotidianos.

Harvey tece relações entre as práticas espaciais e o espaço vivido, percebido e imaginado de Lefèbvre no livro *A produção do espaço*, de 1974, na tentativa de capturar sua complexidade nas sociedades, segundo o que indica:

1. As práticas espaciais materiais referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social.
2. As representações do espaço compreendem todos os signos e significações, códigos e conhecimento que permitem falar sobre essas práticas materiais e compreendê-las, pouco importa se em termos do senso comum cotidiano ou do jargão por vezes impenetrável das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais (a engenharia, a arquitetura, a geografia, o planejamento, a ecologia social etc.).
3. Os espaços de representação são invenções mentais (códigos, signos, “discurso espaciais”, planos utópicos, paisagem imaginárias e até construções materiais como espaços simbólicos, ambientes particulares construídos, pinturas, museus etc.) que imaginam novos sentidos ou possibilidades para as práticas espaciais. (HARVEY, 2009, p. 201).

As práticas espaciais atreladas à concepção de espaço vivido, percebido e imaginado de Lefèbvre conversam com a nossa pesquisa e podem contribuir para a análise dos materiais nos seguintes sentidos:

1. As práticas espaciais a partir de uma concepção do espaço vivido compreendem uma construção histórica que, por sua vez, é fruto do percebido e do imaginado. Assim, as práticas constroem a paisagem que configuram os tempos e espaços sociais até aqui e agora;
2. A experiência com esses tempos e espaços sociais promove uma teia de significações que fazem lembrar e esquecer. O espaço percebido é nossa noção de mundo até aqui e agora;
3. A estabilização dessa experiência refigura a representação alterando a visão de mundo, podendo criar demandas, a partir das quais criamos expectativas. Assim, o espaço imaginado surge das expectativas criadas de um espaço percebido e que, se efetivada a construção que atende a tais demandas, voltamos ao espaço vivido.

A nossa concepção da relação *ação-representação-ação* entre o espaço/lugar e a memória que permeia todo o referencial teórico é reafirmada na reflexão de Harvey sobre o espaço de Lefèbvre e a prática espacial:

Ele considera as relações dialéticas entre elas o fulcro de uma tensão dramática por meio da qual pode ser lida a história das práticas espaciais. Os espaços de representação, portanto, têm o potencial não somente de afetar a representação do espaço como também de agir como força produtiva material com o respeito às práticas espaciais. Mas afirmar que as relações entre o vivido, o percebido e o imaginado são dialéticas e não causalmente determinadas deixa as coisas demasiadamente vagas. (HARVEY, 2009, p. 201).

Entre a *ação-representação* está a experiência que considera uma prática espacial historicamente construída (espaço vivido) e a visão de mundo do indivíduo. O processo relacional entre lembrar e esquecer/significar e não significar altera a *representação* do espaço (espaço percebido). Logo depois, temos a *representação-ação*. Entre eles está a expectativa/demanda (espaço imaginado) e que, se posta como força produtiva de reprodução ou mudança social, altera o espaço (voltamos ao espaço vivido).

Pautado “em uma matriz de percepções, avaliações e ações” (HARVEY, 2009, p. 201) de Pierre Bourdieu, o autor acrescenta outros quatro aspectos na produção cultural das práticas espaciais. Um primeiro:

1. Acessibilidade e distanciamento referem-se ao papel da “fricção da distância” nos assuntos humanos; a distância é tanto uma barreira como uma defesa da interação humana. Ela impõe custos de transação a todo o sistema de produção e reprodução (particularmente aqueles baseados em alguma divisão social elaborada do trabalho, do comércio e da diferenciação social das funções reprodutivas). (HARVEY, 2009, p. 202).

Para Paul Ricœur ou Maurice Halbwachs, “a fricção da distância” dos assuntos humanos condiz à intensidade das relações entre os sítios ou grupos sociais, respectivamente. Quando o autor coloca “custos de transação”, no contexto da memória, seria o processo de interação entre sítios ou grupos entre eles ou com o espaço produzido. A experiência entre grupos/indivíduos pode reconfigurar visões de mundo e concepções espaciais. Caso esse processo não acontecer, promovemos o “fechamento do espaço” (MASSEY, 2008), o que pode auxiliar em concepções de espaço ou práticas espaciais com identidades essencialistas.

O segundo aspecto nos diz o seguinte:

2. A apropriação do espaço examina a maneira pela qual o espaço é ocupado por objetos (casas, fábricas, ruas etc.), atividades de uso da terra, indivíduos, classes ou grupos sociais. A apropriação sistematizada e institucionalizada pode envolver a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social. (HARVEY, 2009, p. 202).

A apropriação do espaço remete à configuração da paisagem e, nesse caso, tem muito a ver com a essência do lugar. A sedimentação da paisagem está relacionada ao emaranhado de histórias que permeiam e formam o espaço. Cosgrove (1998), coloca que a paisagem remete à cultura do grupo, de modo que os indícios para melhor ilustrar essa cultura podem estar na maneira com que os grupos se apropriam do espaço. A paisagem pode dar indícios da cultura tanto em um documento/monumento que cristaliza no espaço uma representação simbólica ou espaços identitários que podem promover a solidariedade.

O aspecto seguinte indica:

3. O domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização do espaço e a produção do espaço mediante recursos legais ou extraleais, a fim de exercerem um maior grau de controle quer sobre a fricção da distância ou sobre a forma pela qual o espaço é apropriado por eles mesmos ou para os outros. (HARVEY, 2009, p. 202).

Aqui, as relações de poder e território são evidenciadas. Dessa maneira “as geometrias do poder” (MASSEY, 2008) em diversas escalas podem ajudar a explicar a configuração do espaço e as relações entre os múltiplos grupos que o habitam. As durações dos tempos sociais das “superestruturas” (LEFEBVRE, 1990), a partir da legitimidade, da coerção e da eficácia, determinam nosso cotidiano e influenciam nossa concepção e apropriação do espaço.

Já o último aspecto:

4. A produção do espaço examina como novos sistemas (reais ou imaginários) de uso da terra, de transporte e comunicação, de organização territorial etc. são produzidos, e como surgem novas modalidades de representação (por exemplo, tecnologia da informação, mapeamento computadorizado ou design). (HARVEY, 2009, p. 202).

O último aspecto refere-se à expectativa/demanda a partir da reprodução ou alteração social do espaço/paisagem pelo processo de *habitar/construir*. Harvey chama a atenção para a fricção da distância nos quatro aspectos. Para o autor: “a produção do espaço, na medida em que reduz a fricção da distância, altera o distanciamento e as condições de apropriação e domínio” (HARVEY, 2009, p. 204), ou seja, quanto mais próximas e intensas forem as relações

das forças produtoras (sítios e grupos sociais e suas relações de poder) maior serão as condições de alteração social e mudança na configuração espacial.

Dessa maneira, a matriz percepção-avaliação-ação de Bourdieu apresenta-se da seguinte forma nos aspectos de Harvey: o primeiro correspondente à percepção; o segundo e o terceiro à avaliação; e o quatro à ação. A relação da matriz com nossa concepção de memória e lugar que é *ação-representação-ação* está nos interstícios entre *ação-representação* e *representação-ação*. No contexto da memória, a experiência de significar depende da relação da visão de mundo com o objeto e, a partir da percepção, forma-se uma imagem/representação. Entre a *representação-ação* está a expectativa/demanda que, de certa forma, necessita de uma avaliação entre como está e o que se quer para planejar ações. Por fim temos a ação, que é um ponto comum entre as concepções que, para nós, é efetivação da refiguração da visão de mundo, da memória e da prática espacial, (re)produzindo o espaço e alterando a paisagem. Na sequência, o quadro 2 sintetiza as aproximações entre as práticas espaciais e a relação espaço-memória no ensino dos fenômenos espaciais:

Quadro 2 - As práticas espaciais e a memória no processo de ensino dos fenômenos espaciais

LUGAR/ MEMÓRIA	PRÁTICAS ESPACIAIS - ESPAÇO: VIVIDO, PERCEBIDO E IMAGINDO (Harvey e Lefèbvre)	MATRIZ PERCEPÇÃO, AVALIAÇÃO E AÇÕES E PRÁTICAS ESPACIAIS (Harvey e Bourdieu)	MATRIZ AÇÃO- REPRESENTAÇÃO- AÇÃO (MEMÓRIA E LUGAR)	ESPAÇO/ TEMPO NO ENSINO
Construir/ Habitar	Práticas em um espaço vivido (práticas que configuram o espaço)	Fricção da distância/ Intensidade das relações humanas. Maior intensidade: maior mudança; Menor intensidade: menor mudança	Fruto de múltiplas <i>ações</i> ao longo do espaço-tempo	Tradição
Habitar	Práticas de um espaço percebido (o processo de habitar pode gerar novas demandas)	Apropriação/domínio do espaço; Configuração da paisagem; Intensidade, duração e sucessão do domínio espacial	Altera a <i>representação</i> (depende da intensidade das relações humanas)	Demanda

Construir	Práticas de um espaço imaginado (as demandas imaginadas e planejadas, caso se efetivem, podem provocar a mudança)	Produção do espaço; Reprodução (manutenção, mudança)	Alteração do espaço; Pode ocorrer alteração do espaço-tempo social	Expectativa
-----------	--	---	---	-------------

Elaboração: CALANDRO, 2019

Nesse sentido, para *localizar* os fenômenos espaciais/geográficos no espaço-tempo temos que atrelá-los às práticas espaciais. Para isso, os desdobramentos teóricos desenvolvidos pelo geógrafo David Harvey sobre a experiência social no espaço-tempo e as práticas espaciais como fruto da experiência em seus diferentes aspectos, podem contribuir qualitativamente para a análise dos materiais e reforçar a contribuição da memória para o ensino da geografia escolar. A memória, como fenômeno de constituição da cultura e da identidade, tem impacto nesse processo.

Se considerarmos que a memória é a base para compreensão do mundo até aqui e até agora, ela orienta também nossas ações. Na discussão memória e espaço, as práticas se colocam a partir do ato de construir - paisagem - que, por sua vez, é considerado a partir das demandas que se colocam a partir do habitar - lugar.

As práticas espaciais são, acima de tudo, práticas identitárias que refletem a concepção de quem habita o espaço. As práticas espaciais e as relações que se derivam revelam a essência do lugar. As sequências didáticas e os materiais que foram produzidos pelos alunos a partir delas podem revelar as práticas espaciais compreendidas por alunos da escola pública de Jaguariaíva. Investigá-las pode dar indícios de como a comunidade ou o indivíduo concebem o espaço-tempo e compreendem os fenômenos espaciais, revelando sua tradição, sua demanda e possíveis perspectivas e relações em escalas diversas.

A partir desse ponto de vista, as contribuições metodológicas de como pensar o espaço e seus fenômenos com base na descrição, na localização, na distribuição, no movimento e no tempo, fundamentadas na duração, na mudança e no ritmo da mudança e suas marcas (espaço-tempo) na paisagem, podem auxiliar os alunos a se *localizarem* no espaço-tempo, compreendendo os fenômenos também como tradição, demanda e perspectivas em um espaço que se coloca interacional/processual, múltiplo e aberto.

Para Straforini (2018) a geografia escolar se configura como uma prática espacial porque tem um discurso a partir da compreensão da seleção dos conteúdos e das metodologias

de ensino, criando suas próprias visões de mundo. Se a geografia escolar é uma prática espacial, ela é dotada de identidade, podendo ser essencialista ou não essencialista; se ela representa uma identidade essencialista, ela não muda com o mundo e não dá conta de explicar suas identidades e relações e, por outro lado, molda as visões de mundo às suas concepções. Assim, temos que tentar entender se a visão de mundo da geografia escolar dá conta da visão de mundo dos estudantes que estão inseridos em múltiplos contextos.

No âmbito da cultura escolar, principalmente quando analisamos os livros didáticos, percebemos várias representações que generalizam o espaço. Podem ser vistas em diferentes tipos de linguagem como mapas, fotos, textos, gráficos e tabelas. Evidentemente, temos que considerar a dificuldade de atualização dos livros e o contexto que vem ano a ano a ano nas políticas educacionais do país. Contudo, a impessoalidade do livro, a aparente neutralidade e generalização do território no mapa, a frieza dos números, tudo isso provoca no leitor uma “instantaneidade estática” (MASSEY, 2008, p. 53), um tempo-espaço que, na atualidade, está distorcido e provoca uma narrativa fora de contexto. Ainda assim, nesta mesma perspectiva de pensamento espacial, histórico, múltiplo e aberto, as formas de linguagem, em tese, consideraram o fluxo do tempo-espaço até sua produção - aqui e agora - de modo que podem ser um caminho metodológico de busca pelo ‘*fio da meada*’ para abordar o conteúdo. Assim, o livro didático, mesmo com seus diversos problemas, pode ser mais uma narrativa em sala de aula sobre algum conteúdo e que deve ser submetido a questionamento, argumentação, contradição, divergências e convergências, sendo mais uma narrativa sobre o espaço.

Straforini comenta sobre o currículo e suas visões de mundo da seguinte maneira:

Os discursos hegemônicos numa proposta curricular são sempre contingenciais e provisórios e nunca espelham diretamente os sentidos discursivos universais de origem, pois, para se tornarem hegemônicos, não podem descartar as próprias particularidades já existentes nas suas especificidades territoriais e também desejanter de se tornarem universais ou hegemônicas. Então, esse discurso universal que chega, mais as particularidades locais existentes precisam estabelecer uma articulação equivalencial em torno de algum ponto nodal que os una, de modo que um novo discurso ou uma nova identidade se configure como um discurso curricular hegemônico. (STRAFORINI, 2018, p. 192).

Para o autor, o essencialismo do currículo escolar é provisório pela recontextualização que é necessária de se ter, considerando a multiplicidade do espaço. Sendo assim, as articulações são necessárias para significar os conteúdos selecionados pelo currículo e que advêm do cotidiano. Tais preposições abrem portas para uma questão: *seriam os elementos do cotidiano que devem ser articulados com os conteúdos do currículo ou os conteúdos escolares*

que devem ser articulados com a realidade? Com a seleção dos conteúdos e os elementos cotidianos que devem se conectar, talvez existam outros elementos cotidianos significativos para os alunos que não são contemplados pelo currículo; por outro lado, se é o currículo que deve conectar com os elementos cotidianos, o aluno tem sua vida mais bem teorizada. Enquanto a primeira parte da pergunta pode criar lacunas na compreensão da realidade, a segunda pode auxiliar na *localização* do aluno no espaço-tempo.

Massey (2017), ao escrever um trabalho acadêmico orientado à geografia escolar, faz reflexões sobre a imaginação e a mente geográfica. Neste texto, a autora enfatiza que os conceitos centrais da geografia na vida moderna são o espaço e o lugar; assim, as perspectivas de “um sentido global de lugar” devem ser consideradas para a relação com a geografia escolar. Alinhada ao cotidiano, nossas representações geográficas, sobre as quais utilizamos como base para a compreensão do mundo e dos conteúdos geográficos, sofrem influências dos atores que agem sobre nós em múltiplas escalas; neste sentido, há uma necessidade de contestar, de refletir e de saber de onde vêm essas imaginações trazidas, no caso, pelos alunos. Atrelar as imaginações geográficas, por exemplo, aos movimentos causados por geometrias do poder ou fatos constituintes das identidades locais, pode ser uma maneira de fazer o aluno compreender de onde vem sua representação do mundo em um determinado assunto.

O alinhamento com a *mente geográfica* proposta por Massey está no refletir o caminho percorrido pelo aluno sobre as questões geográficas - trazidas pelos professores, tendo como objetivo a configuração e refiguração a partir do *conhecimento prévio* do aluno; em sentido mais didático, ainda que de forma menos sistemática, é esta uma forma de tentar identificar a evolução da compreensão a partir da refiguração da identidade narrativa das temáticas geográficas trabalhadas.

Massey (2017) e Rocha (2017) abordam as características e a necessidade da perspectiva de multiplicidade para o ensino de geografia com o objetivo de romper o pensamento linear, as generalizações, os estereótipos ou as simples relações de causa e consequência que, de certo modo, provocam pensamentos simplistas ou deterministas que significam o espaço de maneira generalizada.

Rocha (2017) comenta sobre o caráter da multiplicidade no ensino de geografia:

A afirmação da multiplicidade, como princípio para interpretação do espaço-tempo, requer, no meu ponto de vista, a revisão profunda da agenda política da Geografia escolar – o que, de fato, incide na produção de uma pauta curricular que favoreça a vigilância sobre a produção do antagonismo, particularmente, em operações significativas da causalidade que são construídas no conhecimento escolar. Com essa ordem de ideias, pensar o

ensino da Geografia, tendo a multiplicidade como condição de sua produção, é uma pauta política a serviço da interpretação espaço-tempo que repercute em uma proposta pedagógica e epistemológica mais democrática. (ROCHA, 2017, p. 28).

Neste sentido, Rocha (2017) coloca que o estudo de caso é uma maneira didática privilegiada por Doreen Massey. Com a escolha desse movimento didático “há a necessidade da contextualização dos conteúdos, da experiência cotidiana, para garantir a interatividade e a dialogicidade do texto.” (ROCHA, 2017, p. 26). Dentre outros movimentos de ensino, destacam-se “a descrição, a comparação e a enumeração dos fatores e das causas da dinâmica espacial.” (ROCHA, 2017, p. 27).

A partir desta perspectiva, os conteúdos selecionados e os conceitos trabalhados são questionamentos aos cenários políticos disseminados na vida cotidiana, promovendo reflexões sobre as demandas de si e dos sujeitos que habitam e constroem o espaço. Os movimentos didáticos citados atrelados a questionamentos que partem do cotidiano para sustentar novas aprendizagens, sustentam o argumento da multiplicidade.

Neste caminho, abrimos discussão para o binômio *currículo e cotidiano*. Para Azanha (1992) o cotidiano é compreendido como uma construção exclusivamente humana, a partir do fato da duração da experiência, sendo reflexo de “padrões de convivência social historicamente construídos.” (AZANHA, 1992, p. 63). A reflexão do autor conecta-se com as ideias de temporalidade e de tempos sociais que discutimos anteriormente por intermédio de Paul Ricœur (2003). Sendo assim, podemos inferir que as durações do cotidiano de uma sociedade são aquelas extremamente intensivas e com um tempo cronológico largo. Um exemplo de duração intensiva e que se perpetua em nossa sociedade por milênios é o do trabalho. É evidente que o trabalho passou e passa por várias transformações ao longo do tempo, mas, ainda, o trabalho é uma condição para a vida humana e dedicamos grande parte da nossa vida em produzir.

Neste sentido, podemos compreender o cotidiano como durações que, em diferentes escalas, constituem nossa sociedade. Durações com tempo cronológico largo tendem a formar tempos sociais lineares e contínuos. Como vimos, tal fato está relacionado a questões de identidade, de coerção e de legitimidade; deste modo, o cotidiano parece evocar o sentido de um tempo social contínuo e sem significância. Por esta razão seja que Lefèbvre aponte uma das características do cotidiano como se tratando de uma “soma de insignificâncias.” (LEFEBVRE apud. AZANHA, 1992, p. 62). O cotidiano evoca as práticas sociais que duram em sociedade.

Assim, o acontecimento pode romper o cotidiano. Mas, de todo modo, o acontecimento tem que apresentar uma grande significância ou sair do contexto das práticas sociais

convencionalizadas daquele espaço-tempo para que o indivíduo *saia do cotidiano*. Por exemplo, um acontecimento problemático no trabalho não é sair do cotidiano, já que ocorrer problemas faz parte do cotidiano do trabalho. Assim, a duração do problema é curta e logo se desfaz na imensidão das durações que formam o cotidiano.

As longas durações que representam o cotidiano são, por exemplo, a linguagem, os hábitos, os ritos, os costumes, os artefatos, entre outros. Neste sentido, pode-se buscar referências do estudo do cotidiano nestes elementos e, também, pode-se identificar como tais elementos causam durações longas e intensas ao ponto de o indivíduo representar o cotidiano de uma maneira linear e monótona. A função mimética no estudo do cotidiano vem da interpretação e da ligação dos elementos que servem de base à compreensão do mundo. Berger e Luckmann (2014), apontam que “a vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada pelo homem e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente.” (BERGER e LUCKMANN, 2014, p. 35).

Se o mundo só faz sentido a partir da ligação dos elementos interpretados, a relação com objetivos distintos causa estados de consciência diferentes, logo, realidades múltiplas. Contudo, Berger e Luckmann (2014) colocam que a realidade que se apresenta por excelência é a do cotidiano que, em certo sentido, está relacionado a uma realidade ordenada, na qual a disposição das práticas sociais, muitas vezes, é antecessora à da entrada do indivíduo em cena. Tal fato leva a inferências de que as durações que determinam o cotidiano são longas e intensas.

A representação do cotidiano está limitada ao *aqui e agora*. Desta maneira, a construção social da realidade cotidiana está relacionada a contextos espaciais e temporais específicos. Isto leva ao ordenamento de nossa vida e dos gostos pessoais relacionados a sítios sociais. Um exemplo é apontado por Berger e Luckmann (2014):

Estou intensamente interessado no aglomerado de objetos implicados a minha ocupação diária, por exemplo, o mundo da garagem se eu sou um mecânico. Estou interessado, embora menos diretamente, no que se passa nos laboratórios de provas da indústria automobilística em Detroit, pois é improvável que algum dia eu venha a estar em algum destes laboratórios, mas o trabalho aí efetuado poderá eventualmente minha vida cotidiana. (BERGER e LUCKMANN, 2014, p. 39).

O trecho referido, além de denotar o contexto da inserção do indivíduo no ordenamento da vida, mostra a escala espacial entre a relação local e global e a coexistência de múltiplos *aqui e agora* na realidade do cotidiano. Outra questão evidenciada é a identificação. No excerto, o interesse demonstrado é pela atividade automobilística. Desta maneira, todas as informações

atreladas a esta área, mesmo em diferentes escalas espaciais e temporais, despertam o interesse e promovem uma consciência sobre o cotidiano do outro. Por outro lado, é preciso refletir se a identificação vem de uma coerção que o mundo do trabalho promove pela duração que, no caso, existe muito antes na sociedade do que no indivíduo em questão.

Lefèbvre (1992) faz uma reflexão crítica sobre o determinismo do cotidiano:

Ou empregaremos nossas energias práticas (aquelas de que todo o indivíduo dispõe como ser social), para fortificar as instituições, as ideologias existentes – e o Estado, ou uma igreja, um sistema filosófico ou uma organização política – e ao mesmo tempo nos empenhamos em consolidar o cotidiano sobre o qual se estabelecem essas “superestruturas”; ou nos dedicamos a “mudar a vida”. Em outras palavras, ou erigimos em absoluto em ideias platônicas as instâncias que se elevam acima do cotidiano com a pretensão de regê-lo – ou então tornamos relativas entidades (Estado, igreja, culturas etc.), recusamos substancializar (descobrir a substância delas, ao ser escondido da realidade humana), desvalorizamos-las, valorizando o que elas depreciam e sobre qual elas pensam, considerando-o nada mais que um resíduo: o cotidiano. Ou trabalhamos para esmagar esse residual, ou consideramos o irreduzível, o precioso conteúdo das formas abstratas e das diferenças concretas. Ou nos colocamos a serviços das “causas”, ou ajudamos a humilde razão do cotidiano. (LEFEBVRE, 1992, p. 22-23).

As *superestruturas* em Lefèbvre têm a mesma função de reger o cotidiano que as durações vistas em Ricœur e ambas as nomenclaturas são representadas por instituições presentes na sociedade ocidental, minimamente, a tempos cronológicos seculares. Pensar fora do cotidiano é pensar em outras formas de organização social. Um exemplo seriam as comunidades tradicionais, cujo modo de vida, em determinada escala, não é norteado por nossas durações, mas por outras que refletem nas práticas sociais daquela sociedade.

Assim, o cotidiano revela sua miséria e sua riqueza. Por um lado, temos a miséria relacionada a sua monotonia causada pelos tempos sociais lineares ocasionados pelas durações. Por outro, temos sua riqueza a partir da análise do micro, que revela modos de vida e confluência e coexistência de multiplicidades, determinantes para o político.

Com esta narrativa sobre o cotidiano, queremos evidenciar que ele pode ser objeto de estudo das ciências sociais e, em nosso caso, no ensino de geografia escolar. Contudo, para que o estudo do cotidiano efetive resultados positivos na educação, é necessário atentar-nos em alguns movimentos que contribuem para o processo didático.

Azanha (1992) comenta a importância dos estudos do cotidiano para o conhecimento científico:

No nosso modo de entender, a importância do estudo da vida cotidiana só pode ser mais fecundamente examinada se, ao mesmo tempo, focalizamos a questão

da possibilidade de acesso, a partir dela, ao social num sentido mais amplo. Sem isso, a importância do cotidiano ficará teoricamente muito reduzida e, apenas eventualmente, a descrição da vida cotidiana terá algum valor científico para o conhecimento do homem. (AZANHA, 1992, p. 72).

No entanto, ao considerarmos que o cotidiano tem como características as confluências e coexistências de multiplicidades de aspectos, elementos e episódios que, aparentemente, parecem um caos empírico, Azanha (1992) propõe encontrar “o fio da meada que estabelece a ligação e continuidade entre eles.” (AZANHA, 1992, p. 75). Tal perspectiva contribui para que, a partir de um ponto de vista, possa-se compreender a construção do todo a partir das partes.

Considerando o caminho da pesquisa até aqui e até agora, a relação entre o cotidiano e a geografia escolar reside nas práticas espaciais. Assim, acreditamos que a melhor forma de iniciar o processo de “*localização*” do aluno no espaço-tempo está na compreensão das práticas espaciais historicamente construídas e representadas nas sequências didáticas. Uma geografia escolar pautada no cotidiano considera as influências das durações e mudanças da sociedade que, por sua vez, alteram o espaço. No contexto geográfico e da pesquisa, as alterações do espaço remetem ao conceito de lugar – habitar – e paisagem – construir.

Comprendemos os materiais das sequências didáticas como *expressões da identidade narrativa do espaço do aluno*. Goodson (2005), utiliza o conceito de identidade narrativa de Ricœur para fundamentar a ideia de um currículo escolar que gere uma “aprendizagem narrativa de gerenciamento da vida” (GOODSON, 2005, p. 242). Para isso, o autor defende uma aprendizagem que “diz respeito a viver sem hábitos ou aprendizagens rotineiras, a romper com as prescrições predeterminadas do currículo, a voltar-se para a definição, apropriação e narrativa contínua de seu próprio currículo.” (GOODSON, 2005, p. 241). Em linhas gerais, a identidade narrativa está relacionada à maneira com que o indivíduo compreende e explica, por meio da linguagem, sua trajetória de vida e, a partir disso, como compõe sua noção de futuro. Dessa maneira, o currículo escolar proposto por Goodson tenta atender às perspectivas e angústias do indivíduo em relação ao futuro. Assim, o autor compreende o discurso hegemônico do atual currículo escolar e também da necessidade do currículo andar junto com o cotidiano e não apenas com relações eventuais.

Para elucidar o discurso hegemônico do currículo, colocamos:

De um lado, a reforma educacional foi associada aos imperativos das grandes empresas. Sob essa perspectiva, as escolas passaram a ser áreas de treinamento para diferentes setores da força de trabalho; passaram a ser vistas como provedores dos conhecimentos e das habilidades ocupacionais necessárias à expansão da produção interna e do investimento externo. Essa ótica associa a

escolarização às exigências de uma forma tecnocrática conservador.

Nesse discurso conservador renovado, os alvos são a modernidade, a democracia, a diversidade e, acima de tudo, o relativismo. As tradições ocidentais clássicas, segundo essa ótica, estão sendo cercadas de todos pelo relativismo. (GIROUX e SIMON, 1994, p. 93-94).

Os autores referem-se à política educacional dos Estados Unidos, contudo, essas tendências foram amplamente divulgadas e praticadas também no Brasil. Um educador brasileiro que identifica esses movimentos políticos na educação brasileira é Paulo Freire. Assim, as citações são norteadoras para a reflexão sobre o currículo. Nesse sentido, identificamos dois movimentos: um primeiro voltado para a formação de mão-de-obra do capital sendo, normalmente, as esferas econômicas mais baixas da sociedade; e uma outra que conserva a cultura elitista ocidental relacionada às classes dominantes do extrato social. O que levamos dessa reflexão dentro das perspectivas aqui trabalhadas, principalmente no primeiro movimento, é desconsiderar a cultura – que nesse caso tem raízes populares - a trajetória de vida e as expectativas do indivíduo que, por sua vez, são configuradas e reconfiguradas no cotidiano.

O currículo atual não promove a mudança social, pelo contrário, é mais uma duração e parte de uma superestrutura que perpetua o cotidiano. Dessa maneira, as pessoas que se identificam com uma cultura popular são negadas a estudá-la e de vislumbrar um possível futuro que considere a sua identidade. Por outro lado, são levadas a aprender habilidades e competências de um sociedade industrial. Tal perspectiva é influenciada por grupos sociais dominantes, como coloca Goodson (2005): “as disciplinas escolares não são definidas de uma forma acadêmica desinteressada, mas sim em uma relação estreita com o poder e os interesses de grupos sociais. Quanto mais poderoso é o grupo social, mais provável que ele vá exercer poder sobre o conhecimento escolar.” (GOODSON, 2005, p. 244).

Goodson defende essa perspectiva do currículo narrativo por meio do conceito de liquidez da modernidade de Zigmunt Bauman. A citação na sequência elucida melhor a visão do autor: “os velhos padrões de desenvolvimento e de estudos do currículo são totalmente inadequados para a nova sociedade de riscos, instabilidades e rápidas mudanças na qual vivemos, pois ainda estão presos à aprendizagem primária e prescritiva.” (GOODSON, 2005, p. 242).

Concordamos com o argumento do autor no sentido de manter a duração em uma sociedade em constante mudança. Contudo, acrescentamos outro argumento do porquê o

currículo seja inadequado no contexto da pesquisa: o da multiplicidade na inteligibilidade do espaço que resulta em diferentes práticas espaciais dos grupos e indivíduos. Assim, há uma necessidade de adequar o currículo da Geografia Escolar para a compreensão do desenvolvimento das práticas e, por conseguinte, de suas relações com os fenômenos espaciais, que são configuradas no cotidiano.

Embora indissociáveis, o lugar contempla os hábitos e a paisagem as construções, ambos, a partir das práticas espaciais, apresentam a noção de cotidiano no contexto geográfico. Assim, compreender as práticas espaciais pode ajudar a revelar a tradição, a demanda e as expectativas de um indivíduo ou grupo. Em síntese “[...] precisamos mudar de um currículo prescritivo para um currículo como identidade narrativa; de uma aprendizagem cognitiva prescrita para uma aprendizagem narrativa de gerenciamento da vida.” (GOODSON, 2005, p. 242).

Entendemos as práticas espaciais como algo processual e fruto da construção histórica que coloca passado-presente-futuro em destaque. Assim, as práticas espaciais vistas como reveladoras da tradição, da demanda e das expectativas podem contribuir para a construção de um currículo narrativo:

Assim como a aprendizagem informal, o projeto¹ começou a focalizar o que chamamos de “aprendizagem narrativa” – um tipo de aprendizagem que se desenvolve na elaboração e na manutenção continuada de uma narrativa de vida ou de identidade. Entre os motivos que emergem na aprendizagem narrativa estão o trajeto, a busca e o sonho – todos eles motivos centrais para a contínua elaboração de uma missão de vida. (GOODSON, 2005, p. 248).

O autor coloca que para compreender a “aprendizagem narrativa” é necessário entender o capital narrativo. Para isso, o autor dispõe de duas ideias centrais: uma primeira sobre a concepção de currículo como instrumento de controle social (GIROUX e SIMON, 1994); e uma segunda, que vem de Pierre Bourdieu, que introduz que o capital cultural e o capital simbólico, em certo sentido, consistem aspectos culturais que, se colocados a serviço da primeira ideia, contribuem para o desdobramento atual do currículo. O currículo prescritivo, o capital cultural e o capital simbólico, juntos com os padrões exercidos pela escolarização e educação, formam uma tríplice aliança na persistência do poder. (GOODSON, 2005, p. 249).

Dessa maneira, o currículo não promove a reflexão das espacialidades e temporalidades configuradas no lugar: ignora e promove o fechamento do espaço e de sua (re)construção. Não permite ao aluno *localizar-se* no espaço-tempo nem questiona ou responde seus acontecimentos

ou angústias; concebe o espaço como não-processual, o que leva o aluno a ter a realidade como dada e única, por isso, sem tradição, sem demanda e sem expectativa.

Ademais, o currículo desperta o desinteresse e apenas os mais disciplinados dão conta do fardo da maneira como a educação escolar se estrutura. Goodson (2005), comenta o desinteresse e o contraponto do currículo narrativo:

Grande parte da literatura sobre aprendizagem falha na abordagem dessa questão crucial do interesse, por isso a aprendizagem é vista como uma tarefa formal que não se relaciona com as necessidades e interesses dos alunos, uma vez que muito do planejamento curricular se baseia nas definições prescritivas sobre o que se deve aprender, sem nenhuma compreensão da situação de vida dos alunos. Como resultado, um grande número de planejamentos curriculares fracassa, porque o aluno simplesmente não se sente atraído ou engajado. Dessa forma, ver a aprendizagem como algo ligado à história de vida é entender que ela está situada em um contexto, e que também tem história – tanto em termos de histórias de vida dos indivíduos e histórias e trajetórias das instituições que oferecem oportunidades formais de aprendizagem, como de histórias de comunidades e situações em que a aprendizagem informal se desenvolve. (GOODSON, 2005, p. 249).

Na citação supracitada, a certa altura o autor nos diz que no currículo narrativo a aprendizagem está situada em um contexto; para nós, a palavra contexto sugere uma *localização* espacial e temporal. A indissociabilidade entre espaço e tempo e os processos que os configuram até aqui e até agora formam cenários específicos. Da mesma forma, a partir das temporalidades e espacialidades, cenários se constroem e se reconstroem a todo momento de maneira simultânea. As relações entre os distintos cenários podem contribuir com a noção de totalidade. As características relacionadas são, por sua vez, estabilizadas e sintetizadas, formando uma representação do até aqui e agora.

Goodson (2005), ao nosso entender, situa o *currículo narrativo* como uma forma de *quebrar* (no sentido de melhor entender) o cotidiano e, assim, promover uma aprendizagem que contribua efetivamente para seus sonhos, angústias e que ajude a gerenciar sua própria vida. Ser protagonista do seu futuro é subverter as durações impostas pelas superestruturas (LEFEBVRE, 1992) e isso só pode ser feito se entendemos como elas se colocam em nossa realidade e fecham a mudança social.

Dessa maneira, em vez de uma aprendizagem rasa e enciclopédica, com relações superficiais, é necessário optar por um conhecimento mais aprofundado da realidade e que valorize as relações orgânicas com o espaço e com o outro. Como indicamos, nenhum fenômeno humano/geográfico explica-se por si só. É partir das relações que os fenômenos tomam forma e são compreendidos de maneira mais profunda. Considerar cenários diferentes nessas relações

faz com que a abordagem dos fenômenos seja feita em ângulos distintos. Tal fato provoca a abertura das relações sociais, do político e da solidariedade.

- CAPÍTULO 4 -

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As análises dos documentos que apresentamos na sequência embasam-se em características hermenêutico-interpretativas. As contribuições de autores como Moreira (2015), Martins (2007), Corrêa (2018), Besse (2014), Cosgrove (1998), Straforini (2018), Roque Ascensão e Valadão (2014), Anhorn (2014), Harvey (2009), Azanha (1992) e Goodson (2005) auxiliaram-nos no desenvolvimento de uma reflexão metodológica para o ensino que articula a contribuição no processo de pensamento espacial/geográfico a partir das concepções de um espaço interacional, múltiplo e aberto, tal como indicado por Doreen Massey, e de um espaço interpretado a partir da memória - construído/habitado – como visto em Paul Ricœur.

Ao longo das reflexões propostas pelos autores, alinhavamos o pensamento das concepções espaciais que fundamentam nosso trabalho. Aqui exercemos o poder de síntese, fruto de um longo processo de reflexão e estabilização, para organizar as ideias apresentadas. Identificamos três movimentos que expressam a contribuição da memória, em que um complementa o outro.

As representações dos alunos, que demonstram o processo de habitar - lugar – e construir – paisagem, evidenciam as práticas espaciais socialmente construídas. Considerando a posição do professor de geografia/pesquisador, com todas suas influências que configuram sua trajetória de vida, o primeiro movimento é conceituar e discutir as representações a partir da(s) epistemologia(s) geográfica(s).

Nesse sentido, é necessário teorizar a vida e/ou identificar o conhecimento científico no cotidiano. Nesse movimento, quanto maior o engajamento do professor com o lugar, com o bairro, com a cidade, com a comunidade, tanto melhor, pois reflete quantitativa e qualitativamente nas relações entre o cotidiano e a ciência geográfica no contexto escolar. A história de vida do professor, em seus diferentes grupos sociais (HALBWACHS, 1990) ou sítios (RICŒUR, 1994), reflete uma forma singular de compreender o lugar. Tal fato demonstra a complexidade de uma didática única ou uma mera transposição do conhecimento científico acadêmico para um conhecimento escolar.

Podemos considerar também que a compreensão do lugar do professor/pesquisador não é algo acabado e para sempre; assim, o professor/pesquisador é suscetível a alterar sua inteligibilidade do espaço, podendo esquecer e significar novas relações e práticas. Dessa

maneira, o primeiro movimento está ligado à forma de compreensão do professor acerca do lugar, da paisagem e do fenômeno geográfico que vai interpretar, teorizar e atuar.

Na análise dos materiais dos alunos, um autor que vai contribuir com a tarefa de *geografizar* a vida a partir da interpretação lugar – habitar e da paisagem – construir - é Ginzburg (1989) com o seu *paradigma indiciário*.

Carlo Ginzburg em seu *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1989) propõe uma forma de fazer ciência a partir da investigação de indícios e sinais no intuito de reconstruir ou compreender uma realidade passada. A *intuição alta* manifesta uma necessidade de conhecimento de causa para revelar a realidade. Nesse sentido, assim como o caçador que busca o animal pelo rastro, o médico que examina o paciente pelo sintoma ou o detetive a cena do crime pelos indícios, o pesquisador busca seus dados a partir da reconstrução de uma realidade dos vestígios das práticas que transformaram a paisagem e expressaram fenômenos geográficos.

Nosso trabalho de pesquisa parte da análise das representações dos alunos sobre a cidade de Jaguariaíva-PR, Brasil. Compreendemos que as representações são construídas e reconstruídas historicamente a partir de vários fatores; com isto em vista, buscaremos pelos indícios e sinais de

práticas espaciais que contribuíram para a configuração atual do lugar e da paisagem a partir da compreensão dos alunos e, posteriormente, promover uma relação com a Geografia.

As reflexões de Cosgrove (1998) e Besse (2014) podem nos contribuir em relação aos aspectos culturais na composição do espaço. Para o autor, a modificação da paisagem cultural reflete a cultura de grupos sociais que, muitas vezes, colocam-se como dominantes, bem como carregam sinais das *durações e sucessões e os ritmos de mudanças* desses grupos, que estratificam ou permeiam a arquitetura e a paisagem. Do mesmo modo, podemos identificar os grupos subterrâneos que ocupam lugares específicos na sociedade.

Tal como em *O queijo e os vermes*, texto no qual Ginzburg sai em busca pelos sinais e indícios para a compressão da vida do moleiro Menocchio, temos que reconstruir o tempo social para compreender as paisagens e o lugar nas representações dos alunos. Esta característica do método leva-nos a romper a relação com o *aqui e agora* determinado pela atividade mimética, embora, necessariamente, as inferências e conexões que se derivam da compreensão estejam ligadas ao estado atual. Neste sentido, pelo tom hermenêutico da compreensão da realidade a partir dos indícios e sinais, a reconstrução da realidade passada contém traços da interpretação do pesquisador, por isso, o conhecimento de causa, a *intuição alta*, é necessário para não gerar discussões fora de contexto.

Ginzburg (1989) distingue a *intuição baixa* da *intuição alta*:

A antiga fisionomia árabe estava baseada na friasa: noção complexa, que designava a capacidade de passar imediatamente do conhecido para o desconhecido, na base dos indícios. O termo, extraído do vocabulário sufi, era usado para designar tanto instituições místicas quanto as formas de discernimento e sagacidade, como a atribuída aos filhos do rei de Serendip. Nessa segunda acepção, a friasa não é senão o órgão do paradigma indiciário. Essa ‘intuição baixa’ está arraigada nos sentidos (mesmo superando-os) - e enquanto tal não tem nada a ver com a intuição supra-sensível dos vários irracionalismos dos séculos XIX e XX. É difundida no mundo todo, sem limites geográficos, históricos, étnicos, sexuais ou de classe - e está, portanto, muito distante de qualquer forma de conhecimento superior, privilégio de poucos eleitos. [*sic.*] (GINZBURG, 1989, p. 179).

Neste contexto, a intuição *alta* está associada à duração e aos processos que reconstituem cenários mais amplos a partir da compreensão dos indícios e sinais. A imaginação criadora, os sinais deixados e o conhecimento de causa podem auxiliar na apreensão de um ponto de partida para a investigação.

Ginzburg (1989) comenta ainda a reconstrução do passado por meio do método:

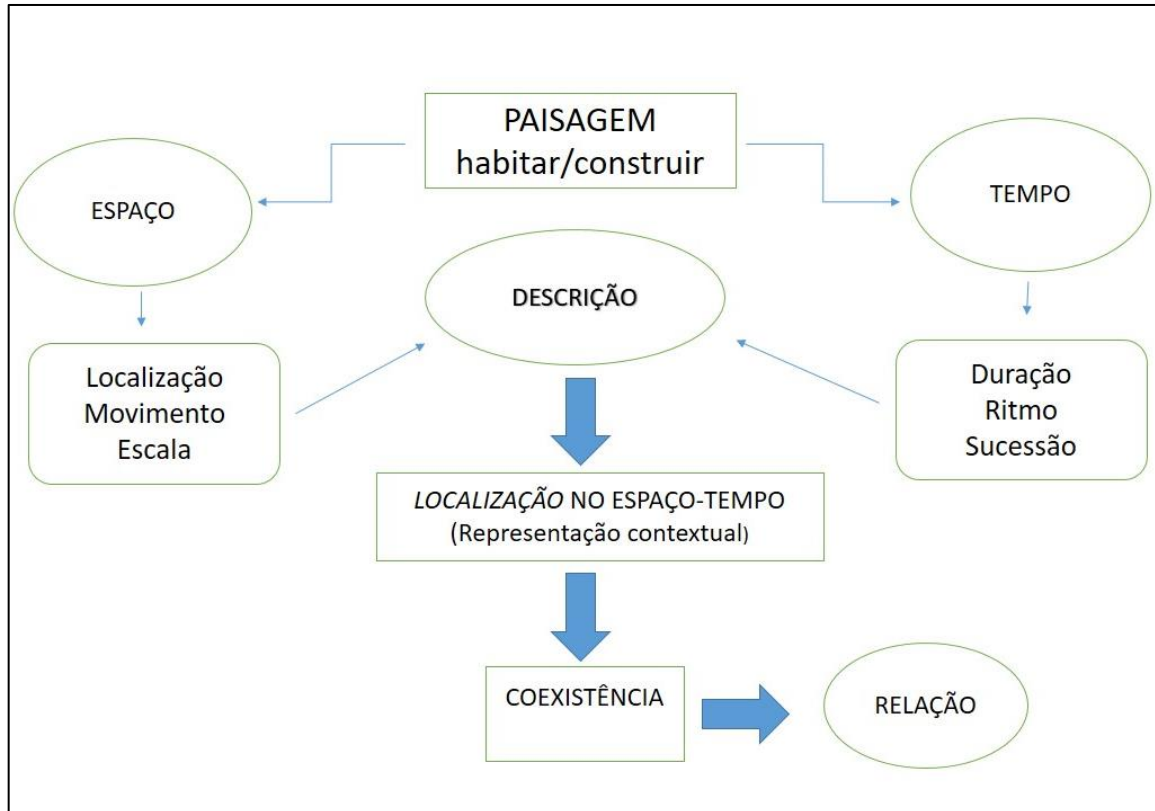
Se as pretensões do conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la. (GINZBURG, 1989, p. 177).

As produções dos alunos, que demonstram reconstruções em diferentes contextos, serão analisadas a partir de indícios e sinais no intuito de perceber os caminhos que suas memórias percorreram até aqui e até agora para que, deste modo, possamos buscar referências do cotidiano que, em certo grau de escala, permitam-nos interpretar a configuração do lugar e da paisagem e sua relação com a epistemologia(s) geográfica(s). Com isso, chegamos ao segundo movimento.

O segundo movimento consiste em *localizar* o aluno no espaço-tempo diante dos fenômenos geográficos identificados no primeiro movimento. Aqui, as contribuições do método de representação geográfica de Moreira (2015), o ser geográfico de Martins (2005), o interesse do geógrafo pelo tempo Corrêa (2018), o pensamento espacial e geográfico de Strafroni (2017), a espacialidade dos fenômenos espaciais de Roque e Valadão (2014), a narrativa histórica a partir do presente de Anhorn (2014), a coetaneidade de Massey (2018) nos fez refletir sobre um viés metodológico que considere a memória. Nesse sentido, montamos o

esquema 2 que segue, para melhor representar a localização dos fenômenos geográficos no espaço-tempo a partir da paisagem.

Esquema 2 - Localização dos fenômenos/paisagem geográficos no espaço-tempo



Elaboração: CALANDRO, 2019

Vamos interpretar o esquema:

1. A paisagem é resultado de um processo contínuo das práticas espaciais (pelos atos de habitar e construir), sendo que demandas para alteração da paisagem são arquitetadas no íterim da cultura. Desta forma, os aspectos culturais revelados no ato de habitar mostram a essência do lugar e, que pelo projeto, reflete no ato de construir (paisagem). A paisagem é sempre aberta e inacabada e acumula as demandas provenientes dos diversos fenômenos geográficos.
2. Para compreender dos fenômenos geográficos, partirmos da paisagem e espaço/tempo social, temos que entender o quanto eles - os fenômenos geográficos – marcam a paisagem e o modo de vida de uma sociedade. Em relação ao espaço temos: localização espacial, o movimento e a escala do fenômeno. Pelo tempo temos: a duração, a sucessão e o ritmo de mudança do fenômeno.

3. A partir dessas categorias que consideram o espaço-tempo, elencamos o ato de descrever e interpretar os fenômenos observados. Contudo, destacamos que a própria descrição não é neutra e depende da história de vida de quem a faz e que considera a relação entre o indivíduo e o fenômeno. As descrições projetam a mudança ou reprodução social. Para isso, ela - a descrição - deve se pautar em uma narrativa que considere as subcategorias elencadas no espaço e tempo e, também, destacar o existir histórico (tradição – demanda - expectativa) do fenômeno.
4. Com isso, chegamos à *localização no espaço-tempo* dos fenômenos. Aqui é necessário entender o fenômeno como tradição, que gera demandas e cria expectativas e que remetem à reprodução ou alteração espacial a partir das práticas. A *representação contextual* corresponde à estabilização da mimese que não pode ser desvinculada da interpretação do fenômeno do espaço e do tempo para que não crie representações essencialistas.
5. A localização no espaço-tempo permite compreender que estamos inseridos em contextos específicos e que existem outros ao mesmo tempo de forma simultânea. Desta forma, existe uma coexistência de cotidianos que sofre influência ou que se configura a partir de um fenômeno geográfico.
6. A partir da compreensão da *coetaneidade* – coexistência de cotidianos – faz-se a relação para melhor compreender as múltiplas inserções do fenômeno geográfico no espaço. Como a realidade se configura de maneiras diferentes, as relações espaciais também são diferentes; assim, entender o outro a partir de um ponto comum pode contribuir para o sentimento de solidariedade.

Santos (1994), faz uma reflexão sobre o lugar, espaço-tempo e a coexistência que ajuda a expressar nosso pensamento:

Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências. (SANTOS, 1994, p. 105).

Compreendendo que os cotidianos apresentam tempos sociais diferentes e que os eventos que acontecem neles se apresentam de forma simultânea, as relações dos cotidianos com os fenômenos espaciais são diferentes. Nesse sentido, só se compreende o todo a partir das relações com as partes – cotidianos diferentes. Santos (1994) indica que o evento é destinado a

“realizar a totalidade na particularidade, viver plenamente e ativamente essa particularidade e assim contribuir à permanência do todo, deixando-o renascer com novas características.” (SANTOS, 1994, p. 105). Assim, a *coetaneidade* se altera com a mudança dos tempos sociais (efetiva-se com as práticas espaciais); logo, existem práticas para manutenção ou alteração do tempo social. Contudo, toda mudança de tempo social começa na particularidade e se efetiva na totalidade (não totalmente, já que a *cotidiano* pode criar “práticas espaciais rebeldes” ao tempo social em vigor). Nesse sentido, a própria coexistência de cotidianos não é igualitária, sendo a coexistência sempre parcial e se ilustra melhor nas relações. Por sua vez, as relações entre cotidianos se alteram em número e intensidade de acordo com a configuração atual. Assim, mesmo que conseguíssemos “aferir” o número e intensidade das relações cotidianas – que remetem às particularidades – a compreensão da totalidade se dá até aqui e até agora.

Nesse sentido, *coetaneidade* demonstra uma variedade de número e intensidade de relações. Tomando consciência dessa multiplicidade e suas relações com um fenômeno geográfico, é possível identificar padrões que estão inseridos em escalas cotidianas mais amplas.

Ginzburg (1989) apresenta um trecho em que o método Morelliano revela a conexão entre os sinais percebidos e características mais amplas da sociedade:

Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiram reconstruir trocas e transformações culturais – como explícita invocação de Morelli, que saudava a dívida que Mancini contraíra junto a Allaci, quase três séculos antes. A representação das roupas esvoaçantes nos pintores florentinos do século XV, os neologismos de Rebelais, a cura dos doentes de escráfula pelos reis da França e da Inglaterra são apenas alguns entre os exemplos sobre o modo como, esporadicamente, alguns indícios mínimos eram assumidos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais: a visão de mundo de uma classe social, de um escritor ou de toda uma sociedade. (GINZBURG, 1989, p. 177-178).

No contexto do ensino de geografia, em sentido próximo, Gonçalves (2006) denomina esse processo de *efeito zoom*. Para Gonçalves (2006), esse efeito é um “enredamento de saberes e fazeres referenciados em múltiplos espaços-tempos.” (GONÇALVEZ, 2006, p. 150). A autora comenta a importância do *efeito zoom*:

Para entendermos a importância dos *efeitos zoom*, praticados pelos professores e alunos, há de considerar não somente as conexões entre a grande e pequena escala, mas entre as *múltiplas escalas* que as compõem. Desde a leitura entrelaçada de elementos de “mapas de pequenas escalas” da lógica

geral do espaço, seus mecanismos de dominação até a dos “mapas de grandes escalas”, dos espaços sociais onde estes mecanismos se manifestam junto às iniciativas pontuais de transgressão que se desenvolvem, os modos de fazer e de viver desenvolvidos nos espaços cotidianos. Por isso, a operacionalidade do *efeito* repousa na ideia de redes espaciais em escalas superpostas e entrelaçadas. (GONÇALVEZ, 2006, p. 151).

Além da relação do micro e macro, colocado por Azanha (1992) na educação e Ricœur (2003) na relação da memória/história com a identificação de tempos sociais e que são importantes para encontrar padrões sociais e superestruturas que atuam no cotidiano, a autora traz a ideia de “redes espaciais em escalas superpostas e entrelaçadas”. Essa ideia, ao nosso ver, se alinha com a concepção de lugar de Massey (2008), a qual o lugar é sobreposição de histórias, sendo uma confluência de “geometrias do poder” com uma cultura local, que se encontram e desencontram no espaço, configurando a essência do lugar.

A proposta da autora de um “enredamento de saberes e fazeres referenciados em múltiplos espaços-tempos”, se relaciona com o final do esquema metodológico proposto a partir das fases de *coexistência* e de *relação*. Em nosso caso, os *saberes e fazeres* estão nas *práticas espaciais* e nas formas como elas se expressam e configuram os tempos e espaços sociais. Como já colocado, o saber de outros cotidianos a partir da relação com um mesmo fenômeno espacial pode contribuir para o sentimento de solidariedade entre os grupos sociais.

Outro desdobramento e aproximação do *efeito zoom* de Gonçalves (2006) com nossa proposta metodológica é compreender o “enredamento de saberes e fazeres referenciados em múltiplos espaços-tempos”, a partir da Anhorn (2014) onde o tempo e, agora, o espaço, como passado – tradição, presente – demanda - e futuro – perspectiva. Dessa maneira, podemos reforçar a compreensão de uma “representação contextual”. Dessa maneira, a partir das “práticas encaixadas” em cada tempo e espaço social, remetemos aos saberes espaciais e, de certa forma, podemos dar melhor significado aos “discursos espaciais”. (HARVEY, 2009).

Assim, nossa perspectiva de “enredamento” é tratar, a partir de uma construção histórica/representacional – tradição, representacional - demanda – e representacional/imagética – perspectiva – os saberes, as práticas e os discursos espaciais atrelados aos tempos sociais que, em nosso caso, remetem aos fenômenos geográficos. O quadro 3, que vem na sequência, pode sintetizar nosso pensamento sobre o *efeito zoom* no espaço-tempo sobre o fenômeno geográfico.

Quadro 3 - Práticas e discursos espaciais no contexto da memória

ESPAÇO/TEMPO	TRADIÇÃO	DEMANDA	EXPECTATIVA
Práticas espaciais	Passado	Presente	Futuro
Discursos espaciais	Passado	Presente	Futuro

Elaboração: CALANDRO, 2020

A disposição do quadro tenta dar conta da síntese das práticas espaciais dos fenômenos geográficos trabalhados no contexto da memória. Assim, as práticas e discursos que configuram os fenômenos geográficos espaciais são reinterpretados num contexto geográfico e social atual. Por exemplo, no tempo, um fenômeno geográfico que teve sua *sucessão*, deve ter as práticas de formação e reprodução como tradição, enquanto as demandas e expectativas contemplam práticas de pesquisa e valorização cultural. As práticas se relacionam intrinsecamente com o discurso. Nesse sentido, o discurso de valorização da identidade local relaciona-se com as práticas.

Na relação com o espaço, as práticas vistas como tradição devem ser identificadas e localizadas no tempo-espaço atual. Por exemplo, identificar a utilização atual de uma construção feita em um determinado fenômeno geográfico e que teve *sucessão*. Sabendo disso, as práticas espaciais de demanda e expectativas devem alinhar-se com os discursos da necessidade de valorização cultural local. Assim, identificar a relação de um fenômeno geográfico que já teve sua *sucessão* nos dias atuais e a maneira como ele impacta ou dura em nossa vida cotidiana é uma maneira de “cristalizar” a memória no espaço (NORA, 1993) e, de certa forma, lembrar e reconstruir discursos (LE GOFF, 1990) que remetem às práticas espaciais e à construção da paisagem.

A práxis metodológica

A práxis metodológica, que tem o intuito de melhor contextualizar os passos práticos da pesquisa, tem como referência a dissertação de mestrado de nossa autoria intitulada *Memória e identidade em Jaguariaíva, Paraná: contribuição à cartografia escolar* (2015). Os colégios onde foram realizadas as atividades foram os seguintes: Colégio Estadual Rodrigues Alves, Colégio Estadual Nilo Peçanha e Colégio Estadual Anita Canet, que contemplam o ensino fundamental e médio, e o Colégio Rodrigues Alves, que abrange ensino técnico e formação de professores, todos situados no município de Jaguariaíva-PR.

A escolha dos colégios foi feita a partir de sua localização geográfica no interior da malha urbana do município. Os colégios Anita Canet e Nilo Peçanha situam-se na periferia da cidade, entre os dois extremos da rede urbana, e o Colégio Rodrigues Alves situa-se no centro, sendo o que contém o maior número de alunos em todo o município.

As atividades propostas desenvolveram-se em três turmas, uma em cada colégio. As séries escolhidas foram os sétimos anos. No caso do Colégio Anita Canet, escolhemos o 7º C, no período da tarde; no Colégio Nilo Peçanha, o 7º B, no período da manhã; e no Colégio Rodrigues Alves, o 7º B, no período da tarde. A escolha do sétimo ano ocorreu porque foram as únicas séries em comum que todos os professores e diretores concordaram em liberar para a realização das atividades.

Foram realizadas nos três colégios cinco atividades, cada uma em um encontro, totalizando quinze encontros durante o período de junho e julho de 2014. A realização de uma atividade por encontro fez com que ocorresse uma variação no número da participação dos alunos devido às faltas nas aulas em que ocorreram as atividades, acarretando em uma diferença no número das produções dos alunos a cada atividade. Como apontado, foram desenvolvidas com os alunos cinco atividades, sendo elas:

1. *A visita de Rafael*. Rafael é um historiador nascido em Jaguariaíva, trabalha na prefeitura do município e desenvolve pesquisas referentes à história da cidade e região. Nessa atividade, realizada nos colégios, Rafael narrou a história do município, dos colégios e das localidades próximas;
2. *E hoje, como é meu bairro?* Nessa atividade os alunos foram orientados a expressar, por meio de mapas mentais, desenhos e narrativas, suas memórias e impressões sobre o cotidiano do bairro onde vivem;
3. *A entrevista*. Os moradores antigos dos bairros eram entrevistados pelos alunos e, posteriormente estes reinterpretavam e recontavam à sua maneira a entrevista;
4. *Minha Jaguariaíva em relação a...* Essa atividade foi organizada para que os alunos refletissem acerca de temas pré-estabelecidos pelo pesquisador e que são amplamente discutidos no contexto da cidade, sendo eles: cidade e violência, cidade e campo, cidades e problemas sociais e ambientais, cidade e governo, cidade e futuro e cidade e lazer;
5. *Jaguariaíva em fotos*. Nessa atividade foram selecionadas 40 fotos do município de Jaguariaíva que retratavam os pontos turísticos, a economia, os aspectos naturais, a história e a cultura. As 40 fotos foram selecionadas pelo pesquisador e retiradas de redes sociais na *internet*.

Em todas as atividades os alunos produziram narrativas, desenhos, mapas mentais ou esquemas que melhor representassem sua compreensão do assunto abordado sobre o seu município. Para a produção dos materiais disponibilizamos folhas de papel almaço, folhas de papel sulfite tamanho A4, lápis de cor, lápis de escrever, apontador e borracha.

Na primeira atividade, onde Rafael conta a história local para os escolares, e que foi realizada nos Colégio Anita Canet, Rodrigues Alves e Nilo Peçanha, foram produzidos sessenta e oito (68) produções. Como essa atividade melhor expressa a evolução/organização do espaço do município de Jaguariáiva, partimos da sua sistematização e análise para sustentar nossa justificativa. procurando justificar a escolha dos fenômenos geográficos montamos o quadro a seguir.

Quadro 4 - Incidência dos fenômenos geográficos nas produções dos escolares

FENÔMENO GEOGRÁFICO	INCIDÊNCIA/QUANTIDADE	INCIDÊNCIA %
TROPEIRISMO		
Anita Canet	8/15	53,3
Rodrigues Alves	19/25	76
Nilo Peçanha	5/28	17
Total	32/68	47
FERROVIA/MATARAZZO		
Anita Canet	2/15	13,3
Rodrigues Alves	23/25	92
Nilo Peçanha	10/28	35
Total	35/68	51
INDÚSTRIA DA MADEIRA		
Anita Canet	0/15	0
Rodrigues Alves	2/25	8
Nilo Peçanha	4/28	14
Total	6/68	8,2

Elaboração: CALANDRO, 2020

A partir da análise dos resultados do quadro percebemos uma ocorrência significativa dos fenômenos do Tropeirismo e da Ferrovia/Indústria Matarazzo, 47% e 51%, respectivamente. Por outro lado, a incidência da indústria da madeira é pouco significativa. Porém, para nós, a inserção da indústria da madeira no corpus da pesquisa se justifica a partir da natureza econômica dos dois primeiros fenômenos. Dessa forma, em nosso trabalho, a periodização – Tropeirismo no século XVIII e XIX, Ferrovia e indústria Matarazzo início do século XX e indústria da madeira no final do século XX até os dias atuais - do espaço de Jaguariaíva tem, como categoria geradora das análises, fenômenos geográficos com características econômicas, mas que permeiam outras esferas da sociedade.

Outro fato observado é a má distribuição da incidência dos fenômenos do Tropeirismo e da ferrovia/indústria Matarazzo que foram predominantes nos colégios Anita Canet e Rodrigues Alves. A tal fato inferimos a trajetória da atividade conduzida por nosso convidado Rafael Pomim.

Como grande conhecedor da história e da organização espacial de Jaguariaíva, parece-me – a partir da análise das narrativas - que Rafael periodizou e especializou – ao menos os dois primeiros fenômenos – com a localização dos colégios no município. O Colégio Anita Canet fica na “parte alta da cidade” que é ocupada e configurada, principalmente, a partir do Tropeirismo. Algumas construções como o cemitério, a igreja bom Jesus da Pedra Fria, um centro comercial que remete à época, um escola antiga onde o prédio que a substituiu data do início do século XX, antigas e ruas estreitas e de paralelepípedo, a menção de Rafael de que Jean Baptiste Debret fez uma pintura de Jaguariaíva e que, o lugar de onde ele fez a pintura é, atualmente, o bairro da Pedrinha - como veremos nas narrativas de Rafael – estão na paisagem e evocam esse fenômeno geográfico do Tropeirismo.

Por sua vez, o Colégio Rodrigues está inserido no centro e na parte baixa da cidade. O novo centro da cidade se configura a partir da instalação e desenvolvimento da Ferrovia e da chegada das indústrias Matarazzo a partir do início do século XX. Na planície de inundação do Rio Capivari foram construídos a nova avenida principal da cidade, o comércio, o banco, os armazéns, hospital, entre outros equipamentos sociais, além de bairros para abrigar os industriais e suas famílias.

Outro fato percebido foi a incidência mais equilibrada e muito significativa do fenômeno do Tropeirismo e da Ferrovia/Indústria Matarazzo no Colégio Rodrigues Alves, 19/25 (76%) e 23/25 (92%), respectivamente. Para nós, esse fato se dá a partir da continuidade da história de Jaguariaíva. Os dois fenômenos se complementam, se conectam e se relacionam na histórica econômica da cidade. Contudo, o mesmo não ocorre significativamente entre a

Ferrovias/Indústria Matarazzo e indústria da Madeira que se dá a partir da segunda metade do século XX.

Outras histórias foram narradas e reconstruídas a partir da fala da Rafael Pomim, como a história dos colégios, curiosidades, causos e personagens do município, revelando a multiplicidade de histórias que o espaço comporta.

Dessa maneira, os fenômenos espaciais geográficos analisados foram: a) O tropeirismo; b) A ferrovia e Indústrias Matarazzo e; c) a Economia da madeira. Acreditamos que esses fenômenos geográficos provocaram no espaço do município de Jaguariaíva muitas alterações e, por isso, fez-se presente na formação da identidade jaguariaivense. Nesse sentido, buscamos pelas interrelações entre a configuração do fenômeno espacial/geográfico a partir dos esquemas propostos e os materiais desenvolvidos pelos alunos que, por sua vez, narram a identidade do lugar a partir da representação e das práticas espaciais, tendo como objetivo a melhor compreensão e localização no espaço-tempo.

Fenômeno geográfico do Tropeirismo

Começamos a interpretar o fenômeno geográfico do Tropeirismo a partir da perspectiva extraída da leitura da tela do pintor francês Jean Baptiste Debret, em 1827 (figura 1).

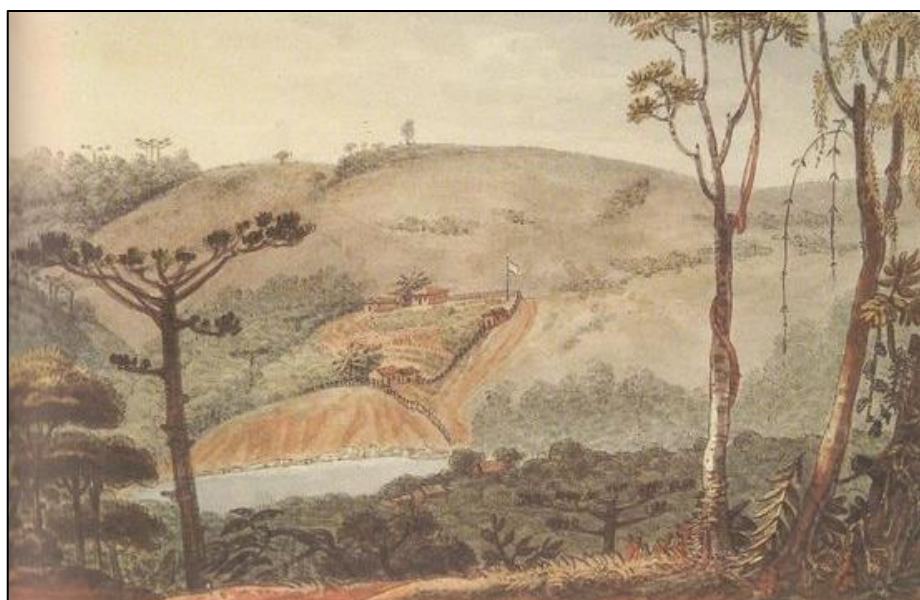


Figura 1 - Porto de Javuaiava (1827), de Jean Baptiste Debret

Esboço que compunha o projeto do livro *Voyage pittoresque et historique au Brésil* de 1827, Porto de Javuaiava - Porto de Jaguariaíva - a aquarela (12,5cm x 22,5cm) do pintor

francês é uma dentre outras tantas que retrataram as terras paranaenses no século XIX. Passando por Itapeva e Itararé no estado de São Paulo e partindo para Jaguariaíva, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, desviando para Curitiba e, por fim, Paranaguá e Guaratuba, no litoral do estado do Paraná, em grande parte da viagem o pintor trafegou pelo *caminho dos tropeiros* ou *caminho de Viamão*; desse modo, registrou o nascimento de vários núcleos urbanos, bem como as práticas que configuravam a paisagem daquela época.

Na aquarela podemos observar um espaço geográfico com pouca influência humana. Algumas casas de madeira à beira do rio e ao seu redor pequenas plantações cercadas. Outra característica observável é a vegetação: araucárias e árvores que compõem a Mata Atlântica em primeiro plano e a vegetação dos Campos Gerais paranaenses em segundo plano. O relevo acidentado, típico dos planaltos do sul, pode nos ajudar a imaginar a dificuldade que as tropas tinham em passar por esse local, além das cheias repentinas dos rios que são características da região. Talvez tenha sido por esses acontecimentos que surgirá o núcleo urbano de Jaguariaíva.

A primeira relação parte da fala do historiador Rafael acerca da visita de Debret à região:

Tem uma imagem, que em 1827, passou um senhor aqui, ele era francês, botânico e a convite do imperador da época, veio ao Brasil para estudar a flora e fauna brasileira. E ele passou, graças a Deus, por Jaguariaíva. Muito do trabalho do Debret ficou registrado. Então ele pintou uma aquarela num quadrinho, metade do caderninho aqui do colega, um quadrinho de nada, um tiquinho. Ele pintou um quadro chamado de “Porto de Jaguariaíva”, em francês. Está imagem é o primeiro registro que se tem de Jaguariaíva. Não vou dizer que é foto que não é foto, é uma pintura de aquarela. É um quadrinho pequeno e hoje pertence a uma família francesa da região de Versalhes e vale milhões de reais por causa do pintor. A importância desse quadro é que ele registra toda a região do alto do morro da Pedrinhas. Nós tivemos o trabalho de ir com a réplica do quadro lá da rodovia lá perto do parque industrial, e concluímos que foi de lá que ele pintou. Sabe o que mais ele registrou além da fazenda do Coronel Luciano, da capela, de casinhas? Sabe do quê? De índios. Vocês sabiam que nós tínhamos índios aqui? E não eram poucos índios, eram muitos. Havia tribos de índios aqui, inclusive, naquela região do Pedrinhas, muitos moradores, ao fazerem casas, encontraram ponta de flechas, machadinha, e outras coisas deles que foram perdidas ao longo do tempo. (Relato verbal do historiador Rafael). (CALANDRO, 2015, p. 110-111).

Numa das narrativas, o aluno K. discorreu sobre o fato:

Um homem chamado Jean Baptiste Debret, que veio estudar as plantas aqui do Brasil, no ano de 1827. Ele pintou a Pedrinha, que não era a Pedrinha, que era tudo mato, depois de uns anos ia ser a Pedrinha. (Relato verbal do aluno K. – Colégio Anita Canet). (CALANDRO, 2015, p. 111).



Figura 2 – Interpretação do quadro de Debret pelo aluno K. (Colégio Anita Canet)
 Fonte: CALANDRO, 2015, p. 111

O tropeirismo está relacionado à tropa, que se constituía em um conjunto de homens que transportavam gado e mercadorias durante os séculos XVIII e XIX. Foi uma importante atividade comercial para o Brasil meridional, da qual Jaguariaíva fez parte ao estabelecer-se como ponto geográfico estratégico numa das mais importantes rotas ali existentes, o Caminho de Viamão. Para Silva (2005):

Em 1731, segundo os registros historiográficos, a primeira tropa, composta de mais de 2000 cabeças, entre cavalos, mulas e éguas, foi conduzida por Cristóvão Pereira de Abreu. Estava aberta a mais famosa e mais importante das rotas tropeiras - tanto em volume como em tempo de utilização: o Caminho do Viamão. Este, porém, não era o único caminho. Era possível atingir os campos sulinos através da rota das Missões, aberta no final da década de 1840. Essa partiria de Ponta Grossa, via Palmeira, Guarapuava e Palmas, depois atravessava o território catarinense, chegava a Santo Ângelo das Missões, podendo-se estender o percurso até Uruguaiana.

Para a efetiva necessidade premente de abastecer as minas, foi encorajada a abertura de caminhos rumo ao Sul, para prover o mercado minerador de suas necessidades de alimento e animais de transporte. As viagens não eram mais apenas exploratórias ou aventureiras. Agora se tornaram regulares, o que estabeleceu uma rotina que se mostraria um verdadeiro ciclo. Ciclo este tão importante quanto o do açúcar, da mineração ou do café. (SILVA, 2005, p. 121).

Na sequência, apresentamos o mapa do Caminho de Viamão:



Figura 3 - Caminho do Viamão

Fonte: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br> Acesso 13/12/2018

Para o autor, a atividade tropeira junto ao comércio da erva mate ajudou a colonizar não apenas a região dos Campos Gerais - faixa do segundo planalto paranaense - mas também o Brasil meridional:

A atividade tropeira propiciou oportunidades de enriquecimento e ascensão social, sobretudo com o uso continuado de determinados locais - principalmente as pousadas. Estas se transformaram em posições fixas incorporando a presença dos mais variados prestadores de serviços, tais como ferreiros, artífices especializados nos cuidados dos couros, aguadeiros, invernadas de pasto, celeiros, cordoeiros, entre outros. (SILVA, 2005, p. 109).

Na atividade *A visita de Rafael*, realizada junto ao 7º ano do Colégio Estadual Anita Canet, o historiador Rafael narra a história da formação de Jaguariaíva, transcrita na sequência:

Jaguariaíva surge a partir do caminho do Viamão. Tropeiros trazendo, por meio de mula, cargas, charque e o sal, para levar para a freira de Sorocaba no estado de São Paulo. Nós estamos nesse caminho. O caminho do Viamão. Numa época que era mata picada, carreirinho. Não tinha rodovia, não tinha carro, não tinha trem, não tinha nada. Era tudo na mula. Porque mula, e não cavalo? Porque a mula aguenta descer barranco, aguenta atravessar rio, ela não cai tão fácil como cairia um cavalo ou qualquer outro animal. Por isso a mula, mula é mais resistente. Nesse contexto, os tropeiros vinham e voltavam de Sorocaba para descer até o Rio Grande ou vice-versa, passavam por Jaguariaíva. Obviamente, os tropeiros paravam para descansar. Talvez se o rio tivesse muito cheio, como acontece em Jaguariaíva, eles não conseguiam cruzar. Então tem que parar e pernoitar. Os tropeiros paravam e iam acampar nas fazendas e uma delas, a fazenda Jaguariaíva. E acontecia de eles ficarem uma semana, duas semanas, um mês aqui. Na fazenda de Jaguariaíva tinha

hospedarias, pequenos quartinhos para abrigar os tropeiros, para eles tratarem das mulas e tudo mais. Acontecia de um tropeiro se envolver com uma escrava ou alguém e acabar constituindo uma família. Decidiam morar aqui e tinha que se instalar. (CALANDRO, 2015, p. 107-108 – registro de caderno de campo).

Os textos de seis dos quatorze alunos pesquisados, apontam trechos da narrativa de Rafael sobre a formação da cidade de Jaguariaíva. Destacamos a fala de K., que observou o seguinte:

Jaguariaíva não foi sempre uma cidade como é hoje. Antigamente era uma fazenda, a fazenda do Coronel Luciano Carneiro Lobo. Aqui era a rota de alguns tropeiros que levavam e traziam cargas Brasil afora e precisavam passar por aqui. Como o coronel tinha muitas escravas, nessas viagens os tropeiros se envolviam com elas e formavam famílias. Mas como não tinham onde morar, pediam permissão para o Coronel para ocupar um pequeno espaço em sua fazenda para construir uma casinha simples para morar com sua pequena família. Tiveram muitos casos assim e a fazenda Jaguariaíva foi se expandindo. (CALANDRO, 2015, p. 108 – registro de caderno de campo).



Figura 4 - Início de Jaguariaíva – Aluno K. (Colégio Anita Canet)
Fonte: CALANDRO, 2015, p. 108

A passagem sobre o “pouso” relata bem a origem das cidades criadas no contexto do Tropeirismo:

O trajeto da campanha gaúcha na fronteira platina até Sorocaba era longo, a necessidade de parar em alguns pontos do caminho acabou fazendo os tropeiros estabelecerem locais próprios para o repouso. Geralmente parava-se apenas durante o tempo necessário para os animais descansarem, porém as intempéries muitas vezes obrigavam os tropeiros a permanecerem por vários dias acampados. Esses acampamentos ficaram conhecidos pelo nome de

pouso.

Os pousos eram lugares de bons pastos e boa água, onde descansavam homens e animais. Muitos tropeiros acabavam adquirindo campos próximos aos pousos para alugar a tropa. No início, o pouso era bastante rudimentar, preparado com os próprios instrumentos de viagem, como as canastras, bruacas, cangalhas, pelegos ou arreios. Com o passar do tempo e a própria continuidade de uso do caminho, começaram a surgir ranchos de pau a pique ou de taipa, que apresentavam um pouco mais de conforto. (SILVA, 2005, p. 118).

Como percebido na narrativa de Rafael, o início da formação da cidade de Jaguariaíva está atrelado ao caminho de Viamão até Sorocaba. *O caminho dos tropeiros* é uma representação cultural muito vista no município e se materializa e se relaciona por meio de festividades da cidade, danças do Centro de Tradições Gaúchas (CTG), monumentos, comidas, costumes, crenças, entre outros.

Como o movimento do Tropeirismo se apresenta com duração histórica secular, as manifestações culturais inserem-se no cotidiano do município e, de certo modo, os alunos da cidade, que já nasceram na consolidação do movimento, tratam o fenômeno como acabado, sem refletir sobre ele. A intensidade da inserção desta representação em cada habitante do município depende do quanto este se relaciona com as materializações disponíveis, a exemplo da participação no Centro de Tradições Gaúchas, do alcance interno das crenças, das danças, dos costumes que, normalmente, se consolidam sob a influência do âmbito familiar.

No município de Jaguariaíva existe um monumento que representa o período histórico em questão, o *Monumento ao Tropeiro*, apresentado na figura 5 (página seguinte). Para Le Goff (1990) “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.” (LE GOFF, 1990, p. 590). No museu (figura 6) que fica na antiga estação ferroviária, podemos encontrar utensílios – originais ou réplicas - destinados aos tropeiros. Desse modo, alguns espaços conservam instrumentos, movimentos e práticas que auxiliaram na reprodução ou mudança social da época.



Figura 5 - Monumento ao Tropeiro
Fonte: CALANDRO, 2018



Figura 6 - Veste de Tropeiro
Fonte: CALANDRO, 2018

Ao olhar para fora do espaço e tempo sociais que são vistos agora como tradição, podemos identificar as práticas que auxiliaram na superação de demandas e que criaram expectativas e se efetivaram no espaço e alteraram a paisagem. A paisagem jaguariaivense sempre foi modificando-se; é, porém, o nosso olhar sobre os fenômenos geográficos e os tempos e espaços sociais que eles ocuparam que cria uma divisão ou uma estratificação – entre o tropeirismo, a ferrovia e economia da madeira – e que, na verdade, não se sabe muito bem onde

termina uma e se inicia a outra – no tempo cosmológico – e o nível de influência de uma sobre a outra.

Desde os índios que habitavam a região, passando pelos bandeirantes que se aventuraram no interior do país nos séculos XVII e XVIII e os tropeiros, que faziam, principalmente, o caminho entre a campanha gaúcha e Sorocaba durante os séculos XVIII e XIX, estes pouco transformaram a paisagem. As práticas espaciais da época visavam, sobretudo, a melhor fluidez das mercadorias que passavam pelo caminho. Desse modo, as práticas apenas reproduziam o tempo e o espaço social; com a chegada da ferrovia e a construção do frigorífico Matarazzo, muito tempo depois, deu-se início à transformação espacial com a modificação do tempo e do espaço, trazendo consigo o fenômeno social. Nesse sentido, observa-se, além de uma alteração significativa da paisagem, uma sucessão dos fenômenos geográficos no espaço.

O alinhamento entre os tempos e espaços sociais, fenômenos geográficos e a paisagem pode ser percebido na seguinte análise. Mesmo sem ter acesso à pintura de Debret em sala de aula, percebemos que existem semelhanças entre a aquarela e os dois desenhos que remetem à época. Contudo, as fontes que alicerçaram a representação são diferentes. Debret vivenciou a paisagem ainda em 1827 e os alunos K. e B., por sua vez, ouviram o depoimento do historiador Rafael em 2014. As semelhanças apresentam-se a partir das poucas modificações do espaço geográfico, algumas poucas habitações e criações, relevo acidentado, a presença do rio e boa água (que era fundamental para o pouso) e a vegetação nativa.

Como fora um importante movimento de colonização e integração do território nacional, o Tropeirismo insere-se no contexto dos conteúdos da Geografia escolar no que diz respeito à *formação do território brasileiro*. No ensino fundamental II, ciclo no qual os alunos pesquisados inseriam-se à época, os livros didáticos quase sempre trazem a mesma sequência na abordagem do tema, entre eles: o Tratado de Tordesilhas (1494), as capitânicas hereditárias, missões jesuíticas e os bandeirantes que ultrapassaram os limites do tratado e interiorizaram a ocupação do território brasileiro, os ciclos econômicos, o Tratado de Madri (1750) e algumas questões isoladas, como o conflito Acre-Bolívia.

A ocupação do sul do Brasil aparece em alguns tópicos quando abordamos as missões jesuíticas e o ciclo econômico da pecuária. No entanto, pouco se retrata como os sinais, os indícios e as durações desse período podem permear a memória, a representação, o cotidiano e a vida das pessoas que vivem e fazem parte deste contexto espacial.

Assim como Jaguariaíva, outros municípios se formaram nesse mesmo contexto histórico. Deste modo, a narrativa de Rafael, a reconstrução e o desenho do aluno K. podem ter

significado para as pessoas dos municípios que viveram o processo descrito para além de simplesmente um fato histórico isolado, mas como apontamentos para a formação e constituição da história do próprio sujeito, da formação de seu eu, que transita entre a coexistência de um espaço interno, mnemônico e subjetivo, e externo, geográfico, que se materializa a partir das práticas que configuram a paisagem.

Quadro 5 - Fenômeno geográfico em Jaguariaíva - Tropeirismo

- DESCRIÇÃO – REPRESENTAÇÃO CONTEXTUAL	PAISAGEM	<ul style="list-style-type: none"> “Porto de Jaguariaíva” - Debret (1827); - Pouca alteração da paisagem natural; <ul style="list-style-type: none"> - Planalto do sul; - Algumas casas, criações e plantações; - Vegetação das araucárias e campos gerais; - Início do comércio na “cidade alta”
	ESPAÇO Localização, Movimento, Escala	<ul style="list-style-type: none"> - Fazenda de Jaguariaíva; - Sorocaba (SP) - Viamão (RS); - Nacional
	TEMPO Duração, Ritmo, Sucessão	<ul style="list-style-type: none"> - Secular (Séculos XVIII e XIX); - Andar da Mula/Lento; - Ferrovia e Indústria Matarazzo
	COEXISTÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> - Cidades do Caminho dos Tropeiros
	RELAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Formação do território meridional do Brasil; - Povoamento do sul do Brasil; <ul style="list-style-type: none"> - Ciclos econômicos; - Formação da identidade gaúcha, sulista e cabocla; - Formação das cidades; - Formação de modos de vida

Elaboração: CALANDRO, 2020

Para o fim da análise do primeiro fenômeno geográfico, o do tropeirismo, identificamos as práticas e os discurso espaciais no contexto da memória:

Quadro 6 - Práticas e discursos espaciais no contexto da memória (apoiado no quadro 4): as práticas espaciais e a memória no processo de ensino dos fenômenos espaciais

ESPAÇO/TEMPO	TRADIÇÃO (Análise)	DEMANDA (Inferência)	EXPECTATIVA (Inferência)
PRÁTICAS ESPACIAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Construção da passagem para os tropeiros; - Construção de pousadas; - Construção da igreja católica - hoje Bom Jesus da Pedra Fria; - Início da formação do núcleo urbano; - Pouca intensidade das relações humanas com o meio - fricção da distância 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Tradições Gaúchas (CTG); - Lugares de memória (museus, livros, palestras); - Desenvolvimento de pesquisas; - Festividades; - Turismo; - Propaganda institucional 	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação e ampliação das práticas que auxiliem no maior aproveitamento econômico por meio da valorização de cultura; - Hotéis; - Festivais; - Circuito turístico; - Eventos; - Melhor rede de serviços
DISCURSOS ESPACIAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento econômico e social da fazenda Jaguariaíva a partir dos caminhos dos tropeiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção da identidade jaguariaivense; - Aproveitamento econômico a partir do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor aproveitamento econômico a partir do turismo; - Consolidação do município como importante destino turístico

Elaboração: CALANDRO, 2020

A partir da análise do quadro 5 percebemos que as práticas e discursos espaciais do passado, presente e futuro se modificam, logo, modificam também a representação do fenômeno geográfico abordado. O viés econômico permeia todos os estratos do tempo social do tropeirismo até aqui e agora. Se como tradição o comércio e a prestação de serviços aos tropeiros eram as forças econômicas que impulsionavam o desenvolvimento do município, como demanda e expectativa o turismo ressignifica o tropeirismo na cidade, alterando a representação, a apropriação e a produção do espaço.

O turismo como prática espacial se apropria dos múltiplos fenômenos geográficos que estão presentes na paisagem no município. O tropeirismo, as Indústrias Matarazzo, a ferrovia e os aspectos naturais, constituem uma nova forma da apropriação do espaço e um novo fenômeno geográfico pautado no turismo histórico/cultural e no turismo de aventura.

Nesse sentido, a multiplicidade do espaço apresenta-se no tempo-espaço a partir de um pensamento econômico; tal perspectiva mostrou diferentes concepções de “tropeirismos” no decorrer do espaço-tempo, construindo um caminho que foi de uma prática econômica a uma prática cultural/econômica.

Fenômeno geográfico da ferrovia e as Indústrias Matarazzo

Começamos a análise dos fenômenos geográficos da ferrovia e das Indústrias Matarazzo com a pintura de Tarsila do Amaral intitulada *A Gare* (1925, figura 7) e uma foto que destaca o Condomínio Matarazzo (1927, figura 8):

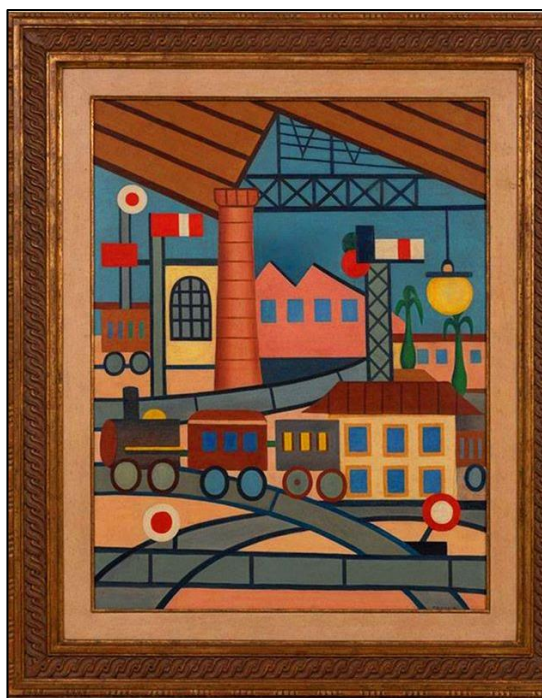


Figura 7 – A Gare (1925) de Tarsila do Amaral



Figura 8 – Condomínio Matarazzo (1927)
Fonte: Prefeitura de Jaguariaíva

Na pintura de Tarsila do Amaral podemos observar a *estação de trem* (*gare* em francês) e o condomínio que abrigou o frigorífico de carne suína e derivados que fez parte das Indústrias

Matarazzo. A disposição desorganizada, caótica e geométrica do espaço expressada na pintura pode refletir o período de industrialização e urbanização brasileira vividas na época, ao mesmo tempo que o tom festivo representado pelas cores e bandeiras pode ser interpretado como o prenúncio do progresso para a região. A linha férrea, o trem e a chaminé da fábrica, possivelmente, reflitam a compreensão da autora em relação às transformações desse novo período que chegara e que fora amplamente percebido na França e na cidade de São Paulo - lugares de Tarsila.

Na fotografia de 1927, temos em destaque o condomínio Matarazzo, com suas chaminés, algumas construções ao redor da fábrica, à beira do rio Capivari e ao redor da estrada de ferro (entre elas a estação do trem), a casa de Francisco Matarazzo no alto da colina e uma vegetação ainda pouco alterada. A fotografia representa o início da ocupação da parte baixa da cidade de Jaguariaíva. Antes, devido à pecuária e ao fenômeno do tropeirismo, apenas a parte alta da cidade apresentava um núcleo urbano.

A linha férrea São Paulo-Rio Grande chegou a Jaguariaíva, sentido Ponta Grossa, em 1905 e foi ligada à Sengés e Itararé, já no estado de São Paulo, em 1909. Desse modo, ligava-se à Curitiba, ao porto de Paranaguá e a Antonina, aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no sentido Ponta Grossa, e a Sorocaba, São Paulo e ao porto de Santos, sentido Itararé, pelo ramal da via Sorocabana. Em 1938, Jaguariaíva ligava-se por um ramal à linha Ourinhos, no estado de São Paulo e a Londrina, no norte do estado do Paraná. A empresa gestora da ferrovia era a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPS), como representado na figura 9.

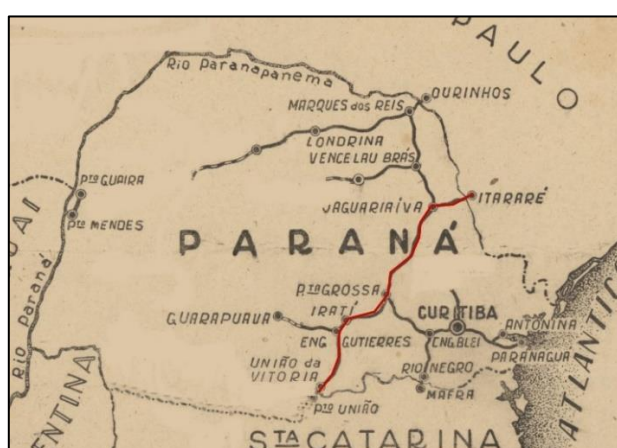


Figura 9 - Mapa da linha férrea Paraná

Fonte: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapa> Acesso 14/12/2019

A instalação das Indústrias Matarazzo no município de Jaguariaíva tem uma relação direta com a oferta do escoamento da produção via ferrovia e a presença dos rios com

corredeiras e quedas d'água, característicos da região do segundo planalto paranaense, e que são explorados economicamente para a produção de energia. Brandão (2007) coloca:

Parece haver um consenso entre as várias narrativas acerca da escolha da pequena cidade de Jaguariaíva como lugar adequado para a instalação desse importante empreendimento para época, uma escolha ao mesmo tempo estratégica e casual. Para o professor José Axt, o primeiro conde Francisco Matarazzo percorria, àquela época, alguns municípios com a ideia de construir um grande frigorífico no Paraná. Os investimentos do empresário não mais se limitavam a São Paulo e já havia em Curitiba um filial de distribuição de suas indústrias e, em Antonina [...] um importante moinho e atividades portuárias da empresa. Passava por Jaguariaíva de trem, em 1918, no caminho entre Sorocaba e o sul do país, quando teria avistado, da janela, o rio Capivari e a importante queda d'água "o cachoeirão". Teria mandado para o trem para ver melhor e encontrou ali uma criação de porcos. Associando a queda d'água como fonte de energia elétrica e a criação de porcos como matéria-prima, a proximidade de São Paulo e a existência da estrada de ferro, teria decidido construir ali um grande frigorífico. (BRANDÃO, 2007, p. 56).

De acordo com Brandão (2007), a construção do prédio que abrigou o frigorífico iniciou-se um ano após a passagem do conde pela cidade de Jaguariaíva, realizada em 1919, com início das atividades fabris em 1920. As atividades frigoríficas duraram até a década de 1960 e, posteriormente, o prédio abrigou uma tecelagem. Hoje, além de algumas empresas locais voltadas para manutenção e automação industrial (fenômeno geográfico da indústria da madeira), o condomínio aloca o cinema municipal.

Na atividade de 2014, o nosso convidado, o historiador Rafael, ao narrar a história do município, compreendeu a direta relação entre a ferrovia e as Indústrias Matarazzo. Em um primeiro momento, destaca a estrada de ferro com o desenvolvimento da parte baixa da cidade e a sucessão do tropeirismo para a ferrovia, principalmente pelo transporte (ritmo):

E a parte baixa? Como se desenvolveu? Mais precisamente no ano de 1900, já na virada do século, Jaguariaíva sofreu o advento da rede ferroviária. A ferrovia chegou ao nosso município. O que é uma ferrovia? Ferrovia é uma estrada para o trem. Naquela época não havia carro, moto, ônibus, caminhão, o meio de transporte era principalmente o trem. Caso não fosse o trem, era por mula, por cavalo ou por carroça, assim como os tropeiros. Com a chegada da ferrovia em Jaguariaíva, no início do século XX, na parte baixa do município. Acho que todos vocês conhecem a Praça Getúlio Vargas, onde os estudantes cantam o hino no dia sete de setembro, bem no centro da cidade. Aquele prédio atrás da praça é a antiga estação ferroviária de Jaguariaíva. Já feita em alvenaria, mas antes dela existia outra no mesmo lugar, feita em madeira, tendo que ser substituído com o passar dos anos. Aí, com a ferrovia, a cidade se desenvolveu ainda mais. Literalmente ganhou cara de cidade. Por quê? Por que com a ferrovia, tudo começou a vir pelo trem; a roupa para se vestir, o remédio caso alguém ficasse doente, os alimentos, os primeiros carros, o

combustível para abastecê-los. Havia um cinema aqui em Jaguariaíva, o filme, para passar nele, também vinha pelo trem e assim por diante. A gente costuma falar se alguém morresse em Jaguariaíva e tivesse que ser enterrado em outra cidade, o caixão ia por onde? Pelo trem. O banco era pelo trem. Chegavam vagões denominados pagadores. O trem pagador ficava parado ali por algumas horas e as pessoas iam receber naquele vagão. Era um banco móvel. Assim, como falei que não tinha esse carro funerário, no trem tinha um vagão para levar o caixão e alguns bancos para a família ir velando o defunto. Com isso a rapidez do transporte melhorou muito. Imagina se tivesse que ir de mula ou de cavalo para Curitiba? Demoraria dias! Lógico, não é um trem bala que nem temos hoje no Japão, mas eram bem mais rápidos que os animais. Vagarosamente ele chegava.

A reforma que está acontecendo na ferrovia é para escoar a produção de nossas indústrias, principalmente a madeira em Jaguariaíva. Olha que bacana, a ferrovia está voltando. Ela tinha acabado há mais de trinta anos e está sendo retomada. Más lógico, até terminarem a reforma vai demorar um pouco. Eles estão mexendo daqui até Ponta Grossa, agora vocês imaginam, o trajeto é longo. Mas as coisas estão voltando. [sic.] (Relato verbal do historiador Rafael - POMIM, 2014).

Dos 25 alunos participantes dessa atividade, 22 (88%) mencionaram em suas produções a ferrovia como um acontecimento fundamental para o desenvolvimento de Jaguariaíva; como destaque desse desenvolvimento tivemos a parte baixa da cidade. A reconstrução dessa narrativa pode ser acompanhada pela atividade da aluna A.

Antigamente Jaguariaíva não era nada, havia somente uma fazenda do Coronel Luciano Carneiro Lobo que morava na Cidade Alta, onde construiu muitas casas e prédios, que estão presentes até hoje em nossa cidade. Depois de um tempo, chegou na cidade a ferrovia, que também trouxe para a cidade muitos benefícios. A partir disso, começou a expandir a cidade baixa. Foram trazidos para cá lojas, mercado, campo de futebol, farmácia e outras coisas mais. [sic.] (Relato verbal da aluna A., 2014).

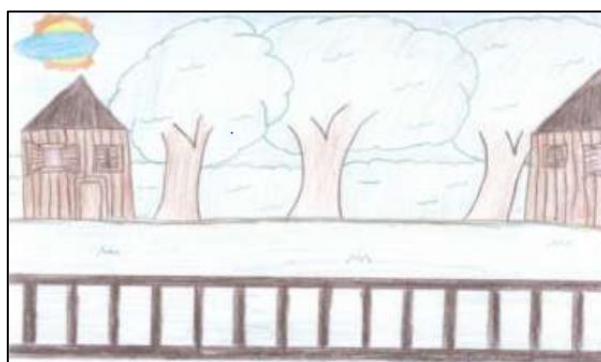


Figura 10 - A ferrovia
Fonte: Aluna A., 2014

Dessa maneira, além de sucessão temporal, tivemos uma sucessão espacial - micro espacial - dos fenômenos geográficos. Observe que o desenvolvimento da cidade pela duração

da ferrovia está associado também ao desenvolvimento da parte baixa da cidade, no qual se situa a presença das Indústrias Matarazzo nos anos 1920. O historiador Rafael Pomim, narra:

Mas ainda falando da nossa cidade baixa, do centro, existe o cinema. Quem já foi no cinema aqui? O nosso cinema está localizado no hoje denominado Condomínio Francisco Matarazzo. Onde está o cinema, alguém sabe me dizer o que tinha naquele prédio lá? Aquele grandão de tijolinho à vista. O que era lá? [Os alunos responderam...] Era um frigorífico. O que é um frigorífico? Todo mundo tá cansado de ver o Tony Ramos fazer a propaganda da Friboi. A Friboi é uma empresa e um frigorífico que prepara a venda de carnes. E aquele prédio, enorme, no centro da cidade era um frigorífico das indústrias Matarazzo. Esse nome Matarazzo, que na verdade é um sobrenome, é de um conde italiano chamado Francisco Matarazzo. As indústrias Matarazzo foram de suma importância para o desenvolvimento da cidade. Imagina, aquele prédio tem do início da sua construção, mais precisamente o ano de 1922. Agora vocês imaginam o que era Jaguariáiva em 1922, isso aqui era um ovo, não tinha nada, imagina a parte baixa. Tinha uma ou outra casinha na beira do rio Capivari, nada, além disso. Agora, vem o Conde Matarazzo e me constrói um negócio daquele tamanho em 1922, lógico, leva alguns anos para construir aquele prédio. Obviamente, ele vai trabalhar com a venda de carne. A carne que ele mais trabalhava, diferente da Friboi que trabalha mais com a carne de boi, aqui era a carne de porco. Aí gente – olha a visão dessa pessoa – assim como a ferrovia nos trouxe hospital, armazém e tudo mais, o frigorífico dele nos trouxe um clube, uma escola, um campo de futebol, duas usinas hidrelétricas e um bairro.

[...] Para vocês terem uma ideia, as Indústrias Matarazzo, em seu auge, chegou a ter quase 1500 funcionários em Jaguariáiva. Se você contar cada funcionário como pai de família, chegou a sustentar 1500 famílias. Vocês sabem pai e mãe, não tinha apenas um filho, tinham dois, três, quarto, até mais, dez filhos. Então, vocês veem a importância do Conde para nossa cidade. [sic.] (Relato verbal do historiador Rafael – POMIM, 2014).

Dos 25 alunos participantes, 23 (92%) mencionaram as Indústrias Matarazzo. A narrativa da aluna A. nos traz o seguinte:

Em 1922 veio o Conde Francisco Matarazzo, que era rico. Ele tinha empresas pelo Brasil e montou aqui um frigorífico onde ele tinha cerca de 1500 funcionários, e como seus funcionários eram estrangeiros coube a ele criar uma escola para eles aprenderem a nossa língua. [sic.] (Relato verbal da aluna A., 2014).

Há uma diferença temporal de dois ou três anos do início da construção do Condomínio Matarazzo entre a narrativa de Rafael Pomim e os escritos do livro de Ângela Brandão (2000). Contudo, nossa pesquisa trata de tempos sociais e da duração do fenômeno geográfico. Como se trata de um mesmo fenômeno geográfico, mesmo com a diferença de um tempo cronológico, o tempo social não se altera e não provoca representações descontextualizadas.

Assim, observamos a narrativa comum entre o livro de Ângela Brandão e a fala de Rafael Pomim. Provável é que Rafael tenha tomado contato com o trabalho de Brandão; contudo, a posição de grupo que ocupam é diferente: Rafael como professor e Ângela como pesquisadora. Acompanhe a fala de Rafael sobre a hidroelétrica e o frigorífico:

Primeiramente a usina. Por que a usina hidrelétrica? Quem já foi ao parque Linear aqui? Não tem uma casa idêntica ao condomínio, de tijolinhos à vista, só que lá em baixo? Aquilo era uma usina hidrelétrica. Ali ficam as turbinas. Tudo isso para quê? Tudo para aproveitar as quedas da água do rio Capivari para gerar energia para o frigorífico. Então nós podemos ver com precisão como que as Indústrias Matarazzo trouxe luz elétrica para Jaguariaíva. Nós tínhamos tanto potencial de energia elétrica em Jaguariaíva, tanto, que ele nos forneceu aquela usina ali do parque Linear. E atravessando a rodovia, já no rio Jaguariaíva, não sei se alguém aqui conhece. Quem já foi para o Lago Azul aí? Indo para lá tem uns canais, dá até para nadar, tudo aquilo é para canalizar a água para chegar na usina para gerar energia. E até hoje, no rio Jaguariaíva, tem umas casinhas mais modernas, que ainda é uma usina hidrelétrica em Jaguariaíva em funcionamento, uma usina feita pelo Conde Matarazzo. Agora vocês vejam, até hoje a vinda do Matarazzo para cá beneficiando a cidade. Primeiramente com todo aquela estrutura do Condomínio Matarazzo, onde hoje está o cinema, a Marza, a garagem municipal e outras empresas pequenas. As usinas funcionam, como funcionam até hoje, gerando energia para as empresas ali instaladas e para pequenas empresas no interior de Jaguariaíva. [sic.] (Relato verbal do historiador Rafael - POMIM, 2014).

Na fala sobre a hidroelétrica e sobre o frigorífico, para melhor contextualizar e dar sentido a sua fala, nosso convidado Rafael utiliza-se do que Corrêa (2018) diz sobre o “interesse do geógrafo pelo tempo a partir da herança.” Identificamos três movimentos nesse interesse. O primeiro é o da inércia “que possibilita a continuidade da função na mesma estrutura física continuada.” (CORRÊA, 2018, p. 40). A inércia é identificada na relação que a hidroelétrica tem com Jaguariaíva a partir do fornecimento de energia para as instalações atuais que ocupam o Condomínio. A outra é a ressignificação “cujas funções permanecem, mas tendo novos significados, simbólicos em muitos casos, tratando-se de uma herança viva, cujas formas desempenharam funções com significados inseridos na complexidade do presente.” (CORRÊA, 2018, p. 40). Por sua vez, a ressignificação é observada na utilização da energia elétrica que no passado servia para abastecer o frigorífico e que, atualmente, é utilizada para abastecer pequenas empresas. Por último, a refuncionalização, “isto é, antigas formas ganharam novas funções, valorizadas cronologicamente ou simbolicamente no presente.” (CORRÊA, 2018, p. 40). A refuncionalização pode ser vista na sala do Condomínio Matarazzo que virou cinema; a estação ferroviária que virou museu e conta a história da ferrovia; e o Palacete Matarazzo que conta a história das Indústrias Matarazzo no município.

Na atividade *Jaguariaíva em fotos*, também realizada em 2014, tivemos referências aos fenômenos geográficos da ferrovia e das Indústrias Matarazzo. Essa atividade tinha como objetivo evocar as memórias e representações dos alunos por meio das fotos. Foram levadas para a sala de aula 40 fotos e, a partir delas, retornaram 41 produções no encontro com os três colégios em que foi realizada a pesquisa. Os alunos tinham a opção de escolher as fotos. Das produções apresentadas, 10 (24,3%) foram sobre o Parque Linear; oito (19,5%) sobre o Palacete Francisco Matarazzo; quatro (9,7%) sobre a antiga estação ferroviária e a prefeitura; quatro (9,7%) sobre o Lago Azul; três (7,3%) sobre o pinheiro de Araucária; três (7,3%) sobre a natureza de Jaguariaíva; três (7,35%) sobre as indústrias de Jaguariaíva; duas (4,8%) sobre o Condomínio Francisco Matarazzo; duas (4,8%) sobre a “Grande Enchente de 1954”; uma (2,4%) sobre o Parque Rui Cunha; e uma (2,4%) da Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria.

Dentre as produções, 14 (34%) fizeram referência ao Palacete Francisco Matarazzo, a antiga estação ferroviária e o Condomínio Matarazzo, além da Igreja Bom Jesus da Pedra Fria. Assim, com a imagem fotográfica, de uma maneira menos expressiva, contemplava os fenômenos geográficos trabalhados na pesquisa.

Constatamos que em algumas produções realizadas pelos alunos compunham de narrativas muito semelhantes às de Rafael Pomim na atividade, o que leva a inferir a uma significação entre o discurso e o local. No entanto, as narrativas se apresentaram muito descritivas ou relacionados a práticas espaciais que remete uma ressignificação ou refuncionalização (Corrêa, 2018) desses espaços. Acompanhe o quadro a seguir.

Quadro 7 - Relação da atividade de Rafael Pomim, com a imagem fotográfica e paisagens dos fenômenos geográficos

FENÔMENO GEOGRÁFICO LOCAL/ FOTO	RELAÇÃO ATIVIDADE DE RAFAEL POMIM E FOTOGRAFIAS	PRÁTICAS DE RESIGNIFICAÇÃO OU REFUNCIONALIZAÇÃO
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA /ANTIGA PREFEITURA	<p><i>“A antiga prefeitura é muito linda e lá era na aonde os antigos prefeitos decidiam tudo o que eles faziam de bom para a cidade.</i></p> <p><i>A antiga prefeitura foi fundada entre 1920 e 1930. Lá passava um antigo terminal rodoviário. Passava muitos trens até ser fechado por causa de um trem ter tombado e houve muitas pessoas mortas. Agora vai começar a passar de novo”. Aluno G.</i></p>	<p><i>“A estação de Jaguariaíva fica no centro da cidade e eu fui lá com uns 7 ou 8 anos de idade. Na primeira vez eu achei meio chato, mas quando eu comecei a ir mais lá comecei a gostar dela.”</i></p> <p><i>Aluno M.</i></p>
IGREJA BOM JESUS DA PEDRA FRA		<p><i>“Um dia eu fui na praça (em frente à igreja), e eu ia subir na árvore e brincar de correr. Um dia eu caí lá e raspei toda minha cara e depois disso nunca mais fui lá.” (Sem nome)</i></p>

<p>PALACETE MATARAZZO</p>	<p><i>“O Palacete é muito antigo pois lá morou o Conde Francisco Matarazzo, um homem muito rico que tinha um frigorífico. Ele morava em São Paulo e o Palacete era sua casa de passeio. Agora o Palacete é um museu que é muito requisitado. Ele também fundou um clube e um campo de futebol. O campo foi o primeiro do Paraná a ter iluminação e recebeu grandes jogos.” Aluno G.</i></p>	<p><i>“O Museu é enfeitado de acordo com as datas comemorativas como o Natal. Uma vez fui lá e tinha o papai Noel em um dos quartos dormindo e roncando.” Aluno G.</i></p>
<p>CONDOMÍNIO FRANCISCO MATARAZZO/</p>		<p><i>Eu não tive muitas experiências sobre o condomínio Francisco Matarazzo, mas minha avó (que é responsável por mim) me conta que trabalhou lá e me disse que ela conhece o Condomínio Francisco Matarazzo como se fosse a palma da mão dela e que por dentro é muito lega. Eu gosto de ir nas festas que tem lá na frente. Aluna C.</i></p>

Elaboração: Calandro, 2020

No contexto da memória, as fotografias parecem não seguir a lógica de um tempo cronológico e ou um espaço cartesiano. Elas evocam memórias/representações de múltiplos tempos, espaços e grupos sociais. A proposição de tempo se revela a partir de quando o aluno G. narrar uma antiga história, envolvendo um tombamento com o trem, ao cessar, e observar, uma fotografia atual da ferrovia. A proposição de espaço é constatada, por exemplo, quando o aluno (sem identificação) relata uma experiência de brincadeira na praça de igreja Bom Jesus da Pedra Fria e não na Igreja, como representava a foto observada. Por fim, a proposição de grupo fica por conta do aluno G. ao estabelecer relação com o Palacete. Na mesma narrativa supra citada, ele expressa informações históricas, construídas, talvez, na atividade de Rafael – grupo social escolar - e, em seguida, expressa sua visita no Palacete/museu durante a época de natal. Talvez sua lembrança trate de uma experiência realizada com o grupo social mais próximo, a família.

Desde a construção do frigorífico, o conde Francisco Matarazzo, que faleceu em 1937, e seu filho e herdeiro, Francisco Matarazzo Junior, vinham ao menos uma vez ao ano à cidade para visitar o empreendimento até ao ano de 1966, quando o frigorífico cedeu espaço para uma tecelagem. Durante as visitas o conde, e posteriormente seu filho, instalavam-se no Palacete Matarazzo. Na figura 1 (p. 93) podemos localizá-lo no canto superior esquerdo, rodeado por árvores, e também um caminho que levava até o frigorífico.



Figura 11 - Palacete Matarazzo
Fonte: Prefeitura de Jaguariáiva



Figura 12 - Desenho em referência ao palacete
Fonte: Aluno A. G., 2014

Uma das produções que destacaram o palacete foi a do aluno A. G., acompanhe:

O Palacete é muito antigo, pois morou lá um italiano chamado Francisco Matarazzo, um cara muito rico que tinha um frigorífico em Jaguariáiva. No seu Palacete ele enxergava seu grande frigorífico que era na rua de baixo, quando sua fábrica estava funcionando saia fumaça da chaminé e quando não saia esta fumaça ele descia para ver o que estava acontecendo no seu frigorífico. E agora, por esses anos, sua casa virou um museu histórico que fala sobre a história dos trens, dos trabalhadores e do frigorífico. No natal o papai Noel fica dormindo lá. [*sic.*] (Relato verbal do Aluno A. G., 2014).

O desenho do aluno A. G. e a fotografia representativos do Palácio Matarazzo são muito semelhantes e situação análoga acontece com a estação ferroviária e com o Condomínio Matarazzo:



Figura 13 - Foto da Estação Ferroviária de Jaguariáva
Fonte: Prefeitura de Jaguariáva



Figura 14 - Estação ferroviária de Jaguariáva
Fonte: Aluno M., 2014

Segue a narrativa do aluno M. sobre a estação ferroviária:

A antiga prefeitura é muito bonita, era onde os prefeitos decidiam o que fazer de bom para a cidade. Atrás dela tem uma antiga linha ferroviária. Lá, antigamente passava trem. Todo dia 1º de setembro as escolas municipais e estaduais cantam o hino nacional na frente da prefeitura antiga.

A antiga prefeitura foi construída entre 1920 e 1930. Ela foi construída para ser uma estação de trem, mas o trem parou de passar e virou prefeitura, mas agora mudou a prefeitura de lugar.

Lá dentro da prefeitura dá a sensação de ser pequena, mas agora existe outra prefeitura. Nessa nova prefeitura foi velado o prefeito Otélio Renato Baroni. [*sic.*] (Relato verbal do aluno M., 2014).

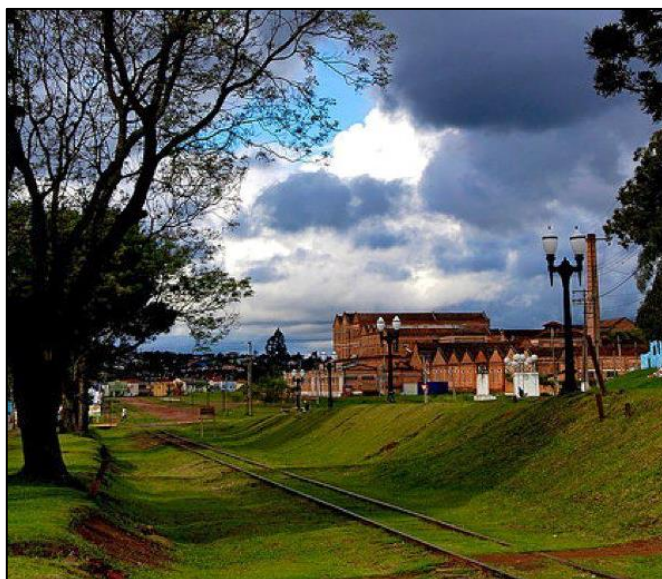


Figura 15 - Foto do Condomínio Matarazzo e da estrada de ferro
 Fonte: Prefeitura de Jaguariáiva

Desenho e narrativa da Aluna C.



Figura 16 - Condomínio Matarazzo e estrada de ferro
 Fonte: Aluna C., 2014

Eu não tive muitas experiências sobre o Condomínio Francisco Matarazzo, mas minha tia avó (que é responsável por mim) me conta que ele trabalhou lá e que conhece o hoje condomínio como se fosse a palma da mão dela e que por dentro é muito legal e grande.

Eu gosto de ir às festas que tem lá na frente. [sic.] (Relato verbal da aluna C., 2014).

Nos três edifícios, juntamente com a linha de trem, que configuram a paisagem que remete à duração dos fenômenos geográficos da estrada de ferro e das Indústrias Matarazzo,

identificamos a questão da herança como inércia, ressignificação e refuncionalização, como coloca Corrêa (2018) e que pode ser percebida na narrativa dos alunos e do nosso convidado.

Quadro 8 - Narrativas sobre os edifícios que expressam o fenômeno geográfico da estrada de ferro e das indústrias e a contribuição da herança para o geógrafo segundo Corrêa (2018)

HERANÇA	Inércia	Ressignificação	Refuncionalização
EDIFÍCIO			
Palacete Matarazzo	-	-	<i>“E agora, por esses anos, sua casa virou um museu histórico que fala sobre a história dos trens, dos trabalhadores e do frigorífico. No natal o papai Noel fica dormindo lá” (Aluno)</i>
Condomínio Matarazzo	<i>“As usinas funcionam, como funcionam até hoje, gera energia para as empresas ali instaladas e para pequenas empresas no interior de Jaguariaíva” (Rafael)</i>	<i>“Agora vocês vejam, até hoje a vinda do Matarazzo para cá beneficiando a cidade. “Primeiramente com toda aquela estrutura do Condomínio Matarazzo, onde hoje está o cinema, a Marza, a garagem municipal e outras empresas pequenas” (Rafael)</i>	<i>“Eu gosto de ir às festas que tem lá na frente” (Aluno) “Mas ainda falando da nossa cidade baixa, do centro, existe o cinema. Quem já foi no cinema aqui? O nosso cinema está localizado no hoje denominado Condomínio Francisco Matarazzo. Onde está o cinema, alguém sabe me dizer o que tinha naquele prédio lá? Aquele grandão de tijolinho à vista. O que era lá? [Os alunos responderam...] Era um frigorífico!” (Rafael)</i>
Estação de Trem	-	-	<i>“A antiga prefeitura foi construída entre 1920 e 1930. Ela foi construída para ser uma estação de trem, mas o trem parou de passar e virou prefeitura, mas agora mudou a prefeitura de lugar” (Aluno)</i>

Elaboração: CALANDRO, 2020

Observa-se que as narrativas nas quais os alunos são autores enquadram-se exclusivamente na herança vista como refuncionalização, ou seja, a mudança da função do que foi anteriormente construído, constituindo, assim, uma nova interpretação da espacialidade. Uma possível explicação seria o tempo social. Os alunos compreendem esses espaços a partir

das funções e práticas atuais, ou seja, em um tempo social diferente. Mesmo que dois dos edifícios tenham se tornado museus - lugares de memória - parece que eles mesmos - os edifícios como paisagem - não representam os fenômenos geográficos da estrada de ferro e das Indústrias Matarazzo.

Outra inferência que podemos fazer é o não entendimento desses locais como tradição de um fenômeno geográfico. Para deixar de ter uma visão apenas do presente e futuro, os alunos precisam *vê-los e tê-los como tradição*, participar das demandas e considerar expectativas. Dessa maneira, a efetiva participação promove a mudança em relação ao que se planeja, podendo fortalecer os laços de identidade com o que formou a sociedade local até aqui.

A herança de Corrêa (2018), vista como movimento didático é muito rica pois consegue transitar em tempos sociais e fenômenos geográficos diferentes. Por exemplo: a usina hidrelétrica do tempo do conde Matarazzo sustenta algumas empresas que auxiliam na economia da madeira, ou os museus que se utilizam de edifícios históricos e fortalecem o turismo histórico e de aventura. Contudo, para que se efetive na “localização” do espaço-tempo, precisam que se enquadrem na perspectiva de tradição, demanda e expectativa. Associar a herança a cada período do tempo social pode melhor contextualizar a representação de um fenômeno geográfico a partir das práticas e discursos espaciais. Vamos melhor expressar esse pensamento nos quadros 7 e 8, que divulgam as práticas espaciais no contexto da memória sobre o fenômeno geográfico da ferrovia e das Indústrias Matarazzo.

Quadro 9 - Fenômenos geográficos em Jaguariáiva: estrada de ferro e Indústrias Matarazzo

- DESCRIÇÃO - REPRESENTAÇÃO CONTEXTUAL	PAISAGEM	<p><i>A Gare</i> – Tarsila do Amaral – 1925; Foto: Condomínio Matarazzo – 1927;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Considerável alteração do espaço na zona urbana; - Ferrovia; - Ocupação da cidade baixa; - Comércio
	ESPAÇO Localização, Movimento, Escala	<ul style="list-style-type: none"> - Cidade de Jaguariáiva; - Linha Férrea: SP-RS-Uruguaí; - Indústria Matarazzo: Jaguariáiva – Brasil - países de exportação
	TEMPO Duração, Ritmo, Sucessão	<ul style="list-style-type: none"> - Início até o década de 1960; - Trem para o Brasil e América do Sul e navio para exportações; - Indústria da Madeira
	COEXISTÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> - Cidades beneficiadas com a linha férrea; - Cidades que alocam as Indústrias Matarazzo

	RELAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Rede de Transportes; - Industrialização brasileira no início do século XX; <li style="padding-left: 20px;">- Urbanização; <li style="padding-left: 20px;">- Energia; - Produção de alimentos em escala industrial; <li style="padding-left: 20px;">- Tecnologia da época; <li style="padding-left: 20px;">- Exportação; - Tipo de trabalho (fordismo)
--	---------	--

Elaboração: CALANDRO, 2020

Quadro 10 - Práticas e discursos espaciais no contexto da memória: estrada de ferro e Indústrias Matarazzo

ESPAÇO/ TEMPO	TRADIÇÃO (Análise)	DEMANDA (Inferência)	EXPECTATIVA (Inferência)
Práticas espaciais	<ul style="list-style-type: none"> - Chegada da Ferrovia: ligação para Curitiba, Porto de Paranaguá e Antonina, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e norte do Estado do Paraná; <li style="padding-left: 20px;">- Indústrias Matarazzo/frigorífico de suínos e derivados; - Ocupação e formação do núcleo urbano na cidade baixa; <li style="padding-left: 20px;">- Construção de uma estrutura urbana e redes de serviço 	<ul style="list-style-type: none"> - Retomada da estrada de ferro para escoamento da produção de madeira; <li style="padding-left: 20px;">- Valorização dos espaços de memória - como museus e festivais - incentivar o turismo cultural; <li style="padding-left: 20px;">- Melhorar a rede de serviço do município 	<ul style="list-style-type: none"> <li style="padding-left: 20px;">- Transporte dos produtos da economia da madeira via ferrovia de Jaguariaíva - portos (grande parte dos produtos é exportada); <li style="padding-left: 20px;">- Consolidação e ampliação do município como destino turístico
Discursos espaciais	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento industrial e urbano; <li style="padding-left: 20px;">- Progresso 	<ul style="list-style-type: none"> <li style="padding-left: 20px;">- Favorecimento da economia da madeira e do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> <li style="padding-left: 20px;">- Melhorar renda e emprego; <li style="padding-left: 20px;">- Crescimento econômico e desenvolvimento social do município

Elaboração: CALANDRO, 2020

Tanto os fenômenos geográficos da estrada de ferro/Indústrias Matarazzo, quanto aquele que os sucedeu, o da economia da madeira, tinham como destaque a indústria. Assim, por vários motivos, ocorre a comparação direta entre fatores e condições locais do processo produtivo. Essa inferência se dá a partir da narrativa de Rafael na visita a um dos colégios:

A reforma que está acontecendo na ferrovia é para escoar a produção de nossas indústrias, principalmente a madeira em Jaguariaíva. Olha que bacana, a ferrovia está voltando. Ela tinha acabado a mais de trinta anos e está sendo retomada. Más lógico, até terminarem a reforma vai demorar um pouco. Eles estão mexendo daqui até Ponta Grossa, agora vocês imaginam, o trajeto é longo. Mas as coisas estão voltando. [sic.] (Relato verbal do historiador Rafael - POMIM, 2014).

As narrativas que expressam a demanda e a expectativa sobre o fenômeno geográfico da estrada de ferro e das Indústrias Matarazzo não foram encontradas nas análises feitas nos materiais produzidos pelos alunos, apenas a reconstrução das histórias que eles tiveram contato em diversos nichos sociais. Diferente da atividade *Jaguariaíva em fotos*, onde os alunos tinham liberdade de escolher entre as diversas fotos do município de acordo com seus interesses e narrar suas experiências, nessa atividade, que contou com a participação de Rafael, os alunos foram orientados a fazer reconstruções históricas a partir de um assunto pré-determinado.

Nesse sentido, os dados levam-nos a inferir que a reconstrução das histórias dos alunos com esse fenômeno geográfico, embora envolva o círculo hermenêutico da memória, é superficial, acumulativa, enciclopédica e não promove a reflexão sobre a temática. A reflexão sobre o espaço depende de seu *domínio e apropriação* e, somente a partir destes dois pontos, podemos compreender as demandas e criar expectativas - e que só se efetiva nas práticas. Contudo, a apropriação e domínio espacial não são simples; as espacialidades configuradas a partir dos múltiplos fenômenos geográficos coexistentes tornam o espaço um acúmulo de histórias, demandas e expectativas onde não se sabe muito bem de onde vêm as influências e nem para onde os acontecimentos caminharão.

Os domínios e as apropriações do espaço são múltiplos e permeados por distintos interesses que coexistem e, muitas vezes, de maneiras contraditórias. Nesse sentido, as relações de poder (micro poder das relações pessoais ou as geometrias do poder em suas múltiplas escalas), e sua intensidade determinam os atos de habitar e, logo, a compreensão de domínio e apropriação e que só se efetiva no ato de construir - na paisagem - alterando o espaço. Contudo, como já indicamos, as práticas podem ser de reprodução ou alteração dos tempos sociais e, em nosso caso, dos fenômenos geográficos.

As durações dos fenômenos geográficos podem ser recontextualizadas ou ter as funções de herança, como coloca-nos Corrêa (2018). Dessa maneira, o contato dos alunos com os fenômenos está relacionado ao presente e contempla outras práticas e outros discursos espaciais. Assim, a apropriação e domínio do espaço que configura ou configurou a paisagem e que remete ao fenômeno se dá a partir do presente - percebido - e das demandas; posteriormente, a partir das relações com o passado - vivido -, com o futuro - imaginado e com a noção de coexistência, de que outros espaços/lugares passaram pelo mesmo fenômeno, o aluno pode melhor compreendê-lo.

Acreditamos que para propor demandas e criar expectativas para um fenômeno espacial é, além de domínio e apropriação, necessário o envolvimento e que para se envolver é preciso interesse. Nesse sentido, trabalhar com o próximo - no espaço e no tempo - com acúmulo de

histórias que o lugar representa, pode auxiliar no despertar do interesse. O despertar do interesse é necessário para uma maior profundidade e multiplicidade no envolvimento, no domínio e a apropriação do espaço e a criatividade é necessária para melhor construir e propor as demandas que visam um projeto a ser alcançado, mas, para isso, o conhecimento do passado se torna ponto de partida para reflexão.

Por fim, observamos que existem fenômenos que expressam perspectiva na demanda e/ou expectativa nos alunos. Na atividade *Problemas ambientais e sociais de Jaguariáiva*, a aluna G. coloca:



Figura 17 - Rio poluído
Fonte: Aluna G., 2014

Em Jaguariáiva existem muitos problemas sociais e ambientais. Os problemas sociais estão relacionados à pobreza e fome. Há muitos bairros pobres, como por exemplo, Barro Preto, Pedrinha, etc.

Hoje tem muita gente com fartura e outras nem se quer têm o que comer. Têm escolas que estão faltando dinheiro e às vezes de comida, faltam aparelhos eletrônicos na escola.

Os problemas ambientais é que as pessoas jogam muito lixo em rios, em ruas e em lugares desapropriados. Está faltando aterros sanitários e muito dos bueiros que existem estão entupidos. [sic.] (Relato verbal da aluna G., 2014)

As frases “*Os problemas sociais estão relacionados à pobreza e a fome*”, “*Hoje tem muita gente com fartura e outras nem se quer têm o que comer*” e “*Os problemas ambientais é que as pessoas jogam muito lixo em rios, em ruas e em lugares desapropriados*” expressam a tradição dos problemas ambientais, enquanto a frase “*Está faltando aterros sanitários e muito dos bueiros que existem estão entupidos*” expressa a demanda para a resolução daquela

problemática. Mesmo no desenho, o lixo e as garrafas *pet* representam a tradição, enquanto os recipientes das cores utilizadas para separação de materiais reciclados representam a demanda.

Um outro exemplo sobre os problemas ambientais e sociais de Jaguariáiva e que também será utilizado na análise do próximo fenômeno geográfico é a narrativa do aluno J., acompanhe:

Jaguariáiva é a capital da madeira, por isso tem muita plantação de pinus e isso causa muitos problemas ambientais. Por exemplo, desmatam florestas, destrói o habitat de animais e, por isso, eles procuram novos ambientes e acabam passando pela rodovia e sendo mortos por atropelamento. Eu acho que isso tinha que mudar. Outro problema é no centro da cidade que passa muitas carretas que acabam estourando os encanamentos das ruas e a população fica até um dia sem água. A população deveria parar de jogar lixo em bueiros porque entope e causa muitas enchentes. [*sic.*] (Relato verbal do aluno J., 2014).



Figura 18 - Desmatamento em Jaguariáiva

Fonte: Aluno J., 2014

A passagem “*Jaguariáiva é a capital da madeira, por isso tem muita plantação de pinus e isso causa muitos problemas ambientais. Por exemplo, desmatam florestas, destrói o habitat de animais e, por isso, eles procuram novos ambientes e acabam passando pela rodovia e sendo mortos por atropelamento*” reflete a tradição e os desdobramentos de um problema ambiental, enquanto as passagens “*Eu acho que isso tinha que mudar*” e “*A população deveria parar de jogar lixo em bueiros porque entope e causa muitas enchentes*”, demonstram a demanda. Mesmo que a primeira passagem não exemplifique a solução para o problema, fica claro que a mudança é uma demanda.

Repare que ambas as narrativas são muito bem argumentadas e não ficam apenas na descrição e reconstrução de cenários. Os alunos aparecem como agentes ativos na transformação do fenômeno geográfico. Em nossa concepção, os motivos para que eles desenvolvam narrativas mais bem argumentadas são o interesse e o envolvimento despertado a partir de uma proximidade local e temporal, uma objetividade na resolução dos problemas a partir dos discursos e práticas, as relações entre fenômenos e o saber da coexistência em uma escala global desses problemas.

Fenômeno geográfico indústria da madeira

Na atividade *A Visita de Rafael*, na qual nosso historiador narrou relatos sobre o passado de Jaguariaíva que serviram para uma reconstrução histórica e representacional a nossos alunos, este teceu poucos comentários acerca da indústria da madeira (fenômeno geográfico em duração). Dessa maneira, as análises partem das atividades *Jaguariaíva em fotos* e *Jaguariaíva em relação a...* Essas atividades permitem analisar a influência de outros contextos sociais nas representações dos alunos.

O terceiro e último fenômeno geográfico analisado em Jaguariaíva é o da indústria da madeira. Como paisagem partimos de duas fotografias, uma de uma plantação de *pinus* e outra de uma fábrica de moldura de janelas que utiliza o *pinus*/eucalipto como matéria-prima.



Figura 19 - Plantação de *pinus*
Fonte: Calandro, 2019



Figura 20 – BRASPINE
Fonte: BRASPINE, 2020

A figura 19 mostra uma plantação de *pinus*. Essa árvore não é nativa da mata de Araucária e, por isso, provoca grandes alterações na biota da região. Perceba na imagem o aspecto verticalizado dos troncos - que não se parece em nada com nossas florestas – e

homogêneo – assim como a soja, o trigo, o milho. Assim, *pinus* não é floresta; é plantação que, de ciclo em ciclo, é retirada, destinada e transformada.

Já a figura 20 mostra umas das fábricas de Jaguariáiva, a BRASPINE. Os barracões, os veículos e o estoque de madeira no pátio demonstram a escala industrial da produção de molduras de janela. No seu entorno, a plantação de *pinus* demonstra, além de uma enorme quantidade de matéria-prima que será transformada pela indústria, a homogeneidade de uma plantação.

A indústria madeireira inicia sua vinda a Jaguariáiva com a expansão das áreas de reflorestamento pelo *pinus* e pelo eucalipto intensificada nos anos 1980. Nessa mesma década, precisamente em 1982, a fábrica PISA inicia suas atividades de fabricação de papel jornal; posteriormente, aproveitando a grande oferta de matéria-prima, a BRASPINE, em 1997, com a produção de molduras de janelas e a ARAUCO, instalada em 2005, com a produção de MDF, estabeleceram-se também no município. O destino dos produtos varia de acordo com cada empresa: alguns produtos são destinados apenas para o mercado brasileiro, enquanto outros têm o mercado externo como orientação.

Como fruto do processo de globalização, a PISA e a ARAUCO contam com capital externo e, junto à BRASPINE, temos a caracterização da DTI (Divisão Internacional do Trabalho), em que grande parte da tecnologia é advinda em países de tradição industrial e com bons índices de desenvolvimento econômico e social e sua aplicação se dá nas áreas industriais dos países subdesenvolvidos. Podemos perceber as características da DIT na narrativa da aluna A.:

A BRASPINE é uma empresa que fabrica madeira ou coisas de madeira. Estive lá apenas uma vez em um almoço de homenagem para as pessoas que já eram formadas em cursos superiores e meu tio foi homenageado. Minha família e eu fomos servidos e muito bem tratados, a comida estava muito saborosa assim como a sobremesa.

A construção é muito bonita e bem planejada. Lá dentro tem ruas feitas com aquelas pedras e as máquinas são muito bem projetadas. [*sic.*] (Relato verbal da aluna A., 2014).

As falas que expressam as narrativas são “*Estive lá apenas uma vez em um almoço de homenagem para as pessoas que já eram formadas em cursos superiores e meu tio foi homenageado*” e “*...as máquinas são muito bem projetadas.*” As expressões fazem sentido geográfico ao compreendermos que o conhecimento científico, expressado aqui pelo “*curso superior*” é uma característica da DIT; outra é o desenvolvimento tecnológico e a automação industrial, expressado pela fala “*máquinas são muito bem projetadas*”.

Como percebemos na análise do fenômeno geográfico da ferrovia e das Indústrias Matarazzo, o distanciamento do tempo social da funcionalidade do espaço provoca nos alunos uma representação descontextualizada ou uma apropriação passiva e reprodutora de informações. Desse modo, uma representação contextual parte do presente - demanda – e, como a indústria da madeira reflete a atual duração de um fenômeno geográfico, percebemos com mais facilidade nas produções dos alunos J. (vide p. 114), mas também nas representações do aluno J. (b) e da aluna L.

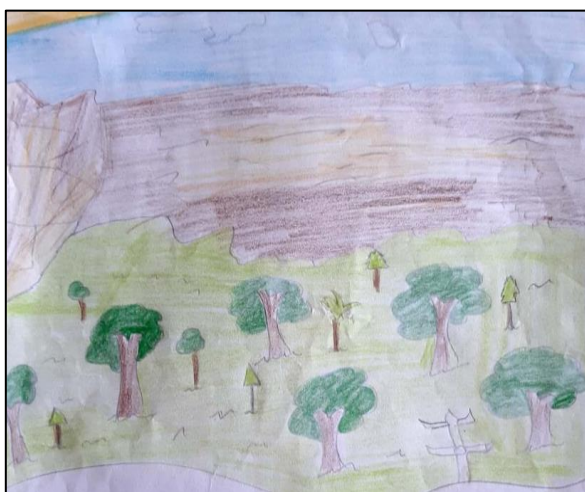


Figura 21 – Floresta de *pinus*
Fonte: Aluno J. (b)

O aluno J. (b) representa em seu desenho a Serra de Jaguariaíva, que faz parte de uma formação geológica denominada Escarpa Devoniana (referente ao período Devoniano), uma formação arenítica que limita o segundo planalto do estado do Paraná com o primeiro.

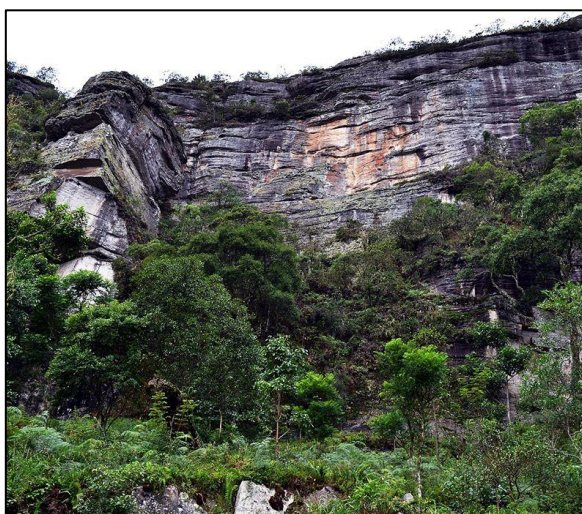


Figura 22 - Serra de Jaguariaíva - Escarpa Devoniana
Fonte: Calandro, 2019

Contudo, o que remete a uma representação contextual no desenho do aluno J. (b) é a inserção do *pinus* em meio à floresta nativa. Os desdobramentos dessa inserção alteram a dinâmica da biota no município de Jaguariáiva e, de todo modo, está relacionada ao fenômeno geográfico da indústria da madeira.

Como é um fenômeno geográfico que se apresenta em um tempo social atual, os alunos melhor se expressam e suas narrativas são mais detalhadas, com frases afirmativas, como no relato do aluno S.:

A PISA é uma grande consumidora de madeira para fabricar matéria-prima para o papel jornal. Ela só consome a madeira do *pinus* que é plantada e cortada com aproximadamente 10 anos mas, às vezes, é cortada com 9 anos porque ela está mais fina e para eles é mais fácil cortar. As árvores mais grossas vão para a BRASPINE. A BRASPINE, que é quase igual à PISA, consome madeira grossa para fazer molduras. [sic.] (Relato verbal do aluno S., 2014).

Acreditamos que esse detalhamento de informações por parte do aluno S. vem de uma proximidade maior com esse cenário. Como o fenômeno geográfico da madeira é o principal gerador de empregos na cidade, é provável que esse detalhamento esteja relacionado ao conhecimento de alguém de seu círculo social (família, igreja, escola, colegas de bairro) que trabalha ou tenha trabalhado em umas das indústrias instaladas no município.

Outro desenho que representa contextualmente a indústria madeireira é o da aluna L.:



Figura 23 - Fábrica de papel
Fonte: Aluna L., 2014

O desenho da aluna L. retrata o desmatamento, a fábrica de papel emitindo fumaça e o rio poluído. A fábrica cinza - como na foto - aparece como grande consumidora das árvores no

processo de transformação em papel, deixando resíduos de duas maneiras: no ar, por meio da fumaça emitida na chaminé e os materiais que aparecem no rio. A fábrica, assim como na figura 20, não demonstra movimento humano, sendo o lugar mais significativo da intervenção/manifestação humana situado na plantação de *pinus* – onde houve uma grande transformação da paisagem rural.

Quadro 11 - Fenômeno geográfico em Jaguariaíva – indústria da madeira

- DESCRIÇÃO - REPRESENTAÇÃO CONTEXTUAL	PAISAGEM	<p>Figura 19: Plantação de <i>pinus</i>; Figura 20: BRASPINE;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização espacial da indústria – transformação da matéria-prima; - Ampliação da área urbana em relação ao fenômeno geográfico anterior; - Devastação da mata nativa e substituição pelo <i>pinus</i> e eucalipto; - Grande alteração da paisagem rural
	ESPAÇO Localização, Movimento, Escala	<ul style="list-style-type: none"> - Jaguariaíva (área urbana e rural); - Rodovia: Jaguariaíva - Porto de Paranaguá, Antonina, Santos e São Francisco do Sul/navegação do Brasil para países compradores; - Mundial
	TEMPO Duração, Ritmo, Sucessão	<ul style="list-style-type: none"> - Início dos anos 1980 – atual; - Caminhão até o porto ou demandas nacionais/navio para exportação; - Não se sabe/coexistência do turismo
	COEXISTÊNCIA	<p>Outros polos da indústria madeireira - Telêmaco Borba (PR) – KLABIN; Três Lagoas (MS) – FIBRIA, ELDORADO e SUZANO ou Caçador (SC) – GUARARAPES e SUDATI</p>
	RELAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão Internacional do Trabalho (DIT); - Automação Industrial; - Tipos de indústria e fatores locacionais; - Desmatamento; - Impactos na fauna e flora; - Impactos ambientais e sociais do tipo de indústria; - Globalização; - Mecanização; - Melhoramento genético do <i>pinus</i>

Elaboração: CALANDRO, 2020

Quadro 12 - Indústria da Madeira

ESPAÇO/ TEMPO	TRADIÇÃO (Análise)	DEMANDA (Inferência)	EXPECTATIVA (Inferência)
Práticas espaciais	<ul style="list-style-type: none"> - Plantação de <i>pinus</i>; - Instalação das fábricas; - Articulação com outros polos produtores (mesmos grupos financeiros); - Oferta de cursos superiores e profissionalizantes 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do círculo produtivo da madeira (indústria madeireira); - Novos cursos superiores e profissionalizantes (assegurar o desenvolvimento da madeira – como matéria-prima - e da indústria) 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação da economia da madeira; - Polo referência no desenvolvimento e beneficiamento da madeira
Discursos espaciais	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento econômico a partir da madeira; - Polo madeireiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmica de crescimento econômico e a não estagnação econômica 	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação da economia da indústria da madeira em diversos segmentos

Elaboração: CALANDRO, 2020

Os quadros 9 e 10, que versam sobre a localização do fenômeno geográfico no espaço-tempo relacionam-se a partir do tema da indústria; dessa forma, esta temática pode ser melhor abordada no sentido de uma evolução histórica, espacial, processual e conceitual.

Uma outra questão vem do quadro do enredamento dos espaços e tempos sociais. Esse esquema aborda o passado, o presente e o futuro de um mesmo fenômeno geográfico e como ele se altera. A relação entre os fenômenos pode ser compreendida na mudança de função de um deles no tempo. Por exemplo, a importância social e econômica do ciclo da ferrovia e das Indústrias Matarazzo só é perdida como tradição quando a indústria da madeira assume essa função; outra forma de perceber tal relação está na inércia, na ressignificação e na refuncionalização.

- CAPÍTULO 5 -

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 24 - Foto aérea de Jaguariaíva-PR
Fonte: Prefeitura de Jaguariaíva, 2019

Esta é uma fotografia aérea de Jaguariaíva. Nela, podemos identificar as marcas da paisagem referentes aos três eventos/fenômenos geográficos trabalhados ao longo do texto: o tropeirismo, que é expressado a partir de sua própria existência/localização no espaço; a estrada de ferro e as Indústrias Matarazzo, a partir das construções do condomínio Matarazzo, estrada de ferro e estação (canto inferior direito da foto); e, por último, a indústria da madeira, identificada a partir das plantações de *pinus* no entorno da cidade. A partir desses fenômenos, o espaço jaguariaivense se constituiu, acumulando e emaranhando histórias que habitam o lugar e constroem a paisagem. Os fenômenos espaciais ainda estão presentes e coexistem na paisagem, embora suas dinâmicas e funções não se apresentem e durem da mesma maneira. Santos (1994), coloca-nos:

O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença

eficaz. Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos. (SANTOS, 1994, p. 96).

Dessa maneira, percebemos a sucessão entre os fenômenos a partir de práticas que remetem à sucessão do desenvolvimento econômico do município; percebemos também que fenômenos espaciais que foram sucedidos complementam essa mesma função de desenvolvimento econômico. Dar-se-á esse movimento a uma duração cotidiana secular, o capital; contudo, ele ressignifica e refuncionaliza os espaços na paisagem.

As discussões sobre paisagem e fenômenos espaciais geográficos nos auxiliaram a pensar a memória e a constituição do ser no pensamento geográfico. Isso permitiu desenvolver um esboço de como pensar o espaço-tempo de um fenômeno geográfico a partir da paisagem. Tal concepção nos levou a tentar explicar Jaguaraiá por meio de três fenômenos geográficos, distintos, mas que apresentam uma sequência cronológica, fenomenológica e narrativa.

É necessário “geografizar” a representação do espaço e relacioná-la com um fenômeno geográfico e, posteriormente, a partir da paisagem, contextualizar o fenômeno geográfico historicamente e espacialmente. Nesse sentido, partimos de diferentes imagens - fotos e pinturas - que ajudaram a representar a paisagem configurada pelos fenômenos estudados. Assim, tecemos uma linha narrativa que liga o passado ao presente e vice-versa dos fenômenos geográficos, esclarecendo a influência deles na atual configuração do espaço e na constituição da paisagem, além de abordar a questão histórica da formação do espaço jaguaraiense.

Para não cairmos numa “representação descontextualizada”, temos que *localizar* os fenômenos geográficos no espaço, no tempo e na história de Jaguaraiá. Para isso, montamos um esquema (2, página 87) que parte da paisagem (diferentes tempos sociais) no intuito de traçar e identificar as características que expressem melhor os fenômenos trabalhados.

Primeiro, partimos de uma análise descritiva e interpretativa das paisagens selecionadas (fotos e pinturas), relacionando-as com informações e contextos que auxiliam na compreensão do fenômeno geográfico. Posteriormente, enquadramos a paisagem, que remete a um fenômeno geográfico, nas categorias de tempo e espaço social. Em subcategorias, elencamos a localização, escala e movimento no tempo e duração, sucessão e ritmo de tempo. Os fenômenos geográficos apresentaram a mesma localização (Jaguaraiá), mas diferentes escalas e movimentos na questão do tempo e diferentes durações, sucessões e ritmos (este último afetado diretamente pela relação tempo/desenvolvimento tecnológico). O desenvolvimento econômico impôs-se como a principal duração e se utiliza dos fenômenos geográficos para tal; assim, independente do fenômeno geográfico, ele só tem destaque devido ao seu papel econômico.

Dessas categorias, podemos inferir que a representação está localizada no espaço e no tempo a partir das representações dos alunos, que se sustentam por múltiplas fontes de informação como livros, mapas e contação de histórias e de uma paisagem constituída e que, por meio de diferentes práticas, os fenômenos geográficos expressam a sua constituição histórica, aberta e múltipla.

Desse modo, seria interessante perceber a coexistência e as relações entre os fenômenos geográficos (a partir de discursos e práticas) nesse ambiente de múltiplos tempos e espaços sociais. Os fenômenos mudam seus discursos e práticas porque se altera o interesse sobre eles, sendo que é por meio da sistematização do presente que podemos compreender o caminho ao longo do espaço e do tempo. Bosi (2004), reflete sobre a função social da memória:

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado o espírito. Sem o trabalho de reflexão e da localização, seria uma imagem fugida. O sentimento também precisa acompanhá-la para que não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação. (BOSI, 2004, p. 81).

Em um contexto geográfico, da mesma maneira que a memória tem que ter seus sentimentos atualizados, as práticas e discursos que configuram os fenômenos geográficos devem ser trazidos para o presente para que possamos refletir sobre as durações que configuram os fenômenos geográficos que nos cercam e influenciam até aqui e agora. A localização do fenômeno geográfico no espaço e no tempo por meio da memória associa a geografia ao ser, a sua vida e a seu espaço de vivência, reforçando a visão de um ser geográfico.

Massey e Ricœur parecem ir num mesmo sentido teórico na relação espaço e memória. Para a geógrafa inglesa, a representação do espaço tem que estar associada ao tempo. Por outro lado, para o filósofo francês, por meio do círculo hermenêutico de prefiguração, interpretamos a memória - que representa o tempo narrativo - a partir de experiências significativas relacionadas ao nosso presente. Se a representação do espaço tem que ser atrelada ao tempo, e o tempo (narrativo), apresenta influências do presente, é necessário que a representação do espaço, para não se apresentar descontextualizada, seja atualizada para o tempo social do presente. A maneira que encontramos para inferir e que foi expressada pelos alunos nas análises e que veio dos estudos de Harvey (2008), foi a identificação dos discursos e práticas espaciais. Em umas das atividades, constatamos que os alunos têm um maior interesse no tempo social atual – presente - sendo, a partir dele, a construção de uma representação do passado e do futuro.

Dessa maneira, os alunos podem melhor fazer relações entre a sucessão e durações dos fenômenos geográficos, bem como, a ressignificação e reutilização dos espaços que eles ocupam.

Uma outra questão que nos leva a acreditar em nossa proposição é a de que quando os alunos são levados a refletir sobre tempos e espaços sociais distintos (tempo passado e espaço presente) apresentam discursos rasos e que remetem apenas a uma reprodução de informações com que teve contato – expressa a tradição. Quando alinhamos tempo e espaço ao presente de um fenômeno geográfico, os alunos refletiram e expressaram demandas - presente - e perspectivas – futuro. Tais fatos remetem à reflexão dos fenômenos geográficos e não apenas a uma reprodução que pouco significa.

A relação dos fenômenos geográficos selecionados em Jaguariaíva com a memória apresentou-se de maneira diferente a partir do domínio da apropriação dos espaços que eles configuram ao longo dos tempos sociais. As reflexões foram desenvolvidas a partir da análise das práticas e dos discursos expressos nos textos e nos desenhos das atividades.

As práticas espaciais se mostraram de duas maneiras: a de manutenção e a de mudança do tempo-espaço social. Percebemos essa mudança quando os fenômenos geográficos - práticas e paisagem - se alteram, mas exercem a mesma função em um espaço. Por outro lado, todas as práticas que tendem a manter a força hegemônica são consideradas práticas de manutenção; por exemplo, os três fenômenos geográficos analisados exercem ou exerceram a mesma função de desenvolvimento econômico. Contudo, algumas práticas como a chegada da linha férrea ou a alteração da paisagem com a plantação de *pinus* expressam melhor as práticas de mudança dos fenômenos geográficos.

Também percebemos que as práticas mudam com a ressignificação ou refuncionalização dos fenômenos geográficos. As práticas variam a partir da tradição, da demanda e da perspectiva até aqui e até agora. A partir da alteração da função, os fenômenos geográficos ganham novas práticas, logo, ganham novos discursos, novos sentidos, abrindo a multiplicidade do espaço a partir do tempo.

Sobre os fenômenos geográficos analisados constatamos: o tropeirismo concebe a própria existência de Jaguariaíva no espaço e no tempo. Na paisagem atual, poucos são os indícios desse fenômeno na paisagem a não ser nos lugares de memória, monumentos e movimentos culturais, como o Centro de Tradições Gaúchas ou a Marcha dos Tropeiros que reconstroem o ato de habitar da época. A pintura de Debret apresenta-se como o primeiro registro em imagem da cidade de Jaguariaíva; nela, observamos a pouca influência do homem sobre o meio, logo, as práticas e discursos remetem a essa mesma configuração de espaço. Com

o passar do tempo e da chegada de outros fenômenos, a paisagem se altera e o tropeirismo ganha outras funções e significado, mas, como já colocamos, sempre em função e na duração do crescimento econômico.

Os fenômenos geográficos da ferrovia e das Indústrias Matarazzo trouxeram a essência do dinamismo do século XX para a cidade de Jaguariaíva. O núcleo urbano não se limitava à “parte alta” da cidade. Por motivos técnicos, a estrada de ferro passa nas áreas mais continuamente planas do município; já no interior da malha urbana, a estrada passa nas áreas de várzea - planície de inundação - do rio Capivari. Com a construção da estação ferroviária na planície do rio (o que explica as várias enchentes que Jaguariaíva sofreu ao longo do tempo), a cidade baixa desenvolve-se ao seu redor.

Durante esse fenômeno geográfico, a área urbana do município ganhou vários equipamentos sociais, tanto na parte baixa, quanto na parte alta da cidade: escola, hospital, estádio de futebol, bairros, entre outros, são vistos como práticas espaciais que têm objetivo de reprodução/manutenção dos fenômenos geográficos vigentes. Assim, a maior transformação da paisagem se dá na zona urbana.

A relação entre os fenômenos geográficos do tropeirismo com a estrada de ferro e as Indústrias Matarazzo, ao nosso ver, se dá em dois sentidos: o aproveitamento do traçado da estrada férrea antes realizado pelos índios, bandeirantes e tropeiros (que fora utilizado para a ocupação do território sul do Brasil); e, também, o aproveitamento da criação de porcos pelo Frigorífico Matarazzo, prática que existiu anteriormente e bastante utilizada pelos tropeiros.

Com o fim da duração das Indústrias Matarazzo (anos 1960) e da Ferrovia/Estação (anos 1990), esses espaços foram ressignificados e/ou reutilizados. Novas empresas, museus, repartições públicas alocaram-se nesses lugares e começaram a fazer parte do cotidiano de Jaguariaíva; ao mesmo tempo, outra duração começou a se desenvolver: a da indústria madeireira. Com a popularização da plantação de *pinus* e de eucalipto no sul do Brasil, Jaguariaíva começou a receber indústrias de beneficiamento de madeira e, junto com esse desenvolvimento, o comércio da cidade cresceu.

Adjacente à duração do fenômeno geográfico da indústria madeireira, muitas transformações ocorreram, principalmente na área rural. Com o objetivo de suprir a necessidade de matéria-prima das fábricas e das madeireiras, as plantações de *pinus* tomaram conta da zona rural da cidade e de suas áreas de entorno; junto com as plantações, maquinários, caminhões e a ramificação econômica necessária para dar suporte à indústria também chegaram, junto aos problemas sociais e ambientais ocasionados por esse tipo de economia.

Com a consolidação desses fenômenos geográficos, o tropeirismo, a estrada de ferro e as Indústrias Matarazzo, junto aos espaços que eles ocuparam, ganham novos significados, novas demandas e novas perspectivas, sendo uma delas a do *turismo*. Jaguariaíva apresenta variadas belezas naturais como o Lago Azul, a Cachoeira do Véu da Noiva, o Vale do rio Codó, o Cânion do rio Jaguariaíva, o Parque Estadual do Cerrado, entre outros e, ao longo dos anos, vem consolidando-se como um destino do turismo ecológico e de aventura, alinhando-se com um possível aproveitamento turístico histórico e cultural dos fenômenos geográficos aos quais nos debruçamos.

Com o fenômeno geográfico do turismo, Jaguariaíva introduz um novo fenômeno que coexiste e ressignifica outros ainda; da mesma maneira que outros fenômenos geográficos, ele pode ser contextualizado na ciência geográfica, localizado no espaço e no tempo, tem sua tradição, demanda e perspectiva que são expressadas por práticas e por discursos próprios.

Em uma visão sobre a proposição relacional de espaço de Massey, os fenômenos geográficos apresentados em Jaguariaíva (visto como lugar) se relacionam com outros espaços/lugares - outros polos industriais da madeira, por exemplo. Desta maneira, os lugares se relacionam com os lugares a partir das “geometrias do poder” que caracterizam o fenômeno geográfico específico – considerando, o que não é verdade, que fosse possível mapear e fazer todas as relações entre eles. Contudo, as dificuldades de desvendar o lugar não se dão somente pela impossibilidade de realizar todas as conexões na multiplicidade do espaço a partir de um fenômeno geográfico.

Temos que considerar também outras duas situações: primeiro, vem a reconfiguração desses fenômenos pelo espaço-tempo (vide os fenômenos geográficos do Tropeirismo e da Ferrovia/Indústrias Matarazzo) e sua representação/relação com os alunos que, como vimos, parte de referências do presente; segundo, parte-se da primeira situação e se necessita da noção da coexistência dos fenômenos geográficos juntamente com suas reconfigurações no espaço/tempo. Dessa maneira, temos que considerar se a reconfiguração dos fenômenos geográficos coexiste em outros cotidianos.

Esse ponto de vista corrobora com os princípios máximos da didática de “partir da vivência e do conhecimento prévio do aluno”; temos que considerar que suas primeiras visões não são de cunho científico e partem de relações de interesse com o espaço. Nesse sentido, Massey (2008) em um contexto de abertura e fechamento da representação espacial aponta: “Se

a atividade científico-intelectual for, sem dúvida, como um envolvimento ativo e produtivo no/do mundo, ele é, todavia, um tipo particular de prática” (Massey, 2008, p. 55) e antes da nossa reflexão sobre essa relação, a autora complementa que a “[...] atividade intelectual não deve, no entanto, ser concebida como produtora do espaço, nem suas características estendidas para moldar nossas imaginações implícitas ao espaço.” (MASSEY, 2008 p. 55).

No campo da epistemologia da Geografia, as ideias de Massey podem conduzir para uma interpretação a respeito do pensamento de que a Geografia como prática escolar/disciplina escolar – como defende Straforini (2018) -, contribui para a composição das representações e para a formação da interpretação dos espaços vividos pelos alunos. *Será que a Geografia escolar, e sua relação com a Geografia acadêmica, está como reprodutora ou como transformadora da realidade social?* Uma maneira de compreender as práticas são os discursos espaciais provenientes dessa relação e que se efetivam nos documentos oficiais norteadores, como o currículo escolar. *Compreendido em um contexto de construção histórica e cultural, o currículo seleciona e trata os conceitos da Geografia escolar em um sentido de reprodução ou transformação socioespacial? Quando o discurso dos currículos chega por meio da Geografia escolar nos alunos, provoca imaginações/representações contextualizadas/descontextualizadas ou essencialistas/não essencialistas dos fenômenos geográficos que auxiliam e permeiam a formação da identidade espacial dos alunos?*

Refletimos com Goodson (2005) sobre um currículo que contemple os sonhos e angústias dos alunos e que pode ser observado pela identidade narrativa do aluno. A relação da ideia de currículo no contexto da Geografia escolar pode estar em como os fenômenos geográficos implícitos no lugar e suas interrelações influenciam na formação da identidade do aluno. Contudo, um pouco do que vimos ao longo da tese é um processo que exige uma sistematização que está ligada à forma que descrevemos, interpretamos, imaginamos e estabilizamos o espaço-tempo e não apenas conexões ligadas de forma simplista, raras, distorcidas, a fim de contemplar as exigências de documentos oficiais norteadores da Geografia escolar.

Nesse sentido, defendemos um ensino de uma Geografia escolar que, além de ser pautada no cotidiano, *localize o aluno* no espaço e no tempo. Como vimos, uma maneira de abordar o espaço e o tempo no ensino da Geografia é a partir do estudo do meio/caso dos fenômenos geográficos. Em nosso caso, isso se deu a partir da análise do lugar e da paisagem, ou do habitar e construir, respectivamente. O processo de habitar/construir está, ao nosso ver, atrelado ao processo de representação/ação, sendo que, no contexto da memória e geografia a representação é proveniente da estabilização - ainda que temporária - do processo mimético e



que orienta as “visões e concepções de mundo” e de espaço e, por sua vez, a ação, contempla a relação espaço-memória e que se efetiva na construção paisagem. Ao longo do tempo, com a alteração da representação, e por conseguinte, a alteração da concepção de espaço e lugar, a paisagem pode ganhar outros significados e funções.

As visões de mundo promovem práticas espaciais que, se vistas como um processo ou conjunto, permitem identificar na paisagem fenômenos geográficos. Contudo, como já posto, o processo (tempo) e a forma (espaço) podem modificar seu significado e/ou função de acordo com novos acontecimentos. Assim, funções e significados de lugares que expressam e representam fenômenos geográficos podem ser atualizados servindo, de certa forma, para uma melhor compreensão da dinâmica atual do espaço. Nesse sentido, é o desalinhamento entre significado e função em relação ao tempo e com o espaço que provoca uma representação descontextualizada dos fenômenos geográficos.

Em nossa pesquisa, uma maneira que identificamos a representação descontextualizada ou uma representação contextualizada foi por meio da observação/comparação da representação das práticas e dos discursos espaciais que, no texto, se dá por meio dos desenhos e das narrativas dos alunos com as características espaço/temporais do fenômeno geográfico que, em nosso caso, foi descrito pelo estudioso do município de Jaguariaíva, e nosso convidado, Rafael Pomim.

Além disso, buscamos outras fontes de referências como livros científicos, obras de arte, mapas e fotografias para fazer melhor compreender as características espaço/temporais dos fenômenos geográficos que configuram a história e o lugar de Jaguariaíva. Nesse sentido, elaboramos o quadro 13, que possibilita a comparação e descrição entre os elementos utilizados na pesquisa com as representações imagéticas e narrativas dos alunos:

Quadro 13 – Comparação e descrição entre os elementos utilizados na pesquisa com as representações imagéticas e narrativas dos alunos

Fenômeno geográfico foto/obra de arte/mapa	Representação imagética dos alunos	Representação narrativa dos alunos
Tropeirismo		
		<p>Um homem chamado Jean Baptiste Debret, que veio estudar as plantas aqui do Brasil, no ano de 1827. Ele pintou a Pedrinha, que não era a Pedrinha, que era tudo mato, depois de uns anos ia ser a Pedrinha. (Relato verbal do aluno K.</p> <p style="text-align: center;">* * *</p>

		<p>Jaguariaíva não foi sempre uma cidade como é hoje. Antigamente era uma fazenda, a fazenda do Coronel Luciano Carneiro Lobo. Aqui era a rota de alguns tropeiros que levavam e traziam cargas Brasil a fora e precisavam passar por aqui. Como o coronel tinha muitas escravas, nessas viagens os tropeiros se envolviam com elas e formavam famílias. Mas como não tinham onde morar, pediam permissão para o Coronel para ocupar um pequeno espaço em sua fazenda para construir uma casinha simples para morar com sua pequena família. Tiveram muitos casos assim e a fazenda Jaguariaíva foi se expandindo. (Aluno K.)</p>
Indústria Matarazzo/Ferrovia		
		<p>Antigamente Jaguariaíva não era nada, havia somente uma fazenda do Coronel Luciano Carneiro Lobo que morava na Cidade Alta, onde construiu muitas casas e prédios, que estão presentes até hoje em nossa cidade. Depois de um tempo, chegou na cidade a ferrovia, que também trouxe para a cidade muitos benefícios. A partir disso, começou a expandir a cidade baixa. Foram trazidos para cá lojas, mercado, campo de futebol, farmácia e outras coisas mais. [sic.] (Relato verbal da aluna A., 2014)</p>
Indústria da madeira		
		<p>A PISA é uma grande consumidora de madeira para fabricar matéria-prima para o papel jornal. Ela só consome a madeira do <i>pinus</i> que é plantada e cortada com aproximadamente 10 anos, mas, às vezes, é cortada com 9 anos porque ela está mais fina e para eles é mais fácil cortar. As árvores mais grossas vão para a BRASPINE. A BRASPINE, que é quase igual à PISA, consome madeira grossa para fazer molduras. [sic.] (Relato verbal do aluno S., 2014)</p>

O quadro, que contempla os fenômenos geográficos estudados, contém as referências (para o leitor) na primeira coluna, representação por imagem na segunda, e uma representação pela narrativa na terceira coluna, sendo as duas últimas realizadas pelos alunos. As referências narrativas de Rafael Pomim não foram contempladas por questão de organização do quadro, mas podem ser revisitadas no texto da tese. As influências das referências de Rafael Pomim são melhor observadas nos fenômenos geográficos do Tropeirismo e da Ferrovia/Indústrias Matarazzo. Já as referências sobre o fenômeno geográfico da Indústria da Madeira se dão por meio das atividades com fotos.

A observação e comparação dos elementos do quadro mostra, por parte dos alunos e cada um ao seu modo, uma inserção gradativa de elementos técnicos na paisagem, correspondentes ao fenômeno geográfico estabelecidos.

No campo do Tropeirismo, que se estabelece a partir da segunda metade do século XVIII com o caminho de Viamão-Sorocaba, vimos talvez a primeira imagem de Jaguariaíva feita pelo pintor francês Jean Baptiste Debret, onde ele retrata o *Porto de Jaguariaíva*, em 1827. Nela, constatamos poucos elementos técnicos sobre a paisagem ainda pouco alterada, representando o início da ocupação do local. Na frente e em mesmo sentido, a representação do aluno K. mostra uma casa, plantação e criação de animais e, em um sinal de transformação do espaço o mesmo aluno pontua: *“Ele pintou a Pedrinha, que não era a Pedrinha, que era tudo mato, depois de uns anos ia ser a Pedrinha.”*

A segunda imagem referência do Tropeirismo é a o mapa do caminho dos tropeiros, que representa as cidades por onde tais exploradores do espaço passavam. Logo a frente, temos uma representação imagética que se assemelha muito à primeira. Os poucos elementos técnicos como a casa de madeira, a plantação e o cercado para plantação na beira do rio (considerando que a parte baixa da cidade foi construída na beira do rio) denotam o início de uma ocupação e formação urbana.

Para nós, essa narrativa expressa a transformação de um espaço rural em um espaço urbano, acompanhe: *“Jaguariaíva não foi sempre uma cidade como é hoje. Antigamente era uma fazenda, a fazenda do Coronel Luciano Carneiro Lobo”* e a relação da transformação do espaço urbano com o caminho dos tropeiros e a vida cotidiana, onde destacamos o seguinte trecho: *“Aqui era a rota de alguns tropeiros que levavam e traziam cargas Brasil afora e precisavam passar por aqui. Como o coronel tinha muitas escravas, nessas viagens os tropeiros se envolviam com elas e formavam famílias. Mas como não tinham onde morar, pediam permissão para o Coronel para ocupar um pequeno espaço em sua fazenda para construir uma*

casinha simples para morar com sua pequena família.” O habitar e construir estão inseridos na narrativa revelando as práticas e discursos espaciais daquele contexto temporal.

Em seguida, no fenômeno geográfico da Ferrovia/Indústria Matarazzo, temos como imagem de referência a obra da pintora Tarsila do Amaral intitulada *A Gare* (1925), representando a estação ferroviária e o condomínio/frigorífico Matarazzo, que data do início do século XX. Esse período da história do Brasil está relacionado ao início da industrialização e a uma identidade nacional que expressam o progresso, representado aqui pela Ferrovia e Indústria Matarazzo e muito exaltado na obra de Tarsila. Quando observamos o desenho da aluna A., constatamos a chegada da ferrovia em primeiro plano e as construções de madeira a algumas árvores no segundo plano. Essa representação de imagem se conecta com a narrativa da aluna A. na seguinte frase: *“Depois de um tempo, chegou na cidade a ferrovia, que também trouxe para a cidade muitos benefícios. A partir disso, começou a expandir a cidade baixa. Foram trazidos para cá lojas, mercado, campo de futebol, farmácia e outras coisas mais.”* Como podemos perceber, para aluna A. a Ferrovia é propulsora de um desenvolvimento econômico da cidade nesse período e auxiliou a ocupação populacional e comercial da cidade baixa e que, ao nosso ver, pode ser representada pelas construções de madeira dispostas no seu respectivo desenho.

Outro fato observado é a questão da duração e sucessão dos fenômenos geográficos com o espaço. Acompanhemos: *“Antigamente Jaguariaíva não era nada, havia somente uma fazenda do Coronel Luciano Carneiro Lobo que morava na Cidade Alta, onde construiu muitas casas e prédios, que estão presentes até hoje em nossa cidade.”* Ao nosso ver, para a aluna A. o tempo da fazenda do Coronel – que corresponde ao período do Tropeirismo – está ligado, sobretudo, à cidade alta e que tem como evidência as construções antigas que permanecem até hoje. Dessa maneira, por influência do nosso historiador, a aluna A. associa o desenvolvimento da cidade alta ao Tropeirismo e da cidade baixa à Ferrovia e Indústrias Matarazzo.

Dessa maneira, a atividade apontou para uma territorialização do espaço-tempo nos fenômenos geográficos que, de certo modo, configura a cidade de Jaguariaíva como lugar. Para nós, o alcance da territorialização pode influenciar a sociedade em diferentes facetas quando ressignificadas e/ou refuncionalizadas. Por exemplo, as construções antigas da cidade alta são utilizadas hoje por alguns restaurantes, salões de beleza, festas religiosas, turismo, entre outros, sendo mais restritos economicamente para a população em geral. Por outro lado, o centro comercial da cidade atual está localizado em um espaço mais estruturado que antes fora beneficiado pela Ferrovia e Indústrias Matarazzo. Dessa maneira, concepções e práticas

determinam a configuração do espaço que, por sua vez, distanciam ou aproximam histórias – grupos ou sítios sociais – revelando, ao menos em partes, a essência do lugar.

Como último fenômeno geográfico, temos a Indústria madeireira. Como descrito no texto, os produtos sobre esse fenômeno geográfico são os menos vistos nas representações que derivam da atividade na qual Rafael Pomim visita as escolas. Uma outra atividade em que esse fenômeno geográfico pode ser observado é em *Jaguariaíva em fotos*.

O quadro 13 traz na imagem de referência uma plantação de *pinus* e na representação imagética do aluno uma indústria do papel, justaposta a uma plantação de *pinus* e, no canto inferior esquerdo, um rio poluído onde, talvez, possa-se representar os impactos ambientais causados pela indústria e pela plantação. Por fim, a representação narrativa do aluno demonstra conhecimento sobre o processo industrial e o tratamento do *pinus*.

Em uma primeira análise que sintetiza as informações do quadro, observamos que dentro de um contexto temporal, os elementos que configuram a paisagem são alinhados com as características observadas nos referidos fenômenos geográficos. Nesse sentido, de uma maneira inicial, faz-se uma representação contextual por expressar práticas e discursos que configuram a concepção de espaço que originam/estruturam os fenômenos geográficos.

Contudo, observamos também uma diferença na concepção da representação do espaço entre os fenômenos geográficos. As representações imagéticas e narrativas produzidas pelos alunos que se referem aos fenômenos geográficos do Tropeirismo e da Ferrovia/Indústria Matarazzo, assemelham-se muito às falas de Rafael Pomim (podem ser observados na análise dos resultados em seus respectivos fenômenos). Nesse sentido, as representações dos alunos referentes a esses fenômenos geográficos replicam, mesmo que exista uma reconstrução da narrativa cada uma a sua maneira, e tem um tom passivo quando comparadas aos fenômenos geográficos da Indústria da Madeira.

Esse último fenômeno foi pouco representado pelos alunos, tanto na atividade em que Rafael Pomim estava envolvido quanto na atividade sobre as fotos. No entanto, a narrativa do aluno S. demonstra um grande conhecimento sobre as indústrias e processo de beneficiamento da madeira na cidade. No contexto da pesquisa, a aproximação espaço-temporal dos fenômenos geográficos promove uma melhor compreensão, argumentação e intervenção. Por outro lado, como vimos no Tropeirismo e Ferrovia/Indústria Matarazzo, o distanciamento do contexto espaço-temporal restringe o aluno à descrição e reconstituição dos cenários. Por último e seguindo o raciocínio de pensamento colocado durante a tese, o desalinhamento da concepção espaço-temporal dos fenômenos geográficos pode provocar representações descontextualizadas e/ou essencialistas, como vimos ao longo do texto.

Uma outra perspectiva de pensamento que reforça “a potência do presente” nas representações dos alunos deu-se com a análise da atividade envolvendo as fotos. Ao longo da tese, em especial nos quadros 7 e 8, vimos que os lugares que remetem a fenômenos geográficos foram ressignificados e seus lugares/paisagem de outrora foram refuncionalizações e remetidos a um novo fenômeno geográfico, o turismo.

Quadro 14 - Fotos e fenômenos geográficos (ressignificados ou não)

Lugar das Fotos	Quantidade/%	Fenômeno Geográfico
Parque Linear	10/24%	Turismo
Lago Azul	4/9,7%	Turismo
Natureza de Jaguariaíva	3/7,3%	Turismo
Palacete Matarazzo	8/19,5%	Ferrovia/Indústria Matarazzo e Turismo
Antiga Estação/Prefeitura	4/9,7%	Ferrovia/Indústria Matarazzo e Turismo
Condomínio Matarazzo	2/4,8%	Ferrovia/Indústria Matarazzo e Turismo
Enchente de 1954	2/4,8%	(Relações com Ferrovia/Indústria Matarazzo)
Araucária	3/7,3%	Indústria da Madeira
Industria de Jaguariaíva	3/7,3%	Indústria da Madeira
Parque Rui Cunha “Tropeiros”	1/2,4%	Tropeirismo/Turismo
Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria	1/2,4%	Tropeirismo/Turismo
Total	41/99,36*	

*No cálculo de porcentagem desconsideramos a segunda casa decimal justificando **não** chegar aos 100%
Elaboração: CALANDRO, 2020

Na atividade de fotos, em todo o percentual, apenas 18,4% (Enchente de 1954, Araucária e Indústria de Jaguariaíva) não têm a ver com o processo de turismo (considerando que foram ressignificados os conceitos de Tropeirismo e Ferrovia/Indústria Matarazzo, como vimos ao longo da tese). Portanto, em 79,6% das representações dos alunos os lugares de Jaguariaíva têm, de maneira direta ou indireta, relações bem próximas com um Turismo. Além disso, vimos lugares/paisagem como o Parque Linear, o Lago Azul e a Natureza de Jaguariaíva que estão diretamente ligados ao turismo e que correspondem juntos a 41% das representações sobre as fotos.

Deste modo, o Turismo (no conjunto de suas significações e ressignificações historicamente constituídos) junto com a indústria da madeira, coexistem como duração econômica em Jaguariaíva. Tais eventos, cada um a sua maneira e com intensidade diferentes, marcaram a memória dos alunos participantes dessa atividade, dando indícios para temas

geradores que possam ser usados dentro de um currículo identitário que auxilie na reflexão da narrativa da comunidade local.

Dentro desse contexto de eventos que remetem a fenômenos geográficos que significam e ressignificam as representações dos alunos, nessa seção final propomos uma sistematização do ensino de Geografia a partir da temática do pensamento geográfico.

Fenômenos geográficos e pensamento geográfico: uma tentativa de sistematização do ensino de geografia

Ao longo da pesquisa, vimos que os conceitos de lugar/paisagem, ou em outras palavras, habitar/construir são indissociáveis na forma como os alunos representaram a cidade de Jaguariaíva. Em tal fato foi constatado que cada representação imagética (desenho) que apresentava a paisagem, vinha acompanhada de uma representação narrativa (texto) no intuito de complementação de sentido para a produção. Assim, a narrativa, de certa forma, explicava o ato de habitar, enquanto o desenho explicava o ato de construir em relação aos fenômenos geográficos trabalhados.

No contexto da pesquisa, o ato de habitar e construir contextualizados no espaço e no tempo em suas múltiplas facetas de significações e ressignificações explicam ou revelam a essência do lugar/espaço a partir de eventos/acontecimentos atrelados aos fenômenos geográficos. Assim, o pensar pela Geografia pode ajudar na compreensão do espaço e do tempo em que um lugar está representado/inserido e, também, auxiliar na reflexão de tradição, demanda e perspectiva de uma comunidade e na formulação de um currículo identitário que contribua para esse objetivo.

Contudo, pelas representações analisadas na tese, vimos também que os alunos foram marcados (cada um de uma maneira e intensidade) pelos fenômenos geográficos em um processo contínuo de configuração e reconfiguração da memória. Assim, antes de propormos uma sistematização para os alunos pensarem pela geografia, apontamos onde começar, ou por onde eles são (no sentido ente/ser/identidade) geografia que, em nosso caso, passa pelos fenômenos geográficos e seus desdobramentos que foram representados ao longo do texto da tese.

Uma maneira de pensar sobre a geografia a partir da pesquisa é a relação espaço-temporal nas constantes reconfigurações a partir da paisagem/lugar por meio dos fenômenos geográficos. Nesse sentido, no texto *A Geografia serve para desvendar máscaras sociais* (2015), Moreira aponta:

Ora, a relação homem-meio não é só movimento temporal, mas movimento dialético de transformação recíproca de conteúdo e forma, equivalentes de tempo e espaço, porque de continuidade e descontinuidade. Esse caráter dialético é que faz compreender as leis de movimentos da relação homem-meio como formação espacial.

É através da dialética do espaço-tempo que podemos acompanhar os processos e estágios de desenvolvimento das formações espaciais enquanto estágios diferentes da relação homem-meio no tempo. Sem ela, a noção de arranjo espacial torna-se estática, meramente uma estrutura formal da formação econômica e espacial. (MOREIRA, 2015, p. 66-67).

Nesse sentido, pensar pela Geografia escolar em nossa pesquisa é pensar nas relações entre espaço-sociedade e sociedade-sociedade e como os sucessivos eventos/acometimentos (re)construíram tradições e promoveram múltiplas demandas e perspectivas sobre o espaço, provocando alterações no habitar e construir do espaço até aqui e até agora. Assim, os lugares e paisagens inseridos no espaço têm uma história para contar e são contados pela sociedade.

Em nosso caso, os interlocutores da sociedade foram os alunos. Percebemos neles, quando levados a refletir sobre as paisagens que remetem aos fenômenos geográficos estabelecidos, um interesse por práticas cotidianas que foram ressignificadas e/ou refuncionalizadas e que não tem muito a ver com o contexto histórico e geográfico em que foi produzido. No entanto, é uma representação (nesse caso, considerada conhecimento prévio) que se apoia no presente, mas que, se atrelado a uma narrativa que relacione essa reflexão de um arranjo espacial que mostre seu desenvolvimento, sua continuidade e sua descontinuidade ao longo do tempo e que auxilie na explicação do até aqui e até agora, pode contribuir para um melhor entendimento da realidade local do aluno e ressignificar o fenômeno geográfico ao ponto de fazer parte de sua construção como ser humano e membro da comunidade onde vive.

Nesse sentido, para o aluno, a sua relação com o espaço de vivência deixa de ser topológica - referente a um pensamento espacial - e passa ser uma relação com a sociedade (política, econômica e cultural) – referente a um pensamento geográfico. Besse (2006), em uma discussão sobre seu objeto de estudo, a paisagem e sua relação com o habitar/lugar, pauta-se em *O homem e a terra* (1946) de Eric Dardel para ressignificar a relação do homem com paisagem, acompanhe:

[...] O homem moderno perdeu este dispositivo topológico marcado pelas oposições próximo/distante, horizontal/vertical, centro/periferia, que constituía outrora o quadro da existência humana, a estrutura do seu pensamento. A função da paisagem se precisa então: ela permite manter uma relação viva entre homem e natureza que envolve imediatamente. A paisagem

desempenha o papel de “mediação” que permite à natureza subsistir como o mundo para o homem. (BESSE, 2006, p. 82).

Em nossa pesquisa, os fenômenos geográficos e suas marcas no espaço (vista no contexto do geógrafo/professor de geografia), fortaleceram a memória e vínculos identitários com o lugar/espaço. Assim, os lugares de memória ajudaram a contar a história de uma comunidade e que, em nosso caso, tem os alunos como interlocutores e que, como resultado de interpretação, apresentou um distanciamento muito grande da interpretação dos geógrafos/professores de Geografia.

Dessa maneira, mesmo falando de um mesmo espaço/lugar/paisagem e suas ressignificações, os saberes e a compreensão cotidiana entre o geógrafo/professor e o aluno são múltiplos. Besse comenta:

Ora, a geografia é transpassada pelo mesmo problema. Certamente, como ciência dos espaços e dos meios, ela se desenvolve no plano das explicações e por aí se abstrai do mundo, modelizando-o. Mas todos sabem que o saber geográfico é a expressão das aventuras do olhar viajante. Originalmente, o saber geográfico é a repercussão ou o prolongamento de uma experiência. A geografia é frequência do mundo e paixão pelo mundo na sua densidade e variedade fenomenal, ao mesmo tempo que é uma ciência do espaço. O geógrafo habita o mundo ao mesmo tempo que procura compreender-lhe as estruturas e movimentos. (BESSE, 2006, p. 82).

Ao nosso olhar, a Geografia tal como colocada, passa pelo mesmo problema da memória, a prescrição. Assim que nossa compreensão de mundo depende da nossa representação de mundo que, por sua vez, está alicerçada no círculo hermenêutico da memória. Dessa forma, a Geografia como *prolongamento da experiência* está limitada à interpretação dos fenômenos geográficos do seu campo de estudo e de seus modelos teórico-metodológicos.

Besse (2006) a partir de Dardel, mostra um caminho que pode superar esse problema epistemológico e didático que percebemos na pesquisa e está na relação ser e Geografia. Apoiado em Dardel, Besse (2006) coloca que é impossível desvincular o ser e sua relação com a terra do geógrafo e sua forma de interpretar o mundo. Assim, para o autor, a Geografia passa a ser uma dimensão de sentido para compreender os discursos e práticas em relação ao mundo.

Para sistematizar a relação homem e a terra, Besse identifica dois níveis de atividade geográfica em Dardel. Um primeiro está relacionado ao saber construído ao longo do tempo e está ligado, inicialmente, a questões epistemológicas como objeto e método científico; o segundo se relaciona com o primeiro a partir da sua indagação. Acompanhe:

[...] A geografia não pode ser vista somente na perspectiva de uma indagação sobre seu grau e sua forma de cientificidade. Porque, segundo Dardel, a geografia não é prioritariamente uma ciência, mesmo que ela se torne uma. Neste nível, a geografia é definida por Dardel como uma dimensão originária da existência humana. Por consequência, a questão sobre a geografia deve ser ligada a uma questão mais ampla, mais fundamental também, mas no interior da qual a geografia ocupa um lugar decisivo: a questão do ser do homem. (BESSE, 2006, p. 85).

Para Besse, uma das maneiras pela qual Dardel aponta essa forma de pensar pela geografia na relação homem-mundo é a partir da materialidade do espaço geográfico. Dardel não vê o espaço geográfico a partir de um espaço euclidiano que, na maioria das vezes, está atrelado aos modelos teóricos e metodológicos de análises espaciais. Sua forma de interpretar o espaço geográfico é pela fenomenologia:

[...] O espaço geográfico é, de início, um espaço concreto, espaço praticado, vivido e percebido, um espaço de vida (calco esta expressão sobre aquela, especificamente fenomenológica, de “mundo-da-vida”). A realidade geográfica é dos mundos vividos da humanidade, e o geógrafo, por consequência, deve levar em conta esta realidade para formular seu discurso. (BESSE, 2006, p. 87).

Essa concepção de espaço vivido da geografia leva à noção de *representação* que, de certa maneira, está atrelada à concepção de mundo que construímos. Como vimos ao longo da pesquisa, quando a *representação* está inserida em um contexto de espaço aberto ela pode ser, também, orientação para *ação*, modificando práticas e discursos espaciais. As modificações de práticas e discursos podem, de maneiras menos ou mais expressivas em durações cotidianas, estar atreladas a mudanças dos atos de habitar/lugar e construir/paisagem.

Dessa forma, o homem marca o espaço construindo, continuamente, a paisagem e o lugar; por conseguinte, derivam desses conceitos práticas, discursos, demandas e expectativas atos de habitar e construir que, por sua vez, também são contínuos e marcam o homem. Assim, uma história do espaço é formada em uma relação dialética a partir do vivido, do percebido e do praticado.

Essa perspectiva de pensamento remete ao “ser geográfico” de Martins (2015). O ser (indivíduo) vive e é fruto de uma relação dialética com um ente (espaço). Por sua vez, a partir de processos de negociações e relações de poder levam em conta demandas e perspectivas de um determinado contexto cotidiano, se especializa no espaço formando/alterando a paisagem. Contudo, esse mesmo processo coexiste com outros cotidianos, formando o que Massey (2008) coloca como “coetaneidade”. Como resultado, temos múltiplas frentes transformadoras do

espaço, podendo representar uma continuidade ou descontinuidade do ente (entende-se como fenômeno geográfico). Nesse processo, o ente pode ser refuncionalizado ou ressignificado reconfigurando a representação do ser.

Na pesquisa vimos esse movimento acontecer ao observarmos a coexistência dos fenômenos geográficos do Tropeirismo, da Ferrovia/Indústria Matarazzo e da Indústria da Madeira. Contudo, mesmo quando um edifício está presente na paisagem e, de certa forma, cristaliza um pensamento ou ideia de um fenômeno geográfico, quando se altera a duração (em nosso caso econômica), o fenômeno geográfico se ressignifica ou refuncionaliza.

Talvez essa reconfiguração do fenômeno geográfico é a melhor forma de compreender que a memória pode transcender a matéria. Quando os alunos apresentam outro sentido - vistos a partir de discursos e práticas - para os elementos da paisagem que representam respectivos fenômenos, a cristalização da ideia não faz mais sentido. Assim, as práticas e os discursos representam formas de a memória transcender a matéria. Mesmo que se a memória cristalizasse a ideia de um fenômeno geográfico no espaço, fechá-lo-ia para o político (demandas e perspectivas).

Sobre a relação ser (indivíduo) e ente (espaço) e a abertura do espaço, Besse (2006) explana sobre Dardel:

Um relevo não é para Dardel uma simples representação produzida pelo sujeito, é uma forma, e se, na sua potência, esta forma vem animar a vida mental daquele que visualiza, ela o faz à maneira de um acontecimento ou um movimento transpassante. Essa realidade geográfica é um evento (Dardel fala, evocando Whitehead, de uma “realidade-evento”), mais do que um “objeto” colocado diante de um “sujeito”. É um dado elementar da vida do espírito humano em contato com a Terra. É uma qualidade essencial do lugar em que o homem se encontra, dando à sua experiência do momento uma essência e densidade próprias. Este relevo, esta luz, mas também essa construção ou este aglomerado urbano, impõe à minha percepção a sua potência e estruturam de modo radical ou alimentar não apenas minha experiência, mas também meu pensamento sobre o mundo a partir deste lugar. (BESSE, 2006, p. 88).

No entanto, ao nosso ver, o evento geográfico como alteração da representação, tem como categoria que remete à representação-ação a “fricção da distância” (HARVEY, 2009), onde as relações entre ente e ser podem ser mais ou menos intensas e, que em nosso caso, tem a ver com a relação intensidade de significação (memória e esquecimento). Quando a intensidade desse processo é alta, temos a apropriação/domínio do espaço sobre a perspectiva/duração significada, podendo manter - reprodução do espaço - ou alterar - mudança do espaço – alterando a representação, portanto, o ser. Em síntese, esse processo pode alterar a

representação em dois sentidos: a perspectiva - a partir da refuncionalização e ressignificação - ou a própria duração - domínio do fenômeno geográfico em sua essência.

Entendemos que o lugar, visto a partir dos fenômenos geográficos, não apresenta apenas uma essência, mas múltiplas essências, configuradas a partir de um arranjo específico entre o inter cruzamento das instâncias sociais (jurídico/política, ideológica/cultural e econômica) e o ser (em seu processo de significação que prescreve o habitar e construir), mas que também está atrelado às instâncias sociais. Desta forma, podemos perceber a configuração histórica dos lugares a partir dos fenômenos geográficos que os constituem a partir de suas durações, suas coexistências, suas ressignificações entre as instâncias sociais ao longo do tempo. No ser, a essência do lugar se apresenta a partir da síntese estabilizadora desse processo, configurando, assim, a representação e a prescrição da ação. Desta maneira, se a memória é a base para compreensão do mundo, o lugar/paisagem – em suas múltiplas configurações e representações - é a base para compreensão do mundo social e geográfico.

Assim, a essência, ou as essências do lugar são mediadas pelas relações entre representações das instâncias sociais e intensidade das relações do ser com os entes dispostos no espaço que expressam um fenômeno geográfico. Para Besse (2006), cabe ao geógrafo analisar os impactos dessas significações no espírito, na representação e ação humana. Em nosso caso, a memória vista como constructo social, auxilia a entender por meio do círculo hermenêutico as influências dos múltiplos contextos e grupos sociais que o indivíduo fez parte ao longo da via e, de certa forma, de como ele interpretou e significou toda essa experiência/acontecimento.

Como resultado da pesquisa, ficou evidente a influência do presente na interpretação dos fenômenos espaciais que configuram a paisagem/lugar de Jaguariaíva. Desta maneira, nossos esforços teórico-metodológicos buscam fazer uma relação entre o pensamento geográfico ou uma consciência geográfica no ensino da Geografia a partir dos conceitos de paisagem e lugar. Para tanto, vamos utilizar duas autoras: Lana de Souza Cavalcanti, com *Pensar e ser Geografia* (2019) livro no qual ela desenvolve o capítulo *O desenvolvimento do pensamento geográfico: orientação metodológica para o ensino*, que contempla o pensamento geográfico, e Hellena Copetti Callai que apresenta um artigo na revista *Ciência Geográfica* (AGB – Bauru) cujo título é *Na geografia, na paisagem, o estudo do lugar e a pesquisa como princípio de aprendizagem*, de 2020, que discute a relação paisagem e lugar no ensino da Geografia.

O texto de Cavalcanti (2019), tem como objetivo “ensinar um modo de pensar pela Geografia, ensinar a pensar por meio dos conteúdos que são vinculados nas aulas dessa

disciplina, estruturados a partir de conceitos e princípios.” (CAVALCANTI, 2019, p. 139). Contudo, para a autora, a justificativa apresentada “é a de que há uma estreita ligação entre o ensino de Geografia e o de desenvolvimento da capacidade do pensamento geográfico.” (CAVALCANTI, 2019, p. 140). No entanto, a Geografia, assim como todos os campos da ciência, representa apenas um ponto de vista da realidade. Em uma relação ser (indivíduo) e ente (objeto) colocado por Martins (2015) ao longo do texto, Cavalcanti (2019) disserta:

Nesse sentido, o espaço geográfico é o foco central da análise geográfica, que é feita na relação entre sujeito e objeto. E o conhecimento geográfico é resultado de uma relação de interdependência entre esse sujeito e esse objeto, em que ambos participam ativamente. Por um lado, o objeto tem uma realidade objetiva (existe sem o sujeito); por outro, o sujeito também tem sua existência objetiva, mas é constituído histórica e socialmente. Assim, o conhecimento que resulta da relação desses dois componentes não é a realidade reproduzida idealmente pelo sujeito, mas uma aproximação dessa realidade. Como já foi argumentado, a realidade tem uma dimensão espacial-geográfica objetiva, porém, é o sujeito que, ao indagá-la, de modo peculiar, constrói uma compreensão sobre essa realidade, a partir de um sistema de princípios e conceitos, que também são elaborados histórica e socialmente pelos homens, em seu processo contínuo de produção de conhecimentos, ao lidarem com o mundo. (CAVALCANTI, 2019, p. 141).

Dentro do contexto da memória, podemos entender a ciência geográfica como um campo composto por um “nicho”, “sítio” ou “grupo” social que integra indivíduos. Grupos sociais refletem ideias, costumes e, nesse caso específico, conhecimentos. Contudo, o indivíduo ao longo da sua vida social se depara com diversos grupos sociais, sendo afetado por cada um deles a sua maneira. Sendo assim, a formação do sujeito é multifacetada e deriva dos diversos grupos - lê-se aqui campos da ciência - que ele teve contato e da maneira que ele se relacionou e significou ao longo da vida. Sendo assim, o paralelo entre memória e ciência geográfica é que a realidade (tal como compreendemos até aqui e agora), assim como a memória do indivíduo, é formada por múltiplos “grupos”, “sítios”, “nichos” ou “instâncias”.

No entanto, diferentes dos grupos sociais, os campos da ciência (incluindo a Geografia) criaram formas de sistematizar a realidade. Por isso, a construção de métodos, categorias e conceitos. Segundo Cavalcanti:

Assim, o espaço geográfico, como objeto de análise desse campo disciplinar, é uma abstração, uma construção teórica que permite apreender uma determinada dimensão da espacialidade das coisas do mundo, porque construiu instrumentos para essa empreitada. A realidade, nessa perspectiva, existe em si mesma, é, portanto, objetiva. (CAVALCANTI, 2019, p. 141).

Nesse sentido, com o objetivo de alinhar a instância espacial da realidade com a memória afim de ser interpretado pela campo da ciência, nos pautamos nas contribuições teóricas e de método de representação geográfica de Moreira (2015), o ser geográfico de Martins (2005), o interesse do geógrafo pelo tempo, com Corrêa (2018), o pensamento espacial e geográfico de Strafroni (2017), a espacialidade dos fenômenos espaciais de Roque e Valadão (2014), a narrativa histórica a partir do presente de Anhorn (2014), e a coetaneidade de Massey (2018) que nos fez refletir sobre um viés metodológico que considere a memória, para o que montamos o esquema 2 - *Localização dos fenômenos/paisagem geográficos no espaço-tempo*, que pode ser verificado na página 87.

Outra contribuição é a evocação da memória em relação a um acontecimento-evento que exige uma argumentação ou defesa do ponto de vista. O alinhamento contextual do acontecimento-evento com a nossa memória que pensa/age e representa o mundo de acordo - ao menos em partes - com determinada instância ou grupos sociais que nos constitui/constituiu. Assim, no contexto da pesquisa, o “pensar pela Geografia” exige um contexto que evoque a memória e que, de certa maneira, está atrelado a um acontecimento-evento. Pelo lado da memória, essa perspectiva desconstrói uma visão cronológica e pelo lado do pensamento geográfico, evoca toda nossa compreensão de mundo para um contexto específico no qual denominamos acontecimento-evento. Por isso, talvez, é mais fácil pensar e refletir por meio de uma pergunta/problema do que por temas mais amplos e menos objetivos.

Nesse contexto, chegamos à primeira parte do esquema que evidencia o percurso didático para a mediação do ensino de Geografia proposto por Cavalcanti (2019, p. 163) que é o da *problematização*. Antes de discutirmos a problematização, vamos colocar o objetivo do esquema proposto pela autora:

A proposta é a de que a atividade seja encaminhada de modo a provocar, a intervir na relação do sujeito (aluno) com a realidade (objeto de conhecimento), apresentando (mediando com), instrumento materiais e simbólicos para mediação dessa relação sujeito/realidade. (CAVALCANTI, 2019, p. 163-164).

Em nosso caso específico, utilizamos - mesmo que de maneira sugestiva - esse percurso didático dos fenômenos geográficos identificados e trabalhados ao longo da tese. No entanto, temos que considerar a localização dos fenômenos geográficos e o enredamento/alinhamento dos discursos e das práticas espaciais em relação aos fenômenos geográficos no espaço e no tempo. Para melhor compreensão do percurso didático, a autora coloca:

Num plano mais inferior do gráfico, designando três dimensões do percurso, estão ações de problematizar, sistematizar e sintetizar, indicando uma equivalência em termos de participação no processo, um encaminhamento (do problematizar ao sistematizar). Entretanto, esse processo é não linear, pois todas elas devem ser compreendidas como partes articuladas de um todo (que é um processo dialético), em relação de interdependência. (CAVALCANTI, 2019, p. 165).

Desse modo, vamos trabalhar as três ações do percurso didático considerando os resultados da pesquisa. Claro, nem todos os resultados se encaixam em todas as ações do percurso. Assim, vamos relacionar cada um em seu momento – da maneira que interpretamos e compreendemos.

Sobre a ação de problematizar, Cavalcanti aponta:

É imprescindível que os alunos se sintam afetados, de alguma maneira, pelos temas que serão trabalhados, antes mesmo de iniciar os estudos, renunciando com isso à explicação ou apresentação inicial do tema, algo tão comum nas práticas docentes. As questões formuladas, encaminhadas para fazer emergir problematização pelo tema, ajudarão o professor a conduzir seu trabalho para o que é essencial para o seu trabalho. (CAVALCANTI, 2019, p. 166).

No contexto da memória, “afetar o aluno” pode estar ligado à desestabilização da memória por um acontecimento. Eric Dardel, como vimos, coloca como uma realidade-evento que é capaz de agitar/estimular a mente humana. Assim, para não fugir do contexto, a problematização do tema abordado tem que estar relacionada à instância geográfica. No entanto, se o professor tiver domínio de outras áreas do conhecimento, é enriquecedor demonstrar outras instâncias que o mesmo objeto/tema aborda, facilitando a compreensão pelo aluno da realidade objetiva do objeto/tema.

Outro problema relacionado a “afetar o aluno” e que impacta diretamente na ação de problematizar é o interesse pelo tema considerando o espaço-tempo. Percebemos na pesquisa que o interesse dos alunos pelos locais que representam fenômenos geográficos trabalhados foi ressignificado e/ou refuncionalizado e está alinhado com o tempo atual. Dessa maneira, orientamos a problematização a partir do presente/demanda para, posteriormente, fazer ligações com passado/tradição e futuro/perspectiva, considerando o contexto espaço-temporal da função, do significado, das práticas e do discurso do objeto/tema. Nesse mesmo sentido, percebemos na pesquisa que os alunos conseguem argumentar melhor sobre temas/objetos que estão inseridos no espaço-tempo atual.

Nesse sentido, partimos para a sistematização da problemática ou das problemáticas evidenciadas. Cavalcanti coloca:

Nesse momento, é apropriado que se tenha em mente a problematização anterior, porque é preciso orientar a discussão dos conteúdos, no sentido de se buscar responder aos questionamentos e elucidar elementos da problemática levantada. Ainda que os conteúdos tenham outras prioridades ou abordagem, outros aspectos a tratar, não se pode deixar a problemática levantada inicialmente “deslocada” do trabalho sistemático do conteúdo, sob pena de se perder o sentido e a motivação dos estudos para os alunos. (CAVALCANTI, 2019, p. 166).

Esse momento é o de trabalhar os conceitos científicos da Geografia – sistematizados por meio de dados, teorias, classificação e informações -, no contexto da representação dos alunos sobre o fenômeno geográfico localizado e o problema percebido. No contexto da memória, os conceitos geográficos são vistos como evento-realidade que desestabilizam e reconfiguram a memória, alterando a representação sobre o fenômeno geográfico. Assim, é necessário que o professor entenda o limite do contexto do conteúdo em relação à problemática apresentada para que, como disse a autora, o aluno não perca a motivação e deixe de alterar a representação que, como vimos, se alterada, pode gerar outras práticas e discursos (espaciais).

Destarte, os conceitos geográficos empregados na elucidação dos problemas evidenciados a partir dos fenômenos geográficos, podem auxiliar também na compreensão das relações com outros fenômenos, processos, espaços e cotidianos (esquema 2 - *Localização dos fenômenos/paisagem geográficos no espaço-tempo*, p. 87.), reforçando o laço de solidariedade – em relação a um problema comum - por meio da coexistência.

Por último, vem a ação de sintetizar. A autora coloca:

Para finalizar uma unidade de conteúdo, é pertinente que se retomem pontos problematizados, que foram objetos de sistematização, teorias, classificação, dados, informações em um esforço de síntese, e de aplicação (não no sentido imediato) dos conteúdos da vida cotidiana. (CAVALCANTI, 2019, p. 166).

Em nossa visão, a síntese é a estabilização da representação, é o que fica depois da reconfiguração da memória a partir da sistematização do problema evidenciado. A aferência dessa alteração da representação e sua aplicação na vida cotidiana abre portas para discussão da avaliação escolar. No entanto, temos que evidenciar todo o processo de construção da síntese e não um produto acabado.

Dentro da nossa proposta, espera-se que o aluno consiga interpretar/representar/agir, a partir de conceitos da disciplina, aspectos da dimensão geográfica dos fenômenos trabalhados.

Contudo, não é objetivo transformar os estudantes em aspirantes a geógrafos, mas ensiná-los, minimamente, a interpretar sua realidade espaço/social de uma maneira mais sistematizada.

Lugar e paisagem são conceitos centrais em nossa pesquisa. Percebidos como habitar e construir, respectivamente, nos auxiliou a identificar e localizar os fenômenos geográficos mais relevantes de Jaguariaíva, bem como o enredamento de práticas e discursos no espaço-tempo. Por meio deles, evidenciamos a coexistência dos fenômenos, mas, também, a modificação de suas funções e significados e a relação dos estudantes com eles.

Os múltiplos referenciais teóricos e os materiais empíricos que abordamos na tese, nos revelaram que a essência do lugar até aqui e até agora é evidenciada pela síntese estabilizadora entre processos de duração dos fenômenos, de como eles são ressignificados e refuncionalizados ao longo do espaço-tempo (emergindo novas práticas e discursos) e da relação do ser com esses fenômenos. Assim, a singularidade do lugar se constitui temporariamente até a reconfiguração desse cenário por um acontecimento. Contudo, o lugar é formado por fenômenos que, por sua vez, são relacionais. Portanto, a melhor forma de entender os fenômenos é na sua relação com outros fenômenos da mesma natureza e/ou outros lugares (ver esquema 2, p. 87), o que amplia a noção de coexistência e de solidariedade.

Nesse sentido, a partir da relação do singular com universal, Callai (2020) enxerga a contribuição didática do lugar, acompanhe:

A realidade, quer dizer, o lugar onde se vive, deve ser conhecido e reconhecido pelos que ali vivem, pois, conhecer o espaço, para saber nele se movimentar, para nele trabalhar e produzir, significa conseguir reproduzir-se também a si próprio, como sujeito. Esta realidade (o lugar) pode ser a cidade (ou o município) que é por excelência o território compartilhado, o lugar da vida, onde se dá a reprodução, em determinado tempo e espaço, do mundo que é o global, do universal. Compreender a lógica da organização deste espaço permite que se perceba que as formas de organização são decorrentes de uma lógica que perpassa o individual, seja do ponto de vista da cidade como tal, seja das pessoas que ali vivem. (CALLAI, 2020, p. 62-63).

Na relação da memória, o lugar é base para compreensão de mundo e, de certa forma, se coloca como referência para o entendimento de outros espaços. Assim, ao vivenciarmos outros lugares, buscamos referência no que está representado e estabilizado em nossa mente. No entanto, as relações geográficas se constroem a partir do pensamento geográfico (que necessita de sistematização), ampliando a compreensão da instância geográfica do fenômeno.

Por fim, vamos discutimos a *paisagem* nesse contexto. Se por um lado o lugar auxilia a entender o lugar pelo ato de habitar, a paisagem ajuda por meio do ato de construir. Como fruto de um processo contínuo do habitar, a paisagem se coloca no espaço por demanda de

grupos/indivíduos – aqui se coloca as relações de poder. Nesse sentido, a paisagem revela pensamentos dos grupos que habitam o espaço. Como vimos, os edifícios que representam determinadas durações de fenômenos geográficos, podem mudar de função e significado ao longo do tempo, mas esse fato não deixa, também, de expressar os pensamentos dos grupos que habitam o espaço.

Fazer a leitura da paisagem é, portanto, uma possibilidade para que seja lida a realidade, seja lido o mundo da vida que acontece no lugar. Ao fazer a leitura vai se percebendo a história, o movimento, a mobilidade territorial, a seletividade espacial que é resultado do social. Pela cultura, muitas vezes territorializada no espaço de uma ou de outra forma, pode-se perceber os laços que os indivíduos traçam entre si, as formas de ação em relação ao ambiente, à natureza. Reconhecer a cultura local significa perceber a história do lugar, as origens das pessoas, as verdades e os valores que pautam as relações entre elas. (CALLAI, 2020, p. 64).

Os três fenômenos geográficos estudados ao longo da tese, suas marcas no espaço, seus significados e funções ao longo do tempo-espaço, ajudam a contar a história de Jaguariaíva e, de alguma forma, explica a sua constituição não apenas espacial, mas social, econômica e cultural. Nesse contexto, a autora aproxima o construir do habitar, a paisagem do lugar:

Entendida desta forma a leitura da paisagem se apresenta como uma possibilidade de fazer a leitura da realidade por meio de tudo o que existe naquele lugar, que se torna visível porque está edificada, materializada no território. Mas também nas entrelinhas daquilo que é visível, e estes expressam os motivos que desencadearam os fenômenos e expressam as relações dos homens entre si e destes com a natureza. (CALLAI, 2020, p. 64).

Contudo, a leitura da realidade em sala de aula por meio dos atos de habitar e construir sob a perspectiva de lugar e paisagem (como conceitos geográficos) exige a reflexão sobre sua instância geográfica. Assim, a autora reforça a importância do pensamento geográfico, o qual já abordamos com Moreira (2015), Martins (2005), Straforini (2017), Roque e Valadão (2014) e Cavalcanti (2019).

O pensamento geográfico é o elo que leva a fazer as interligações e que se assenta nos conceitos que encaminham as interpretações e ao fazer a teorização cria as condições de organizar essa informação de modo a que o aluno possa fazer a produção do seu conhecimento. (CALLAI, 2020, p. 66).

Sabemos da relação da memória com o pensamento geográfico. Sendo assim, sabemos que a memória guia nossas práticas e discursos, logo, nosso pensamento geográfico é guiado

sobre a imaginação geográfica que construímos ao longo do espaço-tempo. Massey (2000, 2008) entende o lugar sobretudo como múltiplo, além de interacional e aberto (que garantem a multiplicidade). Assim, o espaço comporta o emaranhado de histórias de pessoas que se constituíram de formas diferentes, logo pensamentos (geográficos) diferentes. Nesse sentido, Massey (2015) coloca:

Uma das implicações do “levar o espaço (ou a geografia) a sério” é o pleno reconhecimento da coexistência simultânea de diferentes outros (para uma pausa, um pouco de filosofia, por um instante: se o tempo é a dimensão da sequência e da mudança, o espaço é a dimensão da coexistência e da multiplicidade). (MASSEY, 2015, p. 39).

Dessa maneira, se a memória é guiada pelas instâncias e ciclos sociais, ela é também ideológica, logo, no fim do percurso, temos pensamentos geográficos ideológicos que, quando levamos aos extremos, podem levar a imaginações geográficas essencialistas, contraditórias e não políticas. É papel do professor, por meio da problematização e sistematização, contestar representações de mão-única, generalizantes e descontextualizadas (analisadas ao longo da tese).

Em uma visão complementar à ação de sistematização, a autora traz o termo coetaneidade (coexistência de cotidiano) que apresenta uma relação de interdependência (em alguns pontos), mas tem uma realidade objetiva singular e uma trajetória diferente. Dentro do contexto da pesquisa, seria uma situação generalizar a interpretação/representação do espaço e do tempo dos municípios do “Caminho dos Tropeiros” para as características de Jaguariáiva. Nesse sentido, Massey coloca:

A consciência espacial real deste argumento implica numa mirada-de-fora-para-dentro, uma vontade de dar pleno reconhecimento à existência de outros autônomos. Isto tem sido chamado um reconhecimento da “coetaneidade”. Talvez este seja, na verdade, um aspecto de uma “mente geográfica”.

Além disso, há implicações mais profundas. Como sugerido acima, é apenas com o reconhecimento da coetaneidade que é possível começar a examinar as muitas relações de poder e as interdependências que configuram esses lugares juntos e influenciam a evolução de seus personagens e de suas trajetórias. (MASSEY, 2015, p. 39).

Nesse sentido, o estudo do lugar e da paisagem - construções dos fenômenos geográficos - pode evidenciar as “negociações” entre os grupos/indivíduos na (re)produção do espaço. Contudo, esse estudo feito em múltiplo cotidiano de maneira simultânea (alinhando espaço-tempo), evidencia aproximações e distanciamentos nas trajetórias dos lugares. A multiplicidade

espacial remete à desigualdade e ao contraditório. Nesse cenário, Massey (2015) expressa a necessidade do pensamento geográfico:

O que nós precisamos é de uma imaginação de espaço que incorpore as geometrias de poder que constroem este mundo altamente desigual. O que está em questão é a forma como, em um nível muito básico, nós pensamos o planeta, na verdade, a forma como pensamos sobre o próprio espaço geográfico. (MASSEY, 2015, p. 38).

Sendo assim, temos que considerar a desigualdade para a (re)produção espacial que, de certa forma, está presente em todas as escalas. Contudo, para a autora, temos de levar em conta e “chamá-la” para a negociação - que acontece entre indivíduos e grupos que apresentam forças desiguais. Pensando na pesquisa, temos as categorias de tradição, demanda e perspectiva na negociação cotidiana, sendo a relação entre essas categorias entre os indivíduos e grupos que constrói a essência do lugar e da paisagem no município.

Nesse contexto, a geógrafa britânica explana sobre a mente geográfica e sua relação com a desigualdade e negociação:

E a minha afirmação aqui é que uma “mente geográfica” necessariamente implica em uma atitude da mirada-de-fora-para-dentro que, ao reconhecer a diferença, também indaga necessariamente sobre os termos da negociação. Aliás, a *disciplina* geográfica, como um exercício intelectual, pode contribuir para o rigor da maneira como nós imaginamos (e analisamos a imaginação de) essas noções geográficas essenciais: o espaço e o lugar. (MASSEY, 2015, p. 39-40).

Assim, a autora contribui para a sistematização do pensamento geográfico a partir de dois pontos: a representação descontextualizada e a busca pela diferença na configuração espacial - considerando a negociação - para a compreensão da realidade geográfica, trabalho este que necessita de sistematização a partir de dados, teorias, informações, relações e conceitos.

Procuramos responder as questões da página 66, para o que refletimos:

1) *É possível observar nas produções dos alunos, em textos escritos e imagéticos, expressões das relações entre os conteúdos da geografia escolar e os mais relevantes da seleção de estudo da localidade?*

Acreditamos que sim. Contudo, a multiplicidade de histórias e interpretação do espaço torna a seleção e tratamento das histórias da localidade muito complexa. Dessa forma, observamos que uma quantidade significativa das produções (ao menos em dois colégios) está ligada aos fenômenos geográficos importantes da localidade e que, de certa forma, se relaciona aos conteúdos da geografia escolar.

2) Os registros decorrentes das produções dos escolares revelam aspectos significativos do espaço da localidade?

Acreditamos que sim. Parte significativa das expressões constatadas foram importantes para a compreensão da configuração histórica e espacial do município de Jaguariaíva e do Brasil. Tomados os critérios econômicos do espaço como principais geradores da configuração espacial e, portanto, fenômenos mediadores do estudo da localidade.

3) Os materiais produzidos pelos escolares a partir da experiência de estudo da localidade do município de Jaguariaíva demonstram ou expressaram aspectos significativos da memória do espaço local? Tais memórias estabelecem relação com os conteúdos curriculares?

Sim. As memórias expressaram aspectos e visões de vida dos alunos no espaço que habitam. Teorizá-las e alinhá-las com algo mais amplo da sociedade pode auxiliar os alunos na busca de um sentido ou perspectiva de vida. Acreditamos que é nesse sentido que o currículo escolar e a geografia como disciplina devem trabalhar, um currículo que parte do pensamento e práticas do cotidiano e estabelecem conexões com a história e a configuração geográfica em diversas escalas. Contudo, percebemos uma má distribuição nas representações dos fenômenos geográficos – devemos considerar a história de vida de Rafael Pomim nessa análise – o que remete a uma melhor sistematização teórica e metodológica no tratamento e seleção dos fenômenos geográficos na sua relação com o estudo da localidade.

Esperamos com a apresentação de nossas ideias ter contribuído para a reflexão da construção da memória espacial a partir da representação do espaço em suas tradições, modos de ser e estar, de produzir e de impactar produções naquele que o habita.

As referências ideológicas com que trabalhamos conduzem-nos ao entendimento do espaço geográfico como um contínuo, iniciado antes mesmo da formação dos sujeitos, num movimento de geograficidade que entende o espaço como uma construção para além do próprio espaço, tal como na historicidade, que entende o tempo para além do tempo, que sai dos limites do visual e caminha para dimensões mais amplas, aqueles que prezam pela experiência vivida.

A memória, para além de um simples significado biológico, apresenta-se a nós como uma via de criação de significados das experiências sensoriais que um dia se materializaram e,

mais além, como um mecanismo de retenção daquilo que importa a partir do qual se pode construir, reconstruir, desfazer ou refazer a própria história e a própria geografia, ou o próprio tempo e o próprio espaço. Tessituras da relação tempo-espaço promovidas pela memória podem levar ao entendimento de que o espaço geográfico é, também, uma manifestação das dobras do tempo/espaço, uma vez que se eterniza na memória.

REFERÊNCIAS

ANHORN, Carmem Teresa Gabriel. Teoria da História, Didática da História e narrativa: diálogos com Paul Ricœur. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 187-210 - 2012

AZANHA, José Mário Pires. **Uma ideia de pesquisa educacional**. São Paulo: Edusp, 1992, 201p.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014, 237p.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014, 224p.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Tradução de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006, 108 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia de Letras, 2004, 484p.

BRANDÃO, Ângela. **Memórias: Frigorífico das Indústrias Matarazzo em Jaguariaíva**. Curitiba: PNUD, 2000, 149p.

CALLAI, Helena Copetti. Na Geografia, a paisagem, o estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem. **Ciência Geográfica - Bauru - XXIV - Vol. XXIV - (1): Janeiro/Dezembro – 2020**, p 59-68. Disponível: https://www.agbbauru.org.br/revista_xxiv_1.html Acesso em 20/08/2020

CALANDRO, Thiago Luiz. **Memória e identidade em Jaguariaíva, Paraná: contribuição à cartografia escolar**. 2015. 194f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível: <http://hdl.handle.net/11449/139391> Acesso em 13/08/2018.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A formação das almas**. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 176p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar Pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânica. C&A Alfa Comunicação, 2019. 232 p.

CORREA. Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: UNESP, 2018.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte. Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 92-123, 1988.

FOUCAULT, Michel. **De outros espaços**. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Etudes Architecturales. Paris, 14/03/1967. Disponível: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault-de-outros-espacos.pdf> Acesso em 09/09/2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987, 288p.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 281p.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 256p.

GIROUX, H. A.; SIMON Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (Org.) **Currículo, cultura e sociedade**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 93-124.

GONÇALVEZ, Amanda Regina. **Os espaços-tempos cotidianos na geografia escolar: do currículo oficial e do currículo praticado**. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da UNESP. Rio Claro. 2006, 216p.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 35 maio/ago. 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, 189p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 2009.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. Campinas: Editora Unicamp, 1990, 553p.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1992, 217p.

MARTINS, Elvio. Geografia e ontologia: fundamento geográfico do ser. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. n. 21. São Paulo, 2007, p. 33-51.

MASSEY, Doreen. A mente geográfica. **GEOgraphia**. v. 19, n. 40. Niterói: Universidade Federal Fluminense, mai./ago. 2017.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política de espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312p.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História – PUC-SP**. n. 10. São Paulo, p. 7-28, 1993.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2003, 536p.

RICŒUR, Paul. Arquitetura e narrativa. **Urbanisme**. n. 303. [s.l] [s.n.], nov./dez., 1994, p. 44-51. Disponível: <https://pt.scribd.com/doc/49089740/Arquitetura-e-narratividade-Paul-Ricœur> Acesso em 11/12/2018.

RICŒUR, Paul. **Tempo e narrativa I**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 512p.

ROCHA, Ana Angelita. O que Doreen diria sobre nós? Um ensaio sobre a pedagogia da esperança. **GEOgraphia**. v. 19, n. 40. Niterói: Universidade Federal Fluminense, mai./ago. 2017.

ROQUE ASCENÇÃO, Valéria O.; VALADÃO, Roberto. Professor de Geografia: entre o estudo do conteúdo e a interpretação da espacialidade do fenômeno. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 18, n. 496(3), p. 1-14, 2014. Disponível: <https://goo.gl/txWDfR> Acesso em 20/04/2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SILVA, Kelly Cristina Rodrigues da. A memória para pensar o espaço: a perspectiva do lugar. **Geograficidade**. v. 5, n. 2, [s.l], inverno 2015.

SILVA, Luiz César Kreps da. **Tropeirismo**. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio; TRICHES, Rita Inocência. **Paraná - espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos**. Bagozzi: Curitiba, 2005, 408p.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos avançados**. 32 (93), 2018.